Esta Revista foi composta e impressa nas of. de Industrias Graficas J. Lucena S/A — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL






# BRASIL AÇUCAREIRO

ANO XIII — VOL. XXV FEVEREIRO — 1945 N.º 2

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

**CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933**

Expediente: de 12 às 18 horas
Aos sábados: de 9 às 12 horas

## COMISSÃO EXECUTIVA

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente — Delegado do Banco do Brasil
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministério da Fazenda
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação
Otavio Milanez — Delegado do Ministério do Trabalho

Alfredo de Maya
Antônio Corrêa Meyer
José Rufino Bezerra Cavalcanti
José Carlos Pereira Pinto
} Representantes dos usineiros

Moacir Soares Pereira — Representante dos banguezeiros

Aderbal Carneiro Novais
Cassiano Pinheiro Maciel
Joaquim Alberto Brito Pinto
} Representantes dos fornecedores

## SUPLENTES

Arnaldo Pereira de Oliveira
Gustavo Fernandes Lima
João Carlos Belo Lisboa
Luis Dias Rollemberg
} Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banguezeiros

João de Lima Teixeira
João Soares Palmeira
José Pinheiro Brandão
} Representantes dos fornecedores

**Sede: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42**

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 420 — Enderêço telegráfico: COMDECAR

**Fones** Alcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistência à Produção, 23-6192; Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e 23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos, 43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gabinete da Presidência, 23-2935; Gerência, 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia, 23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidência, 23-6249; Publicidade, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Serviço do Alcool, 43-3798; Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de álcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.
Seção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

## DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Enderêço telegráfico: SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió
BAHIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador
MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte
PARAIBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 - 2.º and. — João Pessoa
PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife
RIO DE JANEIRO — Edifício Lizandro — Praça São Salvador — Campos
SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and.-S. 301/309 — São Paulo
SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracaju

## DISTILARIAS CENTRAIS

DE SANTO AMARO — Santo Amaro, Bahia — End. telegráfico: DICENBA, SANTO AMARO.

DO ESTADO DE MINAS GERAIS — Ponte Nova (E. F. Leopoldina) — Caixa postal, 60 — End. telegráfico: DICENOVA, PONTE NOVA.

DO ESTADO DE PERNAMBUCO — Distilaria Presidente Vargas — Cabo — (E. F. Great Western) — Caixa postal, 97 — Recife. — End. telegráfico: DICENPER, RECIFE.

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Estação de Martins Lage — (E. F. Leopoldina) — Caixa postal, 102 — Campos. — End. telegráfico: DICENRIO, CAMPOS — Fone — Martins Lage, 5.

DO ESTADO DE SÃO PAULO — Lençóis — Fone, 35 — End. telegráfico: DICENÇÓIS, LENÇÓIS.

# BRASIL AÇUCAREIRO

**ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL**

**Registrado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Oficio do Registro de Títulos e Documentos e no D. I. P.**

**PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.**

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420

DIRETOR — **Miguel Costa Filho.**

Redator principal — **Joaquim de Melo.**

Redatores — **Adrião Caminha Filho, José de Oliveira Leite, Renato Vieira de Melo e João Antônio Mesplé.**

| | |
|---|---|
| **Assinatura (anual), para o Brasil** .......... | **Cr$ 25,00** |
| **Assinatura (anual), para o exterior** ......... | **Cr$ 35,00** |
| **Número avulso (do mês)** . . ............... | **Cr$ 3,00** |

Vendem-se coleções a partir do 4.º volume, encadernadas, por semestre, excetuando-se os 6.º e 7.º volumes. Vende-se também o número especial com o índice alfabético e remissivo do 1.º ao 13.º volume.

**As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.**

---

**Pede-se permuta.**
**On demande l'échange.**
**We ask for exchange.**
**Pidese permuta.**

**AGENTES:**

**OTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco**

**HEITOR PORTO & C.ª - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul**

# SUMÁRIO

## FEVEREIRO — 1945

# BRASIL AÇUCAREIRO

**Órgão oficial do**
**INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL**

ANO XIII — VOL. XXV FEVEREIRO — 1945 N.º 2

# POLÍTICA AÇUCAREIRA

Um diário paulista, que se constituiu adversário sistemático da orientação do Instituto do Açúcar e do Álcool e de tudo que diz respeito à política do açúcar, tem feito últimamente uma série de ataques e de críticas, a que de certo não adiantaria responder, se não tivéssemos a preocupação de manter esclarecido o observador imparcial, que procure formar, em tôrno de tais assuntos, uma opinião desapaixonada.

Na verdade, quando se encontra, na crítica, obstinação de sentimentos facciosos, que não se arreceiam de repetir insistentemente teses desmentidas de maneira categórica, o debate é tempo perdido. Resposta de boa fé, que poderia invocar as sanções legais do direito de resposta, e não o fizeram por uma preocupação de cordialidade, são relegadas a páginas e colunas esquecidas, quando os artigos de crítica tiveram os lugares de honra e os tipos de destaque. Se se mostra, por exemplo, que o Instituto não tem poupado esforços para melhorar o transporte de açúcar do Norte, retruca-se que isso não basta, pois que o Instituto deveria dispor dos navios e enchê-los de açúcar, como se não houvesse, acima dos interesses dos diversos produtos, e dos órgãos que os controlam, um interêsse geral de navegação, superintendido por uma entidade suprema, a Comissão de Marinha Mercante. Se se desmente a afirmativa de que o açúcar exportado para a Argentina foi vendido por preço abaixo dos que vigoraram nos centros exportadores do Brasil, também não adianta nada. Os críticos deixam passar o tempo e voltam a afirmar o que já foi desmentido, explorando, por certo, a confiança pública e a facilidade com que são esquecidas as respostas, por algumas pessoas que vivem fora de tais temas e preocupações. Se se revela que o Brasil procurou conquistar alguma posição no mercado do açúcar dos Estados-Unidos, mas que não teve êxito nas "demarches" feitas, os adversários da política do açúcar fazem vista grossa diante dessas afirmações e dêsses fatos, e voltam, periòdicamente, a insistir em que deixamos que se perdesse uma grande oportunidade.

### As exportações de açúcar para o Rio da Prata

Eis, por exemplo, o que se escreve: — "O Instituto do Açúcar e do Álcool vendeu êste ano, para o exterior, mais de um milhão de sacos a Cr$ 83,00. Procurou já justificar essa operação até com a política da boa vizinhança. Desejariamos todavia que a política de boa vizinhança se aplicasse também a nós e que o milhão de sacos tivesse sido remetido para São Paulo e pelo mesmo preço". Tudo falso, como sempre. O açúcar a que se refere o articulista foi vendido na safra 1943/44 e o seu preço foi o mesmo que vigorou no mercado interno. Como as despesas de exportação para o estrangeiro (o imposto de exportação se aplica a essas vendas) são maiores que a do imposto de consumo, no período da mesma safra, o açúcar embarcado para a Argentina, ou o Uruguai, saiu sempre por preço FOB mais elevado que o do mercado interno, embora o produtor nortista recebesse a mesma coisa. Também não é verdade que o fundamento da exportação fôsse apenas o da política da boa vizinhança. O açúcar que se mandou para o exterior foi exclusivamente o que não poude sair dos portos do Norte, por deficiência de transporte marítimo no Brasil. Os compradores estrangeiros mandavam navios especialmente para êsse fim e mais valeria, nesse caso, permitir a venda que deixar o açúcar dissolver-se, ou perder-se, nos armazens de Maceió ou Recife. Nunca o Instituto consentiu na exportação de açúcar que pudesse ser embarcado para as pra-

ças brasileiras. Já dissemos isto uma vez, com a maior clareza possível, afirmando que se não perdera nenhuma praça, nos navios, que pudesse ser aproveitada em benefício dos centros consumidores do país. Já desmentimos que o preço para o exterior fôsse inferior ao das vendas para o nosso mercado interno. Mas que adiantou? A crítica volta, metódica, insistente, procurando na repetição a fôrça que a verdade e a lealdade lhe recusam. E com que má fé se explora o argumento falso, falsíssimo, desleal! Leiam-se esses períodos de ouro: — "Dir-se-á que êsse foi um preço de sacrifício. Antes de tudo, é um sacrifício imposto ao consumidor nacional em favor do consumidor estrangeiro, com vantagens auferidas pelos usineiros em detrimento da massa geral da nossa população. Depois, o processo se justificaria se houvesse excesso de produção; havendo carência, estando o açúcar racionado, não bastando sequer para atender às quantidades fixadas no racionamento, a exportação a preços baixos é um êrro sem perdão. Antes se suprisse mais abundantemente e a preços mais razoáveis as praças do Sul. Basta dizer que cidades do nosso Estado houve que ficaram sem açúcar durante meses seguidos. Novo Horizonte queixava-se há dias de não o receber desde julho!".

Santo Deus! Tudo isso apoiado à premissa das vendas a preço de sacrifício, quando o preço foi o mesmo das vendas FOB para os portos brasileiros, aumentado da diferença entre o imposto de exportação e o imposto de consumo. Tudo isso apoiado à tese de que mandamos para o estrangeiro açúcar que poderia ser consumido no Brasil, quando só se exportou o açúcar que não poude ser transportado para os nossos portos, o açúcar que ou sairia para o estrangeiro ou se perderia nos armazens do Norte, por falta de navios. Como é fácil censurar, ou parecer arguto, quando se atribue ao criticado o que êle não fez e o que de fato seria indefensável!

**Ainda o caso da limitação**

Assevera-se também: "Limitamos ferozmente a nossa produção, que anda ao redor de 20 milhões, quando só um cliente, os Estados-Unidos, nos comprariam 40 ou 60 milhões de sacos". E vem logo, deslumbrado com o argumento, o comentador individual, para repetir, depois de mencionar as necessidades de açúcar dos Estados-Unidos: "E nós a opor as mais intransigentes restrições à nossa produção de açúcar. Desde que as chamas da guerra atingiram o Continente, a orientação brasileira deveria ter sido no sentido da expansão açucareira. O norte passaria a abastecer os Estados-Unidos. O Sul, a produzir para si e para os países do Prata".

Pois o Instituto raciocinou da mesma forma. O mercado do Rio da Prata sempre foi irregular. A Argentina produzia para o próprio consumo e o Uruguai procurava a mercadoria que lhe chegava a preço de **dumping.** Muitas vezes se abastecia o Uruguai com os excessos da Argentina e nenhum produtor poderia concorrer, em condições normais, com a Argentina, no suprimento do Uruguai, à vista das facilidades e custo de transporte. O interêsse atual pelo produto brasileiro, no Prata, é resultante da crise da produção argentina, que não atende mais às necessidades do próprio consumo nacional, embora com a vantagem de não ter um Instituto do Açúcar e do Álcool, para receber todos os raios da crítica militante. Apesar de todos êsses aspectos de precariedade do mercado platino, o Instituto do Açúcar e do Álcool entrou em entendimentos para firmar com o Uruguai um convênio de exportação de açúcar, mercê do qual nos cálculos de equilíbrio estatístico da produção e consumo de açúcar do Brasil, figura sempre a quota de exportação destinada ao Uruguai.

As medidas para o aumento da produção brasileira não demoraram também, quando as "chamas da guerra atingiram o Continente". Houve aumento geral de quotas de produção. Foram declaradas ilimitadas as safras dos engenhos existentes. Houve a concessão de diversas quotas novas a usinas. E como não dessem ainda todo o resultado desejado as medidas tomadas, permitiu-se a instalação livre de engenhos de açúcar bruto. A rapadura foi declarada fora de qualquer restrição de limitação. Matéria, aliás, que tem sido objeto de largos debates e não menos amplas explicações, inclusive o plano adotado no ano passado e que declara nitidamente: "Fica assegurada, no período de cinco safras, a partir de 1944/45 a liberação, pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, de todo o açúcar de excesso necessário ao consumo nacional. Essa liberação será feita em igualdade de condições com a produção intra-limite e considerada a situação dos preços legais". Norma

que o Instituto vinha observando desde o tal momento em que "as chamas da guerra atingiram o continente".

### A história das exportações para os Estados-Unidos

Passemos, agora, à história das exportações para os Estados-Unidos, mercado que, no dizer dos críticos, poderia absorver 40 ou 60 milhões de sacos de nossa produção, números de certo fantásticos, dignos da imaginação de Júlio Verne, ou de Tartarin de Tarascon.

Antes de Pearl Harbor, a situação era a seguinte: os Estados-Unidos produziam 30% do açúcar necessário ao seu consumo. Os outros 70% vinham do exterior, por meio de quotas que representavam a concessão de tarifas preferenciais, destinadas principalmente a Porto Rico, Ilhas Virgens, Cuba, Havaí e Filipinas. O Brasil também tinha uma quota nessa distribuição de tarifas preferenciais. Sabem qual era a nossa quota anual? Era de 791 libras, isto é, 6 sacos, seis sacos apenas. E fora das tarifas preferenciais, ninguem teria interesse em vender açúcar aos Estados-Unidos, nem os Estados-Unidos comprariam além das quotas fixadas, pois que precisavam sustentar os preços, com que se mantinham os produtores metropolitanos.

Depois de Pearl Harbor, era de supor que a situação se modificasse e o Instituto assim acreditou. Em dezembro de 1941 e janeiro de 1942, (Pearl Harbor era de 7 de dezembro de 1941 — o que prova que se não perdeu tempo), o Instituto teve entendimentos com o adido agrícola da Embaixada Americana, o Sr. Keeler. O Instituto propôs o estabelecimento de uma quota de exportação para os Estados-Unidos, enquanto durasse a guerra, admitindo-se, depois da guerra (se assim fôsse conveniente) uma redução gradual, até a extinção completa, de maneira a evitar os prejuizos decorrentes de uma queda brusca de produção. A resposta foi categórica: nem interessava nenhum compromisso de compra, nem os Estados-Unidos achavam qualquer interêsse em desviar praça marítima em favor de açúcar, quando havia muito maior interêsse em usar êsse transporte para outros fins, de maior importância para a guerra. E ainda se fala em 40 ou 60 milhões de sacos que deixamos de exportar para os Estados-Unidos!

Tudo isso o Instituto já teve oportunidade de explicar, mas a explicação caiu, de certo, em terreno estéril. Os críticos voltam com a mesma tese, e voltarão sempre, até a consumação dos séculos. Êles não acreditam que os Estados-Unidos considerassem tão fácil e natural o racionamento de sua população na base de 2 libras mensais por pessoa. E é tão bonito falar em 40 ou 60 milhões de sacos! Tão bonito e tão reconfortador para um povo de imaginação fertil!

Há coisa de pouco meses, os delegados da UNRRA tiveram diversos entendimentos com os brasileiros, a respeito de vários artigos, inclusive açúcar. Queriam saber se podiam contar com alguma quantidade de açúcar. O Instituto respondeu que talvez no momento não tivesse, mas que se poderia promover o aumento de nossa produção. E um dos delegados da UNRRA, com a aprovação dos demais companheiros respondeu que não pensavam êles em que se fomentasse a produção e se criasse um problema futuro para a economia brasileira. A UNRRA limitava a sua tarefa a levantar a estatística dos excessos existentes, afim de destiná-los às populações necessitadas. Imagine-se que se fôsse falar, em tal ambiente, em 40 ou 60 milhões de sacos de açúcar. Onde estaria a essas horas, o proponente?

Deve haver, entretanto, alguma razão para que se fale em 40 ou 60 milhões de sacos. E' possível que seja uma sugestão do mercado cubano. Mas como esquecer que a indústria açucareira de Cuba representa avultados capitais americanos? E que a ilha de Cuba gosa há muito tempo de tarifas preferenciais e é um cliente normal e constante dos Estados-Unidos, enquanto o Brasil nunca foi, mesmo antes da criação do Instituto, vendedor de açúcar aos Estados-Unidos?

Basta considerar que no período de 1910 a 1933, o Brasil exportou para os Estados-Unidos 2.412.000 sacos. E isso apesar do período de guerra de 1914-1918, incluido no cálculo. De 1925 a 1933, o Brasil só exportou para os Estados-Unidos 2 sacos de açúcar. Êsse o formidável mercado com que se deslumbraram os apreciadores dos grandes números.

### Outra balela: o quisto das usinas do nordeste

Ainda haveria que pensar nos preços tetos, que também existem no domínio do açú-

car. Os preços tetos dos Estados-Unidos não interessam, nem podem interessar ao produtor brasileiro, como não interessam os preços do algodão e do café. Mas êsse aspecto, que é aceito quanto ao algodão e ao café, não impressiona os censores do Instituto. Mostram-se êles muito bem informados e protestam em que se pretenda apresentar as Usinas do Nordeste "como se fossem os fundamentos da nacionalidade e não apenas um quisto na economia nacional". Quisto, com tantos séculos de resistência a tantos fatores adversos, sem assistência agronômica e sem organização de crédito ? A grande expansão da indústria açucareira de São Paulo se processou à sombra de uma legislação protetora, de 1931 a 1945. Não se alegue cansaço de terras, que a cana de açúcar, dependendo de máquinas, não pode ser caminheira como o café. Nenhum dos estudos de custo de produção feitos pelo Instituto demonstra que seja mais cara a produção no Norte do que no Sul. E o certo é que a indústria nortista suporta preços mais baixos que a do sul, pagando melhor a tonelada de cana dos fornecedores. E quando se criou a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar, em 1931, não era só a indústria do Norte que estava arruinada. Não se revelava melhor a situação da indústria nem de Campos, nem de São Paulo. Quisto porque ? Porque é bonita a palavra ? Porque tem um cunho separatista ? Porque incita sentimento de prevenção e de hostilidade entre os brasileiros ?

### A tese do intercâmbio nacional

Esse "quisto" do Norte, porém, é um grande consumidor de produtos industriais de São Paulo. Há, pois, uma compensação embora já alguem tenha escrito que essa asserção não passa de um sofisma.

A nova tese, de certo que surpreendente, é a seguinte : "O fato ocorre, realmente. Mas não é necessário. Se não ocorresse, em nada alteraria o negócio dos industriais paulistas. O poder aquisitivo conferido pelo açúcar seria o mesmo, quer a produção se dê no Norte, ou se desse em São Paulo, pois que não desapareceria com a mudança de local. Se pagamos 350 milhões de cruzeiros pelo açúcar que importamos, pagaríamos os mesmos 350 milhões de cruzeiros pelo açúcar que produzissemos. E os seus produtores, situados em São Paulo, adquiririam produtos industriais tanto como com êsse dinheiro os adquirem os produtores de outros Estados".

A tese não é brasileira, evidentemente. Por isso ainda não impressionou a nenhum dos ilustres brasileiros que têm tratado de tal assunto. Leonardo Truda, por exemplo, filho eminente do Rio Grande do Sul, jornalista que se distinguiu pela cultura em assunto econômicos e pela amplitude de sua visão intelectual, escreveu o seguinte: "E' axiomática a verdade de que só compram os países — podemos aqui dizer os Estados — que vendem. Tanto mais compram quanto mais vendem, porque a sua capacidade de aquisição, o seu poder de compra depende estreitamente do maior ou menor volume de recursos que a colocação de suas utilidades lhes proporciona. Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Estado do Rio não vendem, apenas, grandes quantidades de açúcar a São Paulo ou a Minas Gerais. São, também, ótimos clientes, que contribuem para o desenvolvimento da produção do formidável parque industrial paulista ou dos laticinios mineiros. Mas essa clientela só pode ser conservada se se lhe mantiver a prosperidade e, do gráu a que essa prosperidade alcançar, dependerá a sua maior ou menor procura de produtos paulistas e mineiros".

Outro homem do sul, o Ministro Mendonça Lima, tratou da mesma com as seguintes palavras : "O Sr. Interventor Fernando Costa falando sôbre os problemas do açúcar, disse que São Paulo poderia produzir a quantidade de açúcar suficiente para o seu abastecimento e até mesmo para exportar. Todos nós sabemos que isso é uma verdade. Mas o Sr. Interventor Fernando Costa nos disse também a razão porque São Paulo não estava produzindo açúcar. E' uma razão de ordem econômica nacional e eminentemente patriotica. São Paulo é o maior Estado industrial do Brasil, altamente industrializado e tem necessidade de mercados para as suas indústrias. Ora, o melhor mercado para São Paulo é, evidentemente, o Brasil. Mas para isso é preciso que o resto do Brasil possa comprar os seus produtos. Sabemos que muitos Estados do Norte são grandes produtores de açúcar. Se São Paulo também produzisse açúcar, como pode produzir, aqueles Estados não teriam este imenso mercado que é São Paulo, com cêrca de 7 a 8 milhões de habitantes, isto é, não teriam colocação para seu

produto. Seria necessário reduzir a produção do nordeste, debilitando-o economicamente, dificultando-lhe assim a aquisição em maior escala dos produtos de São Paulo".

Mesmo em São Paulo a tese não é a dos articulistas da separação. Todos conhecem a campanha — diremos a nobre e brilhante campanha de "Folha da Manhã", ou mais precisamente do ilustre Sr. Otaviano Alves de Lima, combatendo os exageros do protecionismo industrial, alegando-se que vem levantando o parque de São Paulo à custa de interesses de outros produtos e sobretudo da agricultura paulista. Porque não ignora o Sr. Alves de Lima que para vender é preciso comprar. E o Interventor Fernando Costa, com a experiência que tem dêsses problemas e com a superioridade de sentimento brasileiro com que os encara, já disse: "Neste momento sofremos a carência de dois produtos indispensáveis à vida das nossas populações, o sal e o açúcar, produtos êsses que habitualmente importamos em grande escala do norte do país. E' bem sabido que São Paulo poderia produzir açúcar em quantidade suficiente para o seu abastecimento e até para exportação. Mas este fato perturbaria, sem dúvida, a balança comercial do país, incrementando um desequilíbrio entre as trocas de produtos, atendidas as possibilidades peculiares de cada região. Muitos Estados do Norte baseam sua vida econômica na indústria dêsse produto. E a importação que fazemos dessa produção representa exatamente os recursos com que os Estados do Norte hão de processar a compra da nossa produção industrial. E' a orientação econômica que efetiva o intercâmbio comercial entre os Estados da União, de modo a proporcionar ao país recursos próprios para a sua vida comercial e econômica".

O essencial, aliás, é a consideração de que São Paulo não perca; e de fato não perde. Recebe compensação ampla pelo açúcar que compra, vendendo muitos outros produtos industriais e agrícolas. Se os capitais e os indivíduos que se fôssem dedicar à indústria do açúcar fôssem valores mortos como consumidores, poder-se-ia dizer que haveria substituição integral. Como essa hipótese é absurda o fenômeno econômico se expressaria da seguinte maneira: São Paulo perderia valor equivalente ao consumo de mercadorias atualmente consumidas pelos industriais que substituissem a produção nortista. Mas há outros interesses a considerar também: há o vínculo econômico que tanto representa numa Federação, pela interdependência entre as regiões que a formam. Há o esfôrço para evitar o desiquilíbrio tão prejudicial para a unidade brasileira, resultante da diversidade na pujança econômica de suas diversas regiões. Há a cessação de um intercâmbio, que muito representa para a marinha mercante do Brasil, marinha mercante, por sua vês indispensável num país de litoral extenso.

Numerosos, expressivos, diríamos mesmo sagrados interesses nacionais. Valerão de alguma cousa, porém, para os homens que, no íntimo de seu coração, nunca sentiram o Brasil? Valerão para os separatistas? Acreditamos que não, mas acreditamos que êsses assuntos só serão resolvidos, no Brasil, à luz de mentalidades nacionais e na consideração dos interesses básicos da unidade da pátria.

**A expansão da indústria açucareira de São Paulo**

De resto sob o regime do Instituto, a indústria açucareira de São Paulo tem tido expansão considerável. Os números de sua produção são os seguintes:

**PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE USINAS**

**Estado de São Paulo**

**scs. de 60 kg**

| Safras | Quantidades |
|---|---|
| 1931/32 | 1.565.824 |
| 1932/33 | 1.673.998 |
| 1933/34 | 1.828.668 |
| 1934/35 | 1.844.497 |
| 1935/36 | 2.032.083 |
| 1936/37 | 2.248.370 |
| 1937/38 | 2.408.772 |
| 1938/39 | 2.198.510 |
| 1939/40 | 2.464.064 |
| 1940/41 | 2.330.194 |
| 1941/42 | 2.252.364 |
| 1942/43 | 2.926.968 |
| 1943/44 | 2.959.533 |
| 1944/45 (até 15/1) | 3.065.651 |

Em relação à produção de todo o país, São Paulo representava no biênio 1929/31, 11,65%. Hoje, a sua percentagem tomada por base a safra de 1942/43, já atingiu a 19,83%.

Não se pode dizer a mesma coisa dos Estados produtores do Nordeste, pois que êles passaram, no mesmo período, em face da produção total do Brasil, a posições inferiores às que de fato ocupavam antes do Instituto. Que falem, mais uma vez, os números da percentagem de produção sôbre a produção total do país :

| ESTADOS | Percentagem da produção estadual s/o total brasileiro | |
|---|---|---|
| | Biênio 1929/31 | Safra de 1942/43 |
| Pernambuco. . ...... | 40,44 | 34,38 |
| Alagoas. . . ......... | 13,05 | 9,86 |
| Sergipe. . ........... | 6,94 | 5,26 |
| São Paulo. . ........ | 11,65 | 19,83 |

Como se vê, o que o Instituto tem feito é superintender, processar essa evolução, sem crises e sem desequilíbrios, dentro de uma produção que figura entre as que mais se desenvolveram no Brasil, no decênio de atuação do Instituto. Basta dizer que a produção de açúcar no país era de 9.530.094 sacos no biênio 1929/31.

Na safra 1942/43 subiu a 14.758.705 sacos.

**O consumo do açúcar e a produção**

E' o caso de alinhar os números, para demonstração mais completa. Vejamos a produção de açúcar no período em que foram tomadas as primeiras providências da defesa; confrontemo-la com as últimas safras considerando-se que o açúcar de usina, a respeito do qual são mais seguros os elementos estatísticos :

| | Sacos |
|---|---|
| 1930/31. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . | 8.256.153 |
| 1931/32. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . | 9.156.948 |
| 1932/33. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . | 8.745.779 |
| 1942/43. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . | 14.679.524 |
| 1943/44. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . | 15.255.603 |
| 1944/45 (estimativa). . . . . . . . . . | 15.777.000 |

Em suma, 8.719.626 sacos como média do triênio 1930/33, e 15.237.375 sacos como média do triênio 1942/45, ou uma percentagem de aumento de cêrca de 74% sôbre a produção do triênio em que se iniciou a política de defesa do açúcar. Raros são os produtos que, no mesmo período, podem apresentar números tão auspiciosos.

E' verdade que já se escreveu que o consumo de açúcar do Brasil era de 23.500.000 sacos. Não se esclareceu, porém, se se tratava de açúcar de usina, ou de açúcar de todos os tipos. Se se refere a açúcar de usina, é apenas uma pilheria. Se se reporta a açúcar de todos os tipos, esquece-se que a montagem de engenhos de açúcar e de rapadura não está proibida e que não há, conseqüêntemente, nada que impeça que a produção alcance o nível do consumo.

Não há limite do Instituto do açúcar e do Álcool em 19 milhões. Nas últimas safras, o Instituto fixou apenas a produção **mínima**, autorizando tôda produção que possa ser aproveitada pelo consumo. Mas essa produção mínima é a de açúcar de usina. Nos planos de safra, declara-se ilimitada a produção dos engenhos de açúcar bruto e de rapadura. Não há, pois, nenhuma limitação de 19 milhões. E' mais uma falsidade. O consumo "per capita" do Brasil, de todos os tipos de açúcar, nunca passou de 28,3 quilogramas; o de açúcar de usina nunca excedeu de 19,1. E é interessante recordar os números, para que se veja que a guerra não representou, para o conjunto da comunhão brasileira, êsse regime de privação de açúcar, pois que o consumo de açúcar "per capita" subiu em vez de se reduzir.

Os algarismos são os seguintes :

| ANOS | Consumo "per capita" (kg p/habit.) | |
|---|---|---|
| | Todos os tipos | Tipos de usina |
| 1937 | 23,8 | 15,3 |
| 1938 | 23,6 | 16,1 |
| 1939 | 25,1 | 16,9 |
| 1940 | 27,0 | 18,3 |
| 1941 | 28,5 | 18,6 |
| 1942 | 27,9 | 18,6 |
| 1943 | 28,3 | 19,2 |

Outra burla é a que se contém nêste argumento: "Examinem-se os seguintes dados oficiais, relativos a 1944/45 :

| ESTADOS | Limite | Estimativa |
|---|---|---|
| Pernambuco | 6.660.120 | 5.850.000 |
| Alagoas | 2.388.998 | 1.880.000 |
| Sergipe | 1.009.482 | 985.000 |
| Estado do Rio | 2.740.505 | 2.540.000 |

Em baixo do quadro estatístico em que o articulista foi procurar esses números, havia as seguintes notas que foram naturalmente omitidas, pois não convinham ao articulista: "Na coluna "Limite" está excluida a rapadura, por não estar sujeita à limitação. Fica assegurada, no período de 5 safras, a partir de 1944/45, a liberação, pelo I.A.A., de todo o açúcar necessário ao consumo nacional. Continua livre, na safra 1944/45, a produção de açúcar dos engenhos". Não há, pois, obstáculo a que São Paulo tire vantagem da insuficiência dos outros centros de produção, pois que sabe, e de sobra, que tem liberação assegurada, nas mesmas condições da produção autorizada. E se essa liberação consta de um plano de 5 anos, em que se distingue da produção chamada autorizada ? De resto, não se esqueça que as estimativas são precárias. O Estado do Rio, por exemplo, excedeu, por margem larga a estimativa de sua safra, em mais de 250.000 sacos de açúcar, que foram aproveitados sem nenhuma restrição e sem qualquer onus. Demais, quando o Instituto fixa uma produção mínima autorizada, parte da consideração da capacidade industrial, como estímulo para o aproveitamento máximo da maquinaria de que no momento podemos dispor.

### A questão da remuneração

A maior ilusão, porém, dos impugnadores da orientação do Instituto do Açúcar e do Álcool, é a que inspira o argumento básico de seus temerários arrazoados. Leiamos êsses períodos curiosos :

"E nós a opor as mais intransigentes restrições à nossa produção de açúcar. A sufocar os impulsos de progresso de uma lavoura e indústria de alta remuneração".

Mas essa remuneração, só existe pela circunstância de haver equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo. Se fossem atendidos todos os pretendentes de usinas novas, a industria deixaria de ser remuneradora para todos. E se o Instituto tem concordado com a expansão das usinas existentes, é que havia que considerar que a capacidade industrial do Brasil era superior ao limite de produção imposto numa hora de super-produção e que o funcionamento dessas fábricas, em condições econômicas, exigia o reajustamento de suas quotas. Reconhecendo, porém, que essa medida agravaria o monopólio, o Instituto reivindicou a divisão das quotas com o fornecimento de canas, o que constituiria, de certo, divisão muito mais ampla dos benefícios da política de proteção do que a simples autorização de novas usinas. Os usineiros do Brasil formam algumas centenas de pessoas; os fornecedores de canas registrados no Instituto são em número superior a 40.000. Por outro lado, quando se impoz a necessidade da ampliação das quotas, já estávamos em período de guerra e não era possí-

vel contar com o fornecimento estrangeiro das máquinas necessárias. Se não houvessemos procurado utilizar, na medida mais larga possível, o nosso parque industrial açucareiro, então é que não teriamos obtido coisa alguma, desanimando as usinas existentes em proveito de fábricas que muito provàvelmente não chegariam a concluir-se. A usina de açúcar autorizada pelo Instituto no Estado do Paraná em 23 de agôsto de 1943 não está ainda em vias de funcionamento.

**Os anunciadores do passado**

Por fim, observemos que não há nada mais fácil do que falar em imprevidência depois dos fatos consumados. Os engenheiros de obras feitas revelam sempre tão extraordinária capacidade de previsão a posteriori, que deixam sem função as cartomantes de maior crédito. Quando, porém, meditamos sôbre os começos da guerra europeia e passamos em revista os nossos pensamentos, com rigorosa lealdade, é que vemos como tantas vezes duvidamos de que a guerra se prolongasse. Esmagada a Polônia, não foram poucos os que acreditaram que a Inglaterra e a França acabariam aceitando a paz oferecida pela Alemanha. Dominada a França em 1940, parecia impossível a resistência inglêsa, com os Estados-Unidos adversos à intervenção e a Russia de braços dados com a Alemanha. Antes da invasão da Russia e do Pearl Harbor, excelentes observadores não acreditavam muito na duração da luta. Então se havia alguma tendência germanófila no jornal.

No mercado do açúcar, o início da guerra não teve nenhuma influência animadora. O Conselho Internacional do Açúcar mostrava-se reservado e descrente. E se é fácil dar palpites, ou avançar opiniões arrojadas e lúcidas, não é tão fácil assim fundar medidas de grande significação econômica e envolvendo compromissos consideráveis sôbre previsões vagas, dependentes de sucesso que só os adivinhos podem penetrar. O que a prudência aconselha é que se acompanhe a evolução dos fatos e as possibilidades perfeitamente definidas e isso o Instituto fêz, na realidade, nem a produção brasileira teria crescido como cresceu, se o Instituto houvesse ficado apegado, como dizem os seus inimigos, a seus anteriores postulados.

Mas quando vemos chegar um dêsses doutores importantes e dizer que se devia ter feito isso e aquilo, porque todo o mundo sabia muito bem o que ia acontecer, temos vontade de rir e de mostrar o que escreviam os profetas, antes de sucessos tão inevitáveis, ou o que revelavam os jornais bem informados, quando os comentadores viviam impressionados com a pujança militar do Reich alemão. Profetas do passado, vêem as suas previsões, não nas bolas de cristal, ou na luz indecisa dos astros, mas nos telegramas velhos e no noticiário que a própria história já arquivou.

E quem escaparia às censuras desses anunciadores do passado, quando se considera, nesse domínio do açúcar, que raros são os países que não estão vivendo dentro de racionamentos severos ? Não previram a guerra até o ponto de produzir para o próprio consumo, ou não formaram as reservas suficientes. Com recursos econômicos fabulosos, dispondo de regiões imensas, deveriam ver, como se diz hoje, e só hoje, "que no dia em que Hitler atacou a Polônia, o mais bisonho estadista do mais marasmático país do mundo deveria ter percebido que se desencadeara a conflagração mundial e que, em conseqüência, a palavra de ordem passava a ser, em toda a terra: "Produzir" ! Entretanto, continuaram todos esses países, no Conselho Internacional de Londres, a manter quotas de exportação e reclamar contra todos os exportadores que excedessem, de pouco que fôsse, as quotas fixas estabelecidas e já reduzidas depois da guerra.

A previsão, pois, nesses domínios do açúcar, parece ter procurado encarnações modestas. A Inglaterra e os Estados-Unidos enfrentam hoje racionamentos muito mais severos que o do Brasil.

*
* *

O "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, edição de 8 do corrente, publicou o seguinte comunicado do I.A.A., do dia anterior :

"Não tem nenhum fundamento a alegação, contida no **suelto** publicado na edição de hoje do "Correio da Manhã", de que se cogita, nessa autarquia, do aumento de preços do açúcar".

# DIVERSAS NOTAS

## NA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A.

Na sessão ordinária efetuada pela Comissão Executiva do I.A.A., a 21 de dezembro último, o Sr. Presidente, ao encerrar os trabalhos, apresentou aos demais membros desse organismo os seus votos de feliz Natal e de que o próximo ano de 1945 transcorra, para êles, num ambiente feliz, de tranquilidade e progresso.

O Sr. Pereira Pinto, em nome dos usineiros fluminenses, retribuiu a saudação, agradecendo também as inúmeras demonstrações de aprêço que êles e a Sociedade Fluminense Distribuidora de Açúcar Ltda. receberam de S. S.ª e do Instituto do Açúcar e do Álcool.

Os demais representantes, secundando o Sr. Pereira Pinto, apresentaram ao Sr. Presidente seus agradecimentos com votos de feliz Natal.

---

## O CASO DA USINA JUNQUEIRA

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, recebeu os seguintes telegramas:

"Igarapava, São Paulo, 17/1/45 — Dr. Barbosa Lima Sobrinho: Peço a V. Ex.ª o obséquio de aceitar e transmitir à Egrégia Comissão Executiva do Instituto meus agradecimentos pelos seus votos de congratulações pela terminação do litígio entre as Usinas e os fornecedores, pedindo a Deus se eternize êsse período de paz e harmonia entre fornecedores e Usinas e a V. Ex.ª e ilustres membros da Comissão Executiva auguro as melhores felicidades no decorrer do novo ano. Cordiais Saudações — **Sinhá Junqueira**".

---

"O Sindicato Agrícola de Campos, reafirmando sua solidariedade à política canavieira do I.A.A., tão bem orientada por Vossência, hipoteca integral solidariedade aos fornecedores de Igarapava, no caso das Usinas Junqueira. A prevalecer os intentos das usinas desrespeitarem decisões da Comissão Executiva e burlarem o cumprimento do Estatuto da Lavoura Canavieira, a situação da classe retrocederia ao tenebroso período da vigência da lei 178, cujas conseqüências ainda sentimos e redundaria em serios obstáculos à produção nacional. Saudações — **Serafim Saldanha**".

---

"O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Campos vem respeitosamente apresentar a Vossência seu inteiro apoio à Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, no caso dos fornecedores e colonos das Usinas Junqueira, de São Paulo. Respeitosas saudações — **Emílio Romão Maria** — Presidente".

---

## RAPADURA E MEL DE FURO EM SÃO DOMINGOS

**De passagem por São Domingos, o agrônomo Vasconcelos Sobrinho, comissionado pelo govêrno de Pernambuco para realizar um estudo sôbre o desenvolvimento técnico da indústria açucareira nos Estados-Unidos, teve oportunidade de colhêr naquela ilha, mesmo ràpidamente, alguns informes curiosos sôbre fabricação e consumo dos açúcares ditos inferiores.**

**Na vitrina de uma casa comercial, observou o técnico pernambucano numerosos vidros contendo uma substância escura, com rótulos em letras douradas "Malte de sacaro". Havia também tabletes envoltos em celofane, com os dizeres "Açúcar integral" também em letras douradas.**

**A explicação do comerciante ao Sr. Vasconcelos Sobrinho foi a seguinte:**

**"Estas ilhas plantam muita cana de açúcar; não têm, porém, os processos adiantados de Cuba com plantações mecanizadas e grandes fábricas. As fábricas nessas pequenas ilhas são também muito pequenas, movidas por água e por animais. Uma parte do mel é batida e depois colocada em moldes e assim são feitos êstes tabletes. A outra parte é colocada em tonéis furados, onde se transformam em açúcar, escorrendo, quando o açúcar está se formando, um mel, que é êste malte. Em tôdas estas ilhas o malte é usado como refrêsco; basta juntar água gelada, e se faz também sorvete. Os médicos o recomendam para os fracos e anêmicos, pois, tem muitos sais como ferro, cálcio, fosfatos e outros que nossos químicos têm estudado. Os tabletes já foram muito baratos; hoje, porém, encareceram porque o govêrno do México comprou tôda a produção para uso de suas tropas, pois usando os tabletes, em vez de açúcar puro, o soldado tem muito mais energia para marchar".**

# ATOS DO EXECUTIVO

**DECRETO-LEI N.º 7.249 — DE 16 DE JANEIRO DE 1945**

**Autoriza a manutenção, pelas emprêsas, de Postos de Abastecimento para seus empregados e respectivos dependentes**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Ficam as emprêsas que empreguem mais de 300 trabalhadores autorizadas a manter Postos de Abastecimento, destinados ao suprimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade aos seus empregados e aos respectivos dependentes.

Parágrafo único — Nos Postos a que se refere o presente artigo só poderá ser feita a venda dos seguintes produtos: arroz, açúcar, azeite, banha, batata, café, carne sêca, cebola, farinha, feijão, macarrão, manteiga, sabão e sal.

Art. 2.º — O fornecimento de gêneros alimentícios será feito na proporção do número de dependentes do trabalhador, declarados em sua Carteira Profissional, e não poderá exceder mensalmente de 50% do salário registrado na mesma Carteira.

Parágrafo único — Não possuindo ainda o trabalhador sua Carteira Profissional, será permitido apresentar declaração de dependentes, válida por 90 dias.

Art. 3.º — O fornecimento dos gêneros alimentícios será feito pelo preço de aquisição aos atacadistas ou às fontes produtoras, com o acréscimo máximo de 10% (dez por cento), para a cobertura das despesas de instalação e administração, respeitados os limites fixados pelos órgãos competentes para os artigos tabelados.

Art. 4.º — Os Postos de Abastecimento destinados a fornecimentos a trabalhadores e mantidos por emprêsas empregadoras, ficam isentos de quaisquer impostos federais, estaduais e municipais, não sendo sua manutenção considerada como atividade econômica, para todos os efeitos legais.

Art. 5.º — O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ou autoridade por êle expressamente delegada, poderá autorizar a organização de Postos de Abastecimento mantidos por mais de uma emprêsa, em regime de colaboração, destinados ao suprimento dos respectivos trabalhadores, desde que seu total atinja ao mínimo a que se refere o artigo 1.º

Art. 6.º — Os fornecimentos feitos aos trabalhadores quando não forem pagos em dinheiro, terão o caráter de adiantamento de salário, para os efeitos dos necessários descontos.

Art. 7.º — Compete ao Serviço de Alimentação da Previdência Social fiscalizar a execução do presente Decreto-lei e, também, prestar às emprêsas a colaboração que fôr necessária para a instalação e manutenção dos Postos.

Art. 8.º — A prática de qualquer ato contrário às determinações do presente Decreto-lei importará no fechamento do Pôsto, determinado pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio ou autoridade por êle expressamente delegada, sem prejuízo da aplicação de outras penas cabíveis pela legislação vigente.

Art. 9.º — O presente Decreto-lei terá a vigência de seis meses, prorrogáveis por igual período, em tôdas ou em determinadas regiões do país, se necessário.

Art. 10 — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
**Alexandre Marcondes Filho.**
**A. de Souza Costa.**

("D. O.", de 18-1-945).

# COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

**Publicamos nesta seção resumos das atas da Comissão Executiva do I.A.A. Na seção "Diversas Notas" damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vêzes, na íntegra, pareceres e debates sôbre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.**

## 71.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luis Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Seção de Comunicações** — Aprova-se por unanimidade a minuta de resolução, apresentada pela Seção Jurídica, e relativa à autoação de processos contenciosos pela Seção de Comunicações.

**Produção de aguardente** — De acôrdo com o parecer do Sr. Moacir Soares Pereira, resolve-se autorizar a Usina Central Serro Azul, Pernambuco, a produzir aguardente.

**Financiamento** — Resolve-se conceder um emprestimo de 891.675 cruzeiros à Usina Pirangi S. A., em Pernambuco, para instalação de uma distilaria de álcool anidro e retificado, com capacidade de 6.000 litros diários.

— De acôrdo com o parecer da Gerência, resolve-se fixar a data de 20-10-44, como início do prazo das prestações do empréstimo concedido à Cia. Açucareira Fluvial Passos Ltda.

**Fornecimento de cana** — Comunica o Sr. Presidente haver recebido telegrama do Sr. Camilo de Matos, comunicando que a estrada de ferro que liga a balança Nova Java às Usinas Junqueira já se acha com o seu trajeto restabelecido, tendo iniciado o recebimento de canas de fornecedores naquela balança. Com relação ao reajustamento dos pagamentos da safra atual, resolve-se o seguinte, contra o voto do Sr. Pereira Pinto: "O Instituto admitirá a responsabilidade de 10 por cento no reajustamento. O reajustamento será feito sôbre o preço da safra atual, com as deduções admitidas".

**Preços legais** — De acôrdo com o parecer da Seção do Alcool-Motor, aprova-se o aumento do preço do álcool.

**Produção de açúcar** — O Sr. Presidente manda distribuir aos membros da C. E. cópias da minuta de resolução, elaborada pela Seção Jurídica, dispondo sôbre a execução da Resolução 74/43.

**Transporte de açúcar** — De acôrdo com o parecer da Gerência, autoriza-se o pagamento de 9 cruzeiros por saco de açúcar da safra 1943/44 dos exportadores de Sergipe, a escoar via pôrto de Salvador, sendo preferenciais os embarques para o açúcar da safra 1944/45 pelo pôrto de Aracaju.

**Aumento de limite** — De acôrdo com a resolução 74/43, concede-se em caráter definitivo um aumento de limite de 300 sacos de açúcar à Usina Mata Verde, Sergipe.

**Incorporação de quotas** — Com a redução legal de um terço, autoriza-se a incorporação do limite da Usina Pedrão, Minas Gerais, das quotas dos engenhos de José Francisco de Faria, José Antunes do Prado e João Inácio da Silveira.

— Nas mesmas condições, autoriza-se a incorporação da quota do engenho Bom Jesus, de propriedade de Amadeu Bisco, ao limite da Usina Santa Clara, São Paulo.

— Autoriza-se a incorporação integral da quota do engenho de José Ubaldo Pereira, sito no município de Jequeri, Minas Gerais, ao limite do engenho de Pedro Bueno Dias, sito no mesmo município.

— Reconsiderando despacho anterior e de acôrdo com o parecer da Seção Jurídica, a C. E. resolve conceder a incorporação da quota do engenho de José Murari, sito no município de Santa Rosa, São Paulo, ao limite da Usina Santa Clara.

**Conversão de quota** — Aprova-se o parecer da Seção Jurídica, opinando pelo deferimento do processo de interêsse de José Luis Pinto Moreira, Minas Gerais.

**Fornecimento de cana** — Homologa-se o acôrdo que fixou em 466 toneladas de cana a quota do fornecedor Álvaro Dias Sobral junto à Usina Santa Clara, Sergipe.

— De acôrdo com o parecer do Procurador Regional de Campos, resolve-se fixar em 26.440 quilos de cana a quota do fornecedor Viuva Mário Viana junto à Usina Mineiros, Estado do Rio.

— Autoriza-se a averbação de transferência de quota no processo de interêsse de Cirilo, Alcides e Armando Mota, São Paulo.

**Inscrição de fábricas** — Nos termos do parecer da Seção Jurídica, concede-se a inscrição solicitada para uma fábrica de rapadura feita por Delvindo de Paula Portes, Minas Gerais.

— Idêntico despacho no pedido de Daniel da Cruz Moura para uma fábrica de aguardente e rapadura, em Pernambuco.

— Nos termos do parecer da Seção Jurídica, são deferidos os requerimentos de Olivério Antônio da Costa, Minas Gerais, para inscrição e trans-

ferência de proprietário de uma fábrica de açúcar bruto.

— Autoriza-se a inscrição no nome do Sr. Rivadávia Marcondes do engenho Marcondes, de açúcar e aguardente, situado no município de São João da Boa Vista, São Paulo.

— De acôrdo com o parecer da Seção Jurídica, concede-se um aumento de 58 sacos ao engenho de Antônio Gabriel Junqueira, Minas Gerais, fazendo-se também a inscrição do mesmo como produtor de aguardente.

— Aprova-se o parecer da Seção Jurídica no processo de interêsse de Gervásio Vieira Pires, Pernambuco.

---

## 72.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luis Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Expediente** — Constou de um telegrama do Sindicato Agricola de Campos, agradecendo a decisão da C. E. relativa à liquidação dos débitos dos flagelados de 1942.

**Seção Técnica** — Aceita-se a sugestão do Sr. Presidente com relação à supressão da verba do Instituto Nacional de Tecnologia.

**Estação do Curado** — Em vista de ter sido instalado o Conselho Fiscal da Estação Experimental do Curado, em Pernambuco, o Sr. Presidente propõe, sendo aprovado, o pagamento imediato de 50 por cento da subvenção destinada àquela estação.

**Preços legais** — A Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco pleiteia a margem de cinco por cento sôbre o açúcar refinado embarcado para São Paulo. A respeito, aprova-se a proposta do Sr. Presidente no sentido de que o Instituto nada tem a opor, ouvindo-se prèviamente a Comissão de Abastecimento de São Paulo.

**Transporte de açúcar** — Aprova-se a proposta da Gerência relativamente ao escoamento do açúcar velho de Sergipe.

— A C. E. toma conhecimento dos termos do ofício que o Sr. Presidente enviou à Comissão de Marinha Mercante, a propósito do mesmo assunto.

**Tabelamento em Alagoas** — Resolve-se encaminhar à Comissão de Revisão do Tabelamento de Canas de Fornecedores o telegrama endereçado ao Instituto pelo presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, relativo ao preço de canas de fornecedores de usinas.

**Processo fiscal** — De acôrdo com o voto do Sr. Castro Azevedo, manda-se arquivar o processo instaurado contra a S. A. Martuscelo, Estado do Rio.

**Incorporações de quotas** — Autorizam-se as seguintes: à Usina Capibaribe, Pernambuco, a do Engenho Cajueiro Claro, com redução de um terço; à Usina Ana Florência, Minas Gerais, a do engenho de José Ferreira de Vasconcelos, com redução de um terço.

— Manda-se arquivar o processo de interêsse de José Ferreira de Vasconcelos e da Usina Rio Branco, Minas Gerais.

— Idêntico despacho no processo de interêsse de Feliciano do Rego Cavalcani de Albuquerque e Gertrudes Lins, Pernambuco.

**Fornecimento de cana** — Homologa-se o acôrdo no processo de interêsse de Pessoa de Melo & Cia., Pernambuco.

— O mesmo despacho nos processos de interêsse de Luis Moreira de Mendonça e Álvaro Martins, Alagoas, e José Severiano Vieira Lopes, do mesmo Estado.

**Aumento de limite de rapadura** — Indefere-se o processo de interêsse de Antônio Pedro do Vale, Ceará.

---

## 73.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luis Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Produção do açúcar** — Tendo a Usina Brasileiro S. A., de Alagoas, solicitado autorização para fabricar açúcar demerara em vez de cristal, aprova-se a seguinte solução: "Fica autorizada a fabricação, à vista do motivo de fôrça maior invocado. Se a produção couber na redistribuição da quota de demerara admitida para todo o Estado, será incluída na quota autorizada. Em caso contrário, ficará a usina sujeita a um desconto sôbre o preço do cristal, correspondente a 2% por grau ou fração de grau de polarização".

**Requisição de aguardente** —, Resolve-se liberar a aguardente requisitada às usinas Flexas, Conceição, São Benedito, Aricá e São Gonçalo, de Minas Gerais.

**Montagem de novas usinas** — Dá-se vista ao Sr. Castro Azevedo do processo de interêsse da firma Usina Paineiras S. A.

**Incorporação de quota** — Autoriza-se a conversão requerida por Valdir Vilela Pedras, Minas Gerais.

**Averbações** — No processo de interêsse da Usi-

# ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, despachou os seguintes processos:

**ESTADO DE ALAGOAS:**

N.º 41.097/44 — Manuel Marinho de Gusmão — Murici — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 27-12-944.

2 273/43 — Astrogildo de Oliveira Araujo — Porto Calvo — Transferência de engenho — Deferido, em 27-12-944.

**ESTADO DA BAHIA:**

335/42 — Joaquim Rafael da Silva e Júlio Hermelino — Saúde — Transferência de engenho — Deferido, em 10-1-945.

19.855/44 — Manoel José dos Santos e Miguel Arcanjo Costa — Nazaré — Transferência de engenho — Deferido, em 10-1-945.

3.132/43 — Sociedade Anônima Tourinho, Agricola e Industrial — São Francisco — Comunica a incorporação da firma Rodolfo Tourinho & Cia., da qual se tornou sucessora — Deferido, em 10-1-945.

**ESTADO DO CEARÁ:**

7.318/40 — Luiz de Holanda Cavalcanti — Cascavel — Aumento de limite de rapadura — Deferido, em 27-12-944.

3.032/43 — Alfredo Ferreira Lobo e Emidio Ferreira Lobo e Lídia Leticia Lobo — Crato — Transferência de engenho — Deferido, em 10-1-945.

15.5?8/44 — Candido Ferreira de Oliveira — Herds-Aquiraz — Restituição do deposito de..... Cr$ 100,00 (Decreto 1.831). Anexo 961/41 — Aprovado, em 10-1-945.

838/41 — Francisco de Paula Lima — Canindé — Aumento quota rapadura — Arquive-se, em 10-1-945.

179/42 — José Augusto de Oliveira (viuva) — Lavras — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 10-1-945.

1.342/41 — Luiz Alves de Freitas — Ipú — Inscrição de engenho — Deferido, em 10-1-945.

1.476/41 — Manoel Pereira de Barros — Assarí — Modificação no nome — Deferido, em 10-1-945.

5.398/40 — Francisco de Holanda Pires — Aquiraz — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 10-1-945.

4.737/40 — Gustavo Fernandes de Oliveira — Aurora — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 10-1-945.

4.503/40 — João Crisóstomo Menezes — Pacotí — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 10-1-945.

4.596/40 — Joaquim Florentino de Araujo — Barbalha — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 10-1-945.

1.948/41 — Raimundo Araujo Chaves — Ibiapina — Transferência de engenho de Manoel Martins Araujo — Deferido, em 10-1-945.

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:**

3.599/42 — Manoel Teixeira Neves e Francisco Bele & Irmãos — Bôa Sorte — Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 10-1-945.

**ESTADO DE GOIAZ:**

2.989/38 — José Pedro de Souza — Santa Luzia — Transferência para Delfino Machado de Araujo — Deferido, em 27-12-944.

**ESTADO DO MARANHÃO:**

3/43 — Raimundo Nonato Campelo — Viana — Desejando comprar o engenho de João Cruz Cerqueira, consulta sôbre a transferência — Deferido, em 10-1-945.

**ESTADO DE MINAS GERAIS:**

416/43 — Abílio Monteiro — Uberaba — Transferência para Aurelino Luiz da Costa — Deferido, em 27-12-944.

1.201/40 — Balbina Margarida de Jesus — Itapecerica — Transferência para Izaltino Rodrigues Afonso — Deferido, em 27-12-944.

4.415/42 — Benedito Dias Borborema — São Sebastião do Paraíso — Incorporação de quota para Alvim da Silva Lemos — Indeferido, em 27-12-944.

404/43 — João Vitos da Fonseca — Três Pontas — Transferência de engenho para Antônio de Brito Mendonça — Deferido, em 27-12-944.

2.359/43 — Voltaire Lamas da Silva — São João Nepomuceno — Pagamento de taxa de açúcar nos anos 1934 e 1935 — Anexo 44/38 — Arquive-se, em 27-12-944.

3.634/41 — Antônio Carneiro de Miranda — Rio Piracicaba — Isenção de taxa — Arquive-se, em 10-1-945.

2.102/43 — Antônio Teixeira de Miranda e Maria do Carmo Mendes Vva. — Eloi Mendes — Transferência de engenho de açúcar bruto e aguardente. Anexo: 2.305/39 — Deferido, em 10-1-45.

3.552/42 — Euzebio Alves Ferreira ou Ole-

---

na São Francisco do Quilombo Ltda., autoriza-se a averbação solicitada.

**Inscrição de fábrica** — Deferido o pedido de J. Fernandes, Amazonas,.

**Venda de maquinaria** — Retificando despacho anterior, autoriza-se a venda como ferro de petrechos do engenho de Virgolino de Oliveira, São Paulo.

gário Pereira da Costa e Luis de Azevedo Nunes — Muriaé — Transferência de engenho — Deferido, em 10-1-945.

2.682/42 — Fernando Roberto Ribas — Herval — 1.º) Inscrição de engenho — 2.º) Transferência para Benvindo dos Anjos Macêdo — Deferido, em 10-1-945.

900/43 — Francisco Mariano e José Vicente Martins — Botelhos — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 10-1-45.

544/42 — Francisco Pereira da Silva e José Augusto Gonçalves — Cachoeiras — Transferência de engenho de açúcar. Anexo: LR — 3.042/40 — Deferido, em 10-1-945.

3.279/42 — João Faustino dos Reis Maria e Maria Vitorino de Faria — São João Evangelista — Transferência de engenho e remoção — Deferido, em 10-1-945.

3.767/43 — João Luiz de Carvalho — Carmo do Paranaíba — Certidão de inscrição — Aprovado, em 10-1-945.

2.382/41 — João Segatto — Uberlândia — Transferência do engenho de Reynaldo Tomaz de Sousa — Deferido, em 10-1-945.

391/43 — Joaquim Alves Monteiro — Carangola — Transferência e inscrição do engenho de Vicente Tinte — Deferido, em 10-1-945.

1.982/41 — José Francisco Pires Sobrinho — Cachoeiras — Transferência de engenho de Joaquim Francisco Pires — Deferido, em 10-1-945.

3.423/42 — José Pereira Filho e Antenor Bressan — Ubá — Transferência de engenho de rapadura.

16.683/44 — Manoel Alves de Oliveira e Antenor Sebastião Coutinho Brum — Volta Grande — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 10-1-945.

126/42 — Manoel Feliciano Ferreira e José Antônio Nicolau — Itauninha — Transferência de engenho. Anexo: L. R. 5.707/40 — Deferido, em 10-1-945.

4.632/41 — Otto Ruback e Ovidio Lima Junior — Transferência de engenho de rapadura — Pirapetinga. Anexo: L. R. 1.877/40 — Deferido, em 10-1-945.

28.090/44 — Placido Paganeli Filho e Luis de Biaso — Campanha — Transferência de engenho — Deferdo, em 10-1-945.

2.243/41 — Silvio Massa — Varginha — Isenção de pagamento de taxa — Arquive-se, em 10-1-945.

121/40 — Adelindo Marcelino de Morais — Carangola — Incrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 10-1-945.

1.820/40 — Alcebíades Marques Rodrigues — São João da Gloria — Inscrição de engenho rapadureiro. Anexo: L. R. 8.565/41 — Arquive-se, em 10-1-945.

320/37 — Alôncio Pinto de Miranda — Monte Alegre — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 10-1-945.

2.748/40 — Antero Costa — Leopoldina — Pede as fichas para que possa efetuar o pagamento das taxas — Arquive-se, em 10-1-945.

3.948/339 — Onofre Pires de Miranda — Monte Carmelo — Cancelamento de inscrição — Arquive-se, em 10-1-945.

**ESTADO DA PARAÍBA:**

5.977/41 — José Bernardo de Lira — Espólio — Laranjeiras — Transferência p/Otávio Lima Leite — Arquive-se, em 27-12-944.

3.766/43 — Odilon da Silva Coutinho — Córrego — José Pina de Albuquerque — Guarabira — Transferência de engenho — Deferido, em 10-1-945.

**ESTADO DO PARANA':**

32.047/44 — José Ribeiro Carrapeiro e George Maxwell Cochrane — Jacarézinho — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 10-1-945.

30.363/44 — Lehira Meira de Vasconcelos Poniweas — Castro — Instalação de distilaria de álcool — Deferido, em 10-1-945.

**ESTADO DE PERNAMBUCO:**

44.906/44 — Antônio Batista de Oliveira—Canhotinho — Transferência para Josué Batista de Oliveira — Indeferido, em 27-12-944.

44.904/44 — Hardman, Tavares & Cia. — També — Modificação de firma para Hardman, Tavares & Cia. Ltda. — Deferido, em 27-12-944.

44.912/44 — Antônio de Araujo Pedrosa e Manuel Alexandre de Morais — Garanhuns — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 10-1-945.

**ESTADO DO PIAUÍ:**

5.584/40 — Raimundo Nonato Moreira — Castelo — Transferência de engenho para Milton Olímpio de Moura — Deferido, em 15-1-945.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:**

2.765/41 — Manoel Gonçalves de Melo Filho — Caicó — Transferência do engenho de Manoel Cesário de Medeiros. Anexo L. R. 1.575/40 — Deferido, em 27-12-944.

**ESTADO DO RIO:**

30.784/44 — Enoche Barbosa Bastos — Itaperuna — Inscrição de engenho de rapadura — Arquive-se, em 10-1-945.

30.785/44 — Francisco Felicissimo de Carvalho e José Francisco Custodio de Carvalho — Itaperuna — Transferência de engenho — Deferido, em 10-1-945.

**ESTADO DE SÃO PAULO:**

37.199/44 — Francisco Maximiano Junqueira — Igarapava — (Viuva) — Certidão do termo de verificação e constatação — Indeferido, em 27-12-944.

973/42 — Sebastião Pedroso da Silva — Redenção — Inscrição de engenho de rapadura. Anexos: 654/42 e 6.689/40, do mesmo — Deferido, em 27-12-944.

39.986/44 — Choju Sato — Promissão — Montagem e inscrição de engenho de aguardente — Indeferido, em 10-1-945.

# DECISÕES ADMINISTRATIVAS

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

**Departamento de Administração**

**Divisão de Orçamento**

PORTARIA N.º 30 — DE 17-1-945

O Ministro de Estado, atendendo ao que requereu The State of Bahia South Western Brasil Railway Company, Limited e tendo em vista os pareceres que a respeito emitiram o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e o Conselho de Tarifas e Transportes, respectivamente em ofícios ns. 1.697-DG e CTT-7-95, de 18 de novembro último e de 27 de dezembro de 1944, resolve aprovar as tarifas que com esta baixam, elaboradas nos têrmos da portaria n.º 482, de 10 de maio dêste ano, para serem aplicadas nas linhas da Estrada de Ferro de Ilhéus a Conquista, da qual aquela Companhia é cessionária, figurando na relação dessas tarifas, as especiais correspondentes às atuais que deverão ser aplicadas aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, cujo preço de transporte não pode, no momento, ser alterado.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1945. — **João de Mendonça Lima.**

### E. F. ILHÉUS A CONQUISTA

**Tarifas especiais para os gêneros alimentícios de 1.ª necessidade e gado**

MERCADORIAS

Açúcar bruto e refinado :

| EA — 1 | Bp. |
|---|---|
| Até 100 km. | 83 |
| De 101 em diante | 61 |

Açúcar bruto e refinado (quando produzido na zona da Estrada) :

| EA — 2 | Bp. |
|---|---|
| Até 100 km. | 50 |
| De 101 em diante | 33 |

As mercadorias classificadas nas tabelas EA-1 e EA-2, quando despachadas entre Ilhéus, Itabuna e Pirangi, serão classificadas na tabela EA-3 (1).

("D. O.", Rio, 27-1-945).

---

(1) A tabela EA-3 é a seguinte:

| | |
|---|---|
| Até 100 km. | 45 |
| De 101 em diante | 22 |

## MÉTODOS ÓTICOS DE ANÁLISE QUÍMICA

**O contrôle do açúcar nas usinas e nas refinarias depende em grande parte dos métodos óticos. Um químico açucareiro deve ser versado nas leis que governam a luz e no manejo de instrumentos óticos, tais como colorímetro, turbidímetro, nefelômetro, microscópio (para exame dos cristais de açúcar), refratômetro, polarímetro e sacarímetro. E não faltam oportunidades ao químico que faz pesquisas para usar o espectrofotômetro e o fluorofotômetro.**

**Segundo informa "Sugar", número de outubro, acaba de aparecer nos Estados-Unidos o livro com o título acima, no qual o seu autor, Thomas R. P. Gibb, faz uma descrição completa de todos os instrumentos acima aludidos e explica como são êles construidos. Servindo êsses instrumentos para aplicação das leis da ótica a fins determinados, diz a referida revista, o químico açucareiro deve ser familiar com essas leis e para isso o livro em apreço é de grande utilidade.**

---

4.025/43 — Estevam Boaventura de Oliveira — Viuva ou Elisa Franzoti — e Júlio Lopes da Silva — Borborema — Transferência de engenho de açúcar e rapadura. Anexo: 4.026/43 — Arquive-se, em 10-1-945.

8.499/44 — João Barbosa de Sousa — Taubaté — Inscrição de engenho de rapadura — Arquive-se, em 10-1-945.

1.296/42 — Joaquim Sodré A. Ribeiro & Cia. — Itaquerê — Miguelópolis — Incorporação de quota do engenho "Pouso Alto" — Aprovado, em 10-1-945.

4.011/43 — Matias Negrão e Domingos Soares de Oliveira — São Pedro do Turvo — Transferência de engenho de açúcar e aguardente — Deferido, em 10-1-945.

**ESTADO DE SERGIPE :**

2.705/39 — Teófilo de Freitas Barreto — Riachuêlo — Transferência de proprietários — Deferido, em 27-12-944.

# AMPLA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DO I. A. A. AOS PRODUTORES

O "Jornal de Alagoas", de Maceió, publicou, em sua edição de 3 de dezembro de 1944, as seguintes declarações que, a propósito do Decreto 6.969, lhe foram feitas pelo Sr. Castro Azevedo, membro da Comissão Executiva do I.A.A., em sua recente viagem àquele Estado:

— "Não há dúvida que o Decreto sôbre a sindicalização rural veio opulentar os diversos e fundamentais problemas que o Govêrno vem tomando e dando vida no mundo do nosso Direito Social.

Êsse decreto, veio logo após ao em que o govêrno solucionou as questões relativas aos plantadores de cana, estabelecendo a perfeita distinção entre fornecedores e assalariados, ou seja, quanto a êstes, as qualidades de verdadeira significação do colono que São Paulo entendia ser uma das peculiaridades do seu trabalhador rural, quando colono é apenas uma denominação genérica do homem que cultiva a terra, seja alheia ou própria.

### A QUESTÃO DA RENDA DA TERRA

— O ato do govêrno também resolveu a questão da renda da terra. E' certo que o Estatuto da Lavoura Canavieira havia atribuído ao Instituto do Açúcar e do Álcool a competência para fixar tal valor. Mas, agora, fê-lo o govêrno, estabelecendo garantias de trabalho a que se juntam as vantagens de uma remuneração conveniente à vida do homem do campo, dando-lhe condições de vinculação à terra, o que tem sido o nosso grande problema rural.

### ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

Continuando, o entrevistado, salientando a assistência financeira no setor açucareiro através do Instituto do Açúcar e do Álcool, acentuou:

— Ao lado de medidas tão significativas para o trabalho no setor açucareiro é oportuno salientar a assistência financeira que êle vem recebendo do govêrno, através do I.A.A., bastando assinalar que a 3 de agôsto dêste ano, o Instituto havia financiado as cooperativas de banguezeiros e fornecedores de canas com a importante soma de mais de 21 milhões de cruzeiros, garantindo, por outro lado, as operações de retrovenda do açúcar de usinas, com créditos que vão além de 100 milhões de cruzeiros.

E' dinheiro já bastante farto e a juros dos mais baixos.

### SÔBRE A TABELA DO PREÇO DA CANA

— Sôbre a tabela do preço da cana, depois da iniciativa de Pernambuco, em 1931, decretando uma tabela de pagamento da cana naquele mais importante centro de produção de açúcar do Brasil, veio em 1936 a Lei n.º 178 que facultou a organização de tabelas nos diversos Estados.

E' exato que nem todos os Estados açucareiros as organizaram, mas, posteriormente, o Estatuto da Lavoura Canavieira deu ao Instituto a competência de decretá-las.

Essa matéria é por demais complexa, pois o Estatuto determinou que o preço da cana seria fundado ou correspondente ao rendimento médio industrial das usinas em cada zona açucareira do País. E digo que é materia complexa porque temos usinas com rendimento de 42 quilos por tonelada de cana e temo-las até de 124 quilos, que é a média obtida pela Central Leão, a única usina do país com uma percentagem tão elevada de rendimento, o que deve orgulhar Alagoas e os homens que fundaram e aparelharam tão eficientemente êste nosso grande centro industrial.

### COMISSÃO ESPECIAL E ELABORAÇÃO DO ANTE-PROJETO

Reportando-se a uma iniciativa da Comissão Executiva do I.A.A., nomeando comissões representativas sôbre o assunto declarou:

— Há mêses, a Comissão Executiva do Instituto nomeou uma comissão composta de 3 representantes dos usineiros e 3 representantes dos fornecedores de cana, dando-me a honra de nomear-me seu presidente. Essa comissão especial, que se tem reunido com assistência dos chefes das Seções Jurídica, de Assistência à Produção e de Estudos Econômicos do Instituto, já elaborou o ante-projeto, remetendo-o aos interessados de todo o País, como às suas associações de classe, para ouvir ou receber sugestões.

### TABELA DE PAGAMENTO, EM JANEIRO PROXIMO

Finalizando, disse o Sr. Castro Azevedo:

— Já deixei todo êsse material reunido para ser distribuido aos membros da comissão especial, e logo que eu regresse, os trabalhos serão dessa forma ativados, esperando-se que em janeiro próximo tenhamos uma tabela de pagamento de cana que consulte os reais interêsses das duas grandes classes.

---

## O SR BARBOSA LIMA SOBRINHO, NO CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

**Por decreto de 22 de janeiro último, o Presidente da República reconduziu o Sr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho nas funções, em comissão, de membro do Conselho Federal de Comércio Exterior.**

# S. A. LES USINES DE MELLE

## ALCOOL ANIDRO

Processo de recuperação das leveduras

Fabricação direta do álcool absoluto

| USINAS | Capacidade de produção por 24 horas |
|---|---|
| Amália | 10.000 |
| Baixa Grande | 5.000 |
| Barcelos | 20.000 |
| Bom Jesus | 5.000 |
| Brasileiro | 15.000 |
| Catende | 30.000 |
| Cambaíba | 10.000 |
| Conceição | 15.000 |
| Cucaú | 15.000 |
| Junqueira | 20.000 |
| Laranjeiras | 15.000 |
| Maravilhas | 15.000 |
| Miranda | 10.000 |
| Paineiras | 5.000 |
| Pontal | 10.000 |
| Pumatí | 22.000 |
| Queimado | 15.000 |
| Quissamã | 15.000 |
| Santa Cruz | 15.000 |
| Santa Luisa | 5.000 |
| Santa Maria | 10.000 |
| Santa Teresinha | 30.000 |
| São José | 25.000 |
| Serra Grande | 12.000 |
| Tanguá | 15.000 |
| Timbó-Assú | 7.000 |
| Tiúma | 22.000 |
| Trapiche | 15.000 |
| Volta Grande | 5.000 |

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

| | |
|---|---|
| Distilaria Central Estado do Rio | 60.000 |
| Distilaria Central Presidente Vargas | 60.000 |
| Distilaria Central Ponte Nova | 20.000 |
| 32 distilarias | 553.000 litros de capacidade diária |

ESTABILIDADE ABSOLUTA

FUNCIONAMENTO SIMPLES

ECONOMIA DE MATERIAL

ECONOMIA DE COMBUSTIVEL

## FERMENTAÇÃO

MELLE—BOINOT

Processos azeotrópicos de desidratação

| USINAS | Capacidade de produção por 24 horas |
|---|---|
| Amália | 10.000 |
| Baixa Grande | 5.000 |
| Barcelos | 20.000 |
| Bom Jesus | 5.000 |
| Brasileiro | 15.000 |
| Cambaíba | 15.000 |
| Conceição | 15.000 |
| Cucaú | 15.000 |
| Cupim | 20.000 |
| Fazenda Lídia | 5.000 |
| Laranjeiras | 15.000 |
| Leão (Utinga) | 10.000 |
| Maravilhas | 15.000 |
| Miranda | 10.000 |
| Outeiro | 30.000 |
| Paraiso (Tocos) | 15.000 |
| Piracicaba | 15.000 |
| Pontal | 10.000 |
| Porto Feliz | 20.000 |
| Pumatí | 22.000 |
| Pureza | 6.000 |
| Queimado | 15.000 |
| Quissamã | 15.000 |
| Roçadinho | 7.000 |
| Santa Bárbara | 8.000 |
| Santa Cruz | 15.000 |
| Santa Luisa | 5.000 |
| Santa Maria | 10.000 |
| Sapucaia | 6.000 |
| São José | 30.000 |
| Serra Grande | 15.000 |
| Tanguá | 15.000 |
| Timbó-Assú | 7.000 |
| Tiúma | 22.000 |
| Trapiche | 15.000 |
| Vassununga | 5.000 |
| Vila Raffard | 20.000 |

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

| | |
|---|---|
| Distilaria Central Presidente Vargas | 60.000 |
| Distilaria Central da Bahia | 12.000 |
| Distilaria Central Ponte Nova | 20.000 |
| 40 distilarias | 595.000 litros de capacidade diária |

NOTAVEL AUMENTO DE RENDIMENTO
MAIOR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO
TRABALHO SEGURO E QUASE AUTOMÁTICO
MELHOR QUALIDADE DO ALCOOL FABRICADO

**na fermentação de:**
**açúcar, melaço, caldo de cana, mandioca e cereais.**

**Representante geral no BRASIL:**

# ROBERTO DE ARAUJO

RIO DE JANEIRO

**Av. Presidente Vargas, 149 — 9. andar — salas 17/18 — Tel 23-3081**

# TERRA ALHEIA

**Celso Filho**

Geralmente o homem teme o desconhecido. No entanto, conforma-se com facilidade extraordinária, em frente aos fatos consumados, reconhecendo até que tiveram efeitos e conseqüências menores do que previra.

Se isso acontece com o homem-indivíduo, muito mais ainda com os homens formando classes ou outros agrupamentos.

Assim, quando na antiga Câmara dos Deputados, se cogitava do que foi posteriormente objeto da Lei 178 de 1936, isto é, regular a situação dos fornecedores de cana diante dos usineiros já com sua situação regulada, a gritaria não foi pequena e os protestos não foram poucos.

Mas a tempestade passou, o diabo pareceu menos feio do que tinha sido pintado e a nova lei começou a ser pacificamente burlada.

Aconteceu, porém, que o Instituto do Açúcar e do Álcool, sob a orientação segura de seu Presidente, servido por uma brilhante plêiade de técnicos, vinha acompanhando todos os processos e métodos de burla e, ao mesmo tempo, anotando as boas práticas que estavam dando resultado. Tinha todo o Brasil que plantava cana como campo de experiência. Por isso acertou.

De posse dêsses dados, de acôrdo com os interessados e procurando, por delegação do Estado, proteger os mais fracos, organizou o ante-projeto do Estatuto da Lavoura Canavieira.

Foi o ante-projeto, muito além do esperado. Criou o Instituto do Fundo Agrícola. Cuidou da proteção social ao fornecedor e ao trabalhador. Estabeleceu sanções severas e criou justiça especial para julgamento dos casos relativos à sua aplicação.

Não se fêz esperar a reação. Muitos usineiros sentiram-se prejudicados, mas o futuro ainda dirá que lucraram e muito. Pensavam que se ia acabando o mundo que lhes era familiar. O mundo em que nem a propriedade era função, nem o trabalho dever social. De fato ia e vai, porém, não tão violentamente como supuseram. Quanto mais confiarem na ação do Estado, quando representado por homens como o Presidente do Instituto, mais permanecerá resquício do mundo em que pretendem continuar a viver.

## PRIMEIRAS REAÇÕES

Pronto o ante-projeto, trazendo em seu seio uma das maiores reformas agrárias a que já assistiu o continente americano, sem que se propusesse efetivar pela violência, foi submetido à apreciação dos interessados.

Foram os proprietários, em grande número, individualmente, ou através de suas associações de classe, ferozes combatentes dos magníficos conceitos do futuro diploma legal.

Vejamos alguns exemplos:

— Pelo Sindicato dos Industriais de Açúcar e Álcool, foi considerado, além de um atentado à Constituição e às leis vigentes, "uma perigosa ameaça de vultosos prejuísos à produção açucareira do País" e ainda mais como "desnecessário e inoportuno".

Entretanto, a perigosa ameaça, uma vez efetivada, deixou de ameaçar. Assim como, os vultosos prejuízos, não se fizeram sentir nos dados estatísticos da economia nacional.

— Pelo Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo, chegou-se à conclusão de que, "agora, pelo ante-projeto, as novas atribuições do Instituto do Açúcar e do Álcool se alargam para o campo espinhoso da legislação social-agrária". Ainda mais que o "Estatuto da Lavoura Canavieira não é, nada mais, nada menos, que a ameaça da imposição de uma profunda reforma agrária, atingindo sòmente um setor da atividade agrícola".

Concordamos que essa profunda reforma agrária estava, apenas, atingindo um setor da produção. Mas tudo tem de ter um comêço. Os interessados na produção do açúcar dever-se-iam, como devem, sentir honrados com uma das mais belas experiências positivas no espinhoso terreno agro-social.

— Em sermão encomendado pelo Sindicato dos Usineiros de Pernambuco, sôbre o ante-projeto do Estatuto, o Professor Nogueira de Paula, catedrático da Universidade do Brasil e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, termina dizendo que, "tendo em vista os prejuízos econômicos e sociais que não só afetarão as classes diretamente interessadas, mas tôda a coletividade, o projetado Estatuto da Lavoura Canavieira, tal como está organizado e redigido, é evidentemente contrário aos interêsses econômicos do País, e, portanto, pode ser classificado de anti-social".

Não avançou, porém, o profesor Nogueira de Paula além da conhecida técnica de que uma afirmação feita com ênfase, por si só basta, não carecendo de comprovação.

Aliás, seria perigoso comprovar, fazendo profecias para o futuro, que as desmentiria como desmentiu, que os interêsses econômicos-sociais de tôda coletividade estavam em perigo.

— Analisemos agora a atuação do Professor Jorge Filipe Kafuri, catedrático de Economia Política da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, em seu trabalho "A Situação da Indústria Açucareira no Brasil". Chegou S. S.ª, após exaustivo exame, à conclusão de "que existe, pela contingência **cativa** da cana, uma vassalagem **econômica** da lavoura à Usina".

Prossegue o Professor Kafuri por páginas e páginas, provando que a lavoura da cana vive, além de cativa e avassalada, só por obra e graça da Usina, como se esta não dependesse, também, daquela. Quase que levanta novamente a célebre controvérsia de que se não fôsse a galinha não teríamos o ovo, e vice-versa.

Tinha o Professor Kafuri a missão de defender a fusão das avidades agrícolas e fabrís. As-

sim, procurando descascar o abacaxi, oferece um quadro estatístico que em nada o ajuda, pois mostra que 38% das canas moídas pelas usinas provinham dos fornecedores.

Para justificar-se, alega (numa feliz aplicação da escola geo-política alemã em que as palavras servem para encobrir os pensamentos), que isto é apenas o estado **instantâneo atual** do equilíbrio dinâmico, etc.

Perdoamos-lhe a falsidade da saída encontrada, porque o Professor é um ardente enamorado do **progresso da técnica,** tão enamorado que esquece só procurar êsse progresso os ramos de atividade que oferece vasto campo de aplicação. O açúcar, produto de que todo o mundo está saturado, permanecerá ainda por muito tempo numa **"inércia histórica".**

— Vejamos outro catedrático, agora da tradicional Escola de Direito de São Paulo, Professor Cesarino Júnior. Depois de um exaustivo trabalho de citação de autores de outras terras, numa profecia que também não se realizou de que "para que continue a reinar em nossa pátria a paz, social, que o Presidente Vargas lhe assegurou e que o ante-projeto do Estatuto da Lavoura Canavieira, tal como está, veria fatalmente fazer perigar".

— Para finalizar esta série de críticas feitas às críticas ao ante-projeto, vejamos o que disse o Dr. Laêl Feijó Sampaio, então Presidente da Distilaria dos Produtores de Pernambuco, em entrevista ao jornal "O Globo" desta capital, em julho de 1941.

Usou S. S.ª de uma tática muito conhecida, isto é, fazer com que os outros se amedrontem com o que nos ameaça. Assim, podemos encontrar quem nos ajude, como aliados, a afastar êsse perigo ou suposto perigo. Disse, referindo-se ao ante-projeto: "é uma verdadeira expropriação. E, ela, que se inicia pela indústria, é pelo exemplo, uma ameaça a tôdas as outras atividades, dependentes da utilização da terra".

Adiante, referindo-se à exclusão dos parentes dos usineiros, até 2.º grau, do quadro de fornecedores, achava isto "um atentado ao direito de propriedade e ao livre gôzo dêsse direito".

Realmente, em se olhando o aglomerado social como um complexo imutável, tinha razão o autor da crítica. Êste princípio não encontra acolhida em nenhum dos postulados do Direito criado pelo Estado liberal. Isso, aliás, reconheceu o Ministro Marcondes Filho na Exposição de motivos que acompanhou o projeto que se transformou no Dec-Lei 6.969, de 1944. Ainda mais, para desespêro de muitos e benefício de todos, a lei a que me acabo de referir trás outras inovações do mesmo quilate da acima citada. Refiro-me ao artigo 9.º, que obriga as usinas a financiar a safra de seus colonos-fornecedores, quando não haja no local cooperativa de crédito de fornecedores, não podendo cobrar mais de 4% de juros ao ano, que é a taxa cobrada pelo Instituto quando faz financiamento.

## COLONATO

Teve por única finalidade o retrocesso histórico que acabamos de fazer, mostrar que todos os receios dos interessados, quanto aos resultados da aplicação do Estatuto, foram infundados.

Uma vez pôsto em execução, as falhas observadas foram justamente de que alguns de seus postulados deviam ser mais bem esclarecidos, a fim de que não deixassem pretextos para burlas.

Isso porque, os poucos postulados que acenavam a mais leve possibilidade de interpretação duvidosa foram aproveitados e em tôrno dêles pretendeu-se reavivar a campanha que já tinha sofrido o ante-projeto.

Para exemplo, tivemos o caso dos fornecedores que estavam geogràficamente situados em regiões onde tinham o nome de colonos. Como o conceito dêsse nome já estava mais ou menos firmado em outro ramo da agricultura com o significado aproximado de trabalhador comum, tentou-se, então, para negação de direitos, transformar o fornecedor em colono.

Muitas usinas negaram a qualidade de fornecedor a seus colonos que tinham tôdas as características daqueles. Daí um choque de interêsses.

Êsses colonos-fornecedores, ameaçados de se verem transformados em simples assalariados, apelaram para o Instituto que, seguindo a trajetória ascendente traçada pelo seu Presidente, mostrou-se intransigente na aplicação da lei, buscando-lhe mais o conteúdo social que as palavras sêcas. Procurou "atender a êsses problemas", assegurando continuidade à categoria de colono, como um grau natural que é, na emancipação dos trabalhadores do campo" (Marcondes Filho).

Mas, enquanto o Instituto assegurava os direitos dos colonos-fornecedores, os outros interessados apelaram para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e para o Presidente da República, em busca de uma interpretação adequada a seus fins, para o sistema de colonato aplicado à lavoura da cana. No entanto, nem um nem outro quis decidir sem que mandasse fazer um estudo minucioso da questão por uma comissão competente.

Nisso, aliás, se caracteriza a justiça social. Os interêsses em choque aparecem como antagonismos irredutíveis. Mas, as soluções a encontrar devem ser de uma imparcialidade a tôda prova, sem se levar em conta a potência econômica dos contendores.

Começou-se, então, por procurar as causas do conflito. Verificou-se, através do processo histórico da propriedade agrária no Brasil, "que no campo só há empregador — o que tem o domínio ou a posse legal da terra e empregado o que trabalha na terra alheia e por conta do dono desta, sem que tenha sua posse assegurada por um contrato de arrendamento" (1) "A existência de classe intermediária, com características bem realçadas de autonomia, em determinadas regiões poderá, entretanto, dar lugar à criação de um sindicato específico..." (2) "Seria difícil prefixar, em uma organização, que agora vai nascer, categorias ou grupos de atividades e profissões. O empregador rural, assim como o trabalhador, sal-

(1) Marcondes Filho, na exposição de motivos que acompanhou o ante-projeto da Lei da Sindicalização Rural (Lei 7.038, de 1944).

(2) Idem.

vo casos excepcionais em determinadas regiões, como a canavieira, a açucareira, etc., em geral se dedicam à policultura" (3).

Assim, chegou-se à conclusão de que o direito aos colonos de serem fornecedores, era negado em virtude daqueles não terem o domínio ou a posse da terra, sob qualquer de suas modalidades.

Ter-se-ia pois, como solução, de reconhecer aos colonos que se sujeitavam ao risco agrícola e dispunham dos meios de produção, um direito sôbre a **terra alheia**, proveniente da exploração sistemática da mesma.

Foi o que fêz o Dec.-Lei 6.969, de 19 de outubro de 1944 que estabeleceu normas relativas às várias formas de exploração agrícolas em terras alheias.

Aí, tôdas as formas possíveis do colonato, que é uma expressão genérica abrangendo relações diversas, encontram seus conteúdos jurìdicamente regulados.

## SITUAÇÕES DIVERSAS

Consideremos, porém, que os colonos-fornecedores que lavram terra alheia, estão dentro de uma gama extensa de relações diferentes, proporcionalmente aos benefícios recebidos direta ou indiretamente das Usinas. E' fora de dúvida que êsses benefícios devem ser pagos. Mas pagos numa proporção justa, prefixada em lei e descontada no pagamento das canas que obedece a uma tabela única para todos os fornecedores.

Foi como procedeu o Dec-Lei 6.969. Previu uma sábia percentagem para os casos mais comuns, e os descontos oriundos das relações mais específicas serão regulados nos contratos.

Vejamos os descontos mais comuns previstos:

I — de 10-15% pelo aluguel da terra, segundo a natureza do terreno;

II — de 1-3% pelo aluguel de casas ao fornecedor e seus empregados, conforme a higiene, segurança, comodidade e confôrto;

III — de 1-5% pela assistência técnico-agrológica, correspondendo cada 1% aos itens seguintes: a) orientação quanto a plantio, tratamento e colheita; b) fornecimento gratuito de mudas e adubos; c) fornecimento de meios para combate às pragas; d) inspeção periódica aos canaviais por técnicos e, e) manutenção de gabinete de pesquisas e técnicos agrológicos;

IV — de 1-7% pela assistência médico-social ao fornecedor e seus empregados que, obedecendo ao item anterior, temos: a) assistência médico-dentária e ambulatório; b) assistência hospitalar; c) creche e maternidade; d) escolas primárias e cursos práticos de agricultura; e) instituições pré-escolares e bôlsas de estudo; f) recreação para crianças e para adultos e, g) fazer o saneamento necessário à salubridade da zona;

V — de 3-5% pelo aluguel de animais, veículos e instrumentos de trabalho.

VI — Uma taxa por serviços específicos de lavoura como: a) preparo do terreno; b) transporte de canas; c) irrigação; d) fornecimento de adubos químicos; e) juros pelo financiamento prestado; f) conservação de caminhos e g) outras taxas aprovadas pelo Instituto.

Como vimos, tôdas as várias situações foram tratadas diversamente, sem o nivelamento impossível, mas também, dentro de um espírito rigoroso de justiça para ambas as partes.

## TRABALHADORES RURAIS

Cuidou, também, o Dec.-Lei 6.969 de definir o trabalhador rural como "o que presta serviços na lavoura canavieira em caráter permanente, periódico ou transitório" (art. 19). Assim, ficaram protegidos não só os que se dão por inteiro à lavoura da cana, como também, os "curumbas" do Norte e os "baianos" do Sul quando, na época das safras, procuram equilibrar seus magros orçamentos.

No entanto, foi mais além, tirando uma velha dúvida. Trata-se do caso dos trabalhadores rurais que prestam serviços de caráter industrial em determinado período do ano. Ficou resolvido que, nesses períodos, estarão subordinados aos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, inclusive salários.

Para cada espécie de trabalhador, a Usina organizará um contrato-tipo que deve sempre observar: a) proibição de redução de salários; b) direito de moradia; c) assistência dentária e hospitalar gratuita; d) ensino primário gratuito para seus filhos e, e) indenização por despedida injusta.

Após 10 anos de trabalho, correspondendo à estabilidade dos outros empregados, terá direito a uma área de terra próxima à moradia, cuja extensão mínima deve ser indicada no contrato-tipo.

Pelo visto, convenhamos que estamos em presença de um exemplo magnífico, digno de servir de modêlo aos que, de futuro, tiverem de legislar sôbre Direito Agrário.

(3) Idem.

# VARIAÇÃO DO NÍVEL DE VIDA E SITUAÇÃO ESCOLAR NAS ZONAS CANAVIEIRAS DO BRASIL

**Vasconcelos Tôrres**

Temos examinado, através a série de artigos publicados nesta revista, alguns aspectos das condições de vida do trabalhador em usina de açúcar. Está claro que o nosso trabalho não pode oferecer a imagem da realidade, já por ter sido o primeiro — trazendo naturalmente as falhas de tôda pesquisa inicial — já pelas épocas em que foi efetuado. Assim, quando falamos num Estado ou numa usina, queremos nos referir, também, a um determinado tempo. Evidentemente o **standard of living** dos trabalhadores brasileiros é variável — nunca para bom, é certo. Dessa maneira não é possível falar-se em estabilização do nível de vida no Brasil. As altas sempre desproporcionais aos salários, os recursos higiênicos sempre inferiores às necessidades e outras razões bem ponderáveis ocasionam freqüentemente aquilo que em boa linguagem sociológica denominamos de desajustamentos. Constatamo-los não só com os elementos efetivos do inquérito, como também com os elementos acidentais, isto é, aquêle que, não constituindo parte do nosso plano de levantamento, eram abordados pelo pesquisador para efeito de impressões gerais sôbre o ambiente estudado. Êsses desajustamentos evoluem com o aumento do custo de vida. A diferença de um mês para outro, ou mesmo de uma semana, é capaz de acentuar uma crise familiar. Vejamos o caso típico do charque, alimento que sempre esteve ao alcance das bôlsas menos favorecidas, hoje inacessível aos trabalhadores com ordenados inferiores ao seu custo por quilo. Em certas zonas o preço dêste produto subiu, repentinamente, a tanto, que o seu consumo ficou abolido da noite para o dia. Como é sabido, a **carne sêca** é o alimento predileto do nosso homem rural e o seu uso data dos dias coloniais, sendo, por bem dizer, um prato tradicional na cozinha do interior brasileiro. Nas fichas de consumo que temos organizadas em arquivo, o alimento do qual estamos tratando figura repetidamente, com restrições em São Paulo; no Norte êle aparece com menor consumo e isto porque, na época em que por lá andamos, os preços dos gêneros estavam, — para utilizar uma expressão popular —, **pela hora da morte.**

A guerra mundial n.º 2, da qual participamos ativamente, veio agravar os problemas de abastecimento. Nunca possuímos transportes e os poucos foram imediatamente aproveitados para a mobilização que empreendemos. Ao lado dessas razões inevitáveis, surgiu a figura vampiresca do comerciante inescrupuloso que, aproveitando-se da miséria alheia, suga a não mais poder, acumulando nas gavetas os frutos ilegais dos seus lucros. As zonas pobres do interior sentiram as conseqüências da guerra e com estoicidade até hoje suportam enormes sacrifícios. Os desajustamentos se prenunciaram e os salários mantiveram-se proporcionalmente no nível anterior. O exemplo que citamos acima diz bem da dependência das condições de vida para com as circunstâncias político-econômicas.

O inquérito a que procedemos nas zonas canavieiras do Brasil, como dissemos, representa uma época. Realizado como foi em ocasiões diversas, na verdade êle exprime uma situação que pode ter permanecido ou não. Um estudo dessa natureza deve ser visto sob êste prisma, de acôrdo, aliás, com o ensinamento da escola monográfica.

No desenvolvimento dos temas que abordamos em artigos outros, as condições de vida pròpriamente ditas constituíram objeto das nossas dissertações. O material recolhido, porém, conforme acentuamos algumas vêzes, não se refere, apenas, ao padrão de vida. Tivemos, por exemplo, ensejo de examinar a predominância étnica em relação com a eficiência no serviço, etc. Não havíamos até agora tratado do problema escolar nas zonas canavieiras, de palpitante atualidade, pois estamos observando que os índices de analfabetismo continuam alarmantes em todo o país. O autor dêste artigo, atualmente fora do I.A.A., servindo numa unidade do Exército, teve a oportunidade de sentir, no seu quartel, a falta de instrução, reinante mesmo

nos centros urbanos. A maioria dos recrutas recentemente sorteados não sabe sequer o A.B.C.

Falando do problema da educação rural, dissemos de uma feita: o muito que se está fazendo para solucioná-lo, é pouco à vista da enormidade da massa inculta. Pode ser que a geração rural vindoura apresente um índice menor de analfabetos, mas, a atual é sem instrução. Os rurícolas adultos não vão à escola. Há fazendas que, perdidas na vestidão, não puderam conhecer os benefícios do ensino. Os homens viraram brutos, ignorando as coisas mais comezinhas, não tendo ao menos noção de pátria, como nos foi dado observar na Bahia e em Sergipe. No Oeste, o boiadeiro não quer ir à escola. O gado lhe confere uma sabedoria e esta lhe satisfaz plenamente porque, nas zonas pastorís, as conversas giram em tôrno de currais, etc. Êle é um rude espírito, uma criatura que vive em conformidade com a ignorância.

O panorama da educação rural no Brasil dá margem a múltiplos comentários, dependendo do ponto de vista em que se coloque o comentarista. O pedagogo tratará da sua especialidade, bem como o médico averiguará as condições higiênicas, etc. Um pesquisador social verá, em primeiro lugar, como é constituida a freqüência, origem da professôra e os programas adotados — que, infelizmente, são moldados pelos centros urbanos — quais são os alunos que não podem freqüentar e as razões que a isso são levados, etc. A respeito da origem da professôra, há uma interessante observação do Prof. Carneiro Leão, contida no seu livro **A Sociedade Rural:** "os professôres, mandados para o interior, estudaram na capital ou nas grandes cidades, cujos problemas são urbanos. Diplomaram-se em suas escolas, viveram com suas famílias nesse ambiente, aprenderam e praticaram por currículos organizados para as exigências da vida citadina. E não é tudo. Vão ensinar nos meios matutos e sertanejos, por programas manipulados na capital, cuja distribuição de matérias e cujos métodos preconizados só por descuido cogitam das necessidades e realidades da vida do interior. Sua aspiração é correr, seu pensamento está na cidade e na família distantes, seu sentido é de hostilidade ao ambiente, sua atitude de aversão e de incompreensão ao meio que êles não compreendem e que, em retribuição, com êles antipatiza. Os professôres vivem alheios aos problemas com que se defrontam, à vida que o cerca, às necessidades que os circundam, ao destino e a felicidade dos alunos e da própria comunidade". Êstes são — quando existem — os professôres rurais do Brasil.

Nas nossas visitas às usinas, nunca deixamos de percorrer as escolas mantidas pela indústria ou pelo Estado. Nossa impressão, colhida em cinco regiões, é inteiramente favorável a São Paulo e ao Estado do Rio. Neste último Estado, encontramos escolas dentro, próximas e afastadas das usinas. A Usina Cambaíba, por exemplo, tem à sua ilharga uma escola funcionando. No dia em que a visitamos, a freqüência era diminuta e a professôra, bastante adoentada, lá estava tomando as lições dos seus discípulos. Pessimamente remunerada e longe dos seus, a mestra deveria, por todos os motivos, ser uma revoltada. Entretanto, foi uma das poucas abnegadas que encontramos no nosso roteiro, uma criatura que acabou por se conformar com o sacrifício e sacrifício é ensinar no Brasil. Minas Gerais constitui o meio têrmo entre as duas regiões citadas e os Estados da Bahia e de Sergipe. Nestes dois últimos a situação escolar deixa muito a desejar.

Há um fato interessante para ser observado nas zonas canavieiras no que se refere ao ensino. Os filhos dos trabalhadores, em idade escolar, só procuram o grupo nas entresafras, quando o silêncio toma conta da fábrica e quando a faina campesina diminui de intensidade. Coincide, não raro, a entresafra com parte das férias e o resultado é uma aprendizagem irregular e ineficiente. No Norte, apuramos que ainda existe a mentalidade de que para pegar no cabo da enxada não é preciso saber ler. Vimos que, em alguns lugares, o essencial para um menino — no entender do seu progenitor — é assinar o nome, e tanto isto é verdade e fàcilmente se apura que, ao indagarmos a um trabalhador qualquer sôbre sua alfabetização, no caso positivo ouvíamos invariàvelmente a seguinte resposta: assino o nome. Tal estado de coisas reclama uma adaptação de épocas para a instrução nas zonas canavieiras. A obrigatoriedade da instrução é também uma face do problema. Quando tratarmos detalhadamente dos métodos de ensino nas zonas canavieiras, iremos sugerir um plano

# CRIADA NA ARGENTINA A JUNTA NACIONAL DO AÇÚCAR

A Secretaria da Indústria e Comércio da Argentina distribuiu, em princípios de dezembro último, à imprensa portenha, o seguinte comunicado:

"Em setembro, estiveram reunidos nesta Secretaria os representantes dos vários setores interessados na indústria açucareira: industriais, plantadores e trabalhadores do campo e da fábrica. Em seus memoriais, expuseram suas preocupações e alvitraram soluções, que irão às mãos de uma comissão especial, criada para realizar um estudo integral do problema açucareiro em equação há mais de vinte anos, com a inevitável situação de desconfôrto para os interessados e o país.

Apesar do desejo de concuir a tarefa no mais breve espaço de tempo possível, a complexidade e importância dos muitos interêsses em jôgo adiaram uma solução definitiva. Contudo, a análise dos informes fornecidos pela Comissão Investigadora da Indústria Açucareira, os memoriais referidos e os numerosos questionários respondidos esclareceram muitas peculiaridades do problema, de modo a poder-se adiantar não estar muito distante, agora, o término dos trabalhos.

### AUMENTO DE SALÁRIOS E DE PREÇOS

De acôrdo com a política social do govêrno da Nação, procurando elevar o nível de vida do trabalhador, tudo indica que se venha a processar um aumento geral de salários, suficiente para atingir uma remuneração justa do trabalho, permitindo aos trabalhadores rurais e da indústria do açúcar fazer face às necessidades da vida, o que, com justiça, vêm reclamando em tantas ocasiões. Será resolvida de vez a situação dos lavradores independentes, que receberão retribuição justa e equitativa superior à que obtêm no momento. Contudo, em relação à liquidação da safra de 1943, prevê-se um financiamento extraordinário e único para solucionar esta questão. O aumento do custo de produção do açúcar, determinado pelo maior preço dos materiais, elevação de salários, fretes, etc. será compensado para os industriais mediante certas medidas já em estudos.

A criação de um "Fundo de Compensação e Assistência Social" facilitará os recursos financeiros necessários e, além disso, várias obras urgentes e indispensáveis de assistência social serão uma realidade.

### JUNTA DO AÇÚCAR

As diversas repartições, comissões e conselhos, que atualmente intervêm, regulam e estabelecem normas nos vários setores da indústria açucareira, serão substituídas por um novo e único organismo — a Junta Nacional do Açúcar — destinado a aplicar as disposições, que se estabelecerem, contará com princípios definidos para sua atuação e será composto de representantes de todos os setores vinculados com a economia açucareira.

A Secretaria de Indústria e Comércio sempre teve em mira o problema açucareiro e considerou sua relevância, em tôdas as ocasiões. A complexidade do assunto retardou, porém, uma solução definitiva. A Secretaria reafirma seus propósitos de reprimir com todo o rigor qualquer manobra tendente a retirar açúcar da circulação com fins especulativos.

Antes do fim do corrente ano, será pôsto ponto final nêste tão debatido jôgo de interêsses, aparentemente irreconciliáveis.

(De "Accion Industrial", Buenos Aires, 5-12-1944.)



para a solução do problema, plano êste que requer a colaboração do Estado e do usineiro e que se baseia na experiência de povos adiantados e que compreenderam muito bem que a ausência de educação é capaz de levar um país à derrocada.

# A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NORTE-AMERICANA E A PLANIFICAÇÃO NO APÓS-GUERRA

Comentando a posição da indústria açucareira nos planos econômicos para o após-guerra, "Sugar" escreve, no seu número de novembro, as considerações que abaixo transcrevemos, se bem divirjamos de algumas delas:

"Muitos planos de natureza econômica para o após-guerra têm sido objeto de conferências nacionais e internacionais. Nesses planos, a respeito dos quais a indústria tem sido chamada a manifestar-se, as condições existentes no comércio açucareiro apenas se fazem notar pela ausência. Isso, aliás, não surpreende no que se relaciona com a indústria, por isto que se admite geralmente nos Estados-Unidos, pelo menos — que o estrito contrôle governamental que se exerce sôbre a produção e a distribuição do açúcar continuará depois da paz, na mesma maneira. Mesmo nos círculos oficiais, com os quais está a responsabilidade da direção da indústria, pouca atenção se tem dedicado ao problema de prover adequados suprimentos nacionais e internacionais dêsse importante artigo; pelo menos o público nada sabe a respeito. Não resulta essa atitude da incapacidade de avaliar as condições que deverão prevalecer. Um comunicado especial sôbre a situação açucareira mundial, publicado recentemente pelo Departamento de Economia Agrícola, começa afirmando que os suprimentos de açúcar para as Nações Unidas devem ser menores em 1945 do que em 1944 e acrescenta que enquanto durar a guerra no Pacífico deve-se contar com a escassez do açúcar.

Referindo-se aos suprimentos de açúcar para os Estados-Unidos, o relatório apresenta a conclusão óbvia de que os estoques em 1 de janeiro de 1945 deverão ser menores do que no começo dêste ano e menciona o fato de que nos meados de 1944 eram inferiores a qualquer outra época, desde 1935. Sendo um estudo estatístico, não faz previsões relativamente às safras para o ano vindouro, indicando sòmente o inevitável declínio da produção cubana, em vista da falta de canas de dois anos. As informações que nos chegam das áreas produtoras mostram que, com exceção de um aumento de dez por cento na produção de açúcar de beterraba, nenhum aumento se deve esperar naqueles países que habitualmente suprem os nossos mercados. O aumento de suprimentos em 1944 resultou da safra excepcionalmente grande de Cuba, de sorte que o decréscimo de producão nessa ilha implica na redução do volume de açúcar disponível para os consumidores norte-americanos. Não obstante essa desalentadora perspectiva, as organizações oficiais encarregadas dos negócios açucareiros do país procedem como se a questão do abastecimento não apresentasse problema algum. As negociações em tôrno da compra da futura safra cubana arrastaram-se penosamente durante semanas, com os costumeiros debates sôbre preços; no momento em que escrevemos parece que chegaram a um impasse. Os produtores cubanos fizeram uma proposta, perfeitamente lógica, para a assinatura de um contrato abrangendo os três próximos anos. Só assim poderiam êles ajustar sua produção de forma a atender às necessidades do comprador. No entanto, essa proposta não mereceu a atenção dos delegados dos Estados-Unidos, apenas interessados em adquirir a safra de 1945, ao mais baixo preço possível.

Por outro lado, nenhum programa definido se apresentou aos produtores nacionais, exceto a continuação implícita das medidas que até aqui se têm mostrado incapazes de expandir e mesmo de conservar o nível da produção insular e continental durante os últimos anos. Tendo sido prorrogada até o fim de 1946 a lei que regula desde 1937 a indústria açucareira, tudo indica que o ponto de vista oficial na materia é que não há necessidade de modificações. Dêsse modo, os consumidores são discretamente advertidos de que não devem esperar maiores rações de açúcar, enquanto perdurar a luta contra os japonêses. Não se pode levar a sério a sugestão de fontes não oficiais de que os norte-americanos encontrarão nas Filipinas e em Java milhões de toneladas de açúcar, quando expulsarem os nipônicos dessas posições. Mesmo as usinas que puderam trabalhar naquelas áreas e produzir grandes quantidades de açúcar durante a ocupação, é pouco provável que os japonêses as deixem intactas quando tiverem de se retirar.

Em vista da falta de uma política firme para o açúcar, as sugesões oferecidas pelo Sr. C. J. Moroney, Vice-Presidente da Spreckles Sugar Company, talvez seja interessante para os produtores americanos, podendo ainda servir de base para a discussão de uma política açucareira eficiente. Mr. Moroney parte do princípio de que continuará a regulamentação da produção e dos preços pelo govêrno. Propõe o estabelecimento de um preço padrão, conforme com a média dos preços vigentes nos últimos dez anos. Recomenda a manutenção do sistema de quotas, cabendo a Havaí e Pôrto Rico quotas iguais ao volume médio de suas importações de 1934 a 1940 inclusive. Aponta a necessidade urgente de serem os produtores de açúcar de cana e de beterraba do continente libertados de todos os regulamentos, bem como de quaisquer favores que não sejam aplicados também a outras culturas. Os suprimentos que não possam ser obtidos das fontes continentais e insulares, devem ser procurados em Cuba, Filipinas (quando forem restauradas as comunicações) e outros países estrangeiros. E' possível que algumas sugestões do Mr. Moroney encontrem oposição em vários setores, mas uma deve ser aceita por tôda a indústria — a sua proposta de que, dentro de dez anos pelo menos, nenhuma lei se promulgue que possa afetar a indústria açucareira. A formação de uma indústria forte é impossível sob uma política de contrôle, dependente da improvização".

# CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

## ARGENTINA

Um recorte do diário portenho "La Prensa", de 14 de janeiro, nos dá conta de recente decreto do govêrno argentino, em virtude do qual os preços do açúcar no país amigo foram aumentados de seis centavos o quilo.

Nos termos do aludido decreto, os preços ora vigentes em Buenos Aires são os seguintes: da fábrica ao atacadista, sôbre vagão Buenos Aires, pilé e refinado, por 10 quilos, 4,50 pesos e granulado 4,40; do atacadista ao retalhista, pilé e refinado, 4,618 pesos e granulado 4,518; do retalhista ao consumidor, pilé e refinado 4,70 pesos e granulado, 4,60. Nas demais praças do país, os preços serão ajustados pela Secretaria de Indústria e Comércio, de conformidade com os fretes.

Estabelece o decreto no seu artigo terceiro que o aumento autorizado se destina a formar um fundo de compensação e assistência social, o qual proverá os necessários recursos para compensar as maiores despesas de industrialização e produção, resultantes de alta geral de salários, fretes mais elevados, etc.

O decreto fixa os salários para os trabalhadores industriais e agrícolas, determina a forma pela qual devem ser feitas as compensações aos plantadores e usinas e cria por fim a Junta Nacional do Açúcar. Êsse órgão, subordinado à Secretaria de Indústria e Comércio, será integrado por um presidente e dois vogais, com categoria e diretor geral e diretores, respectivamente, todos de nomeação do poder executivo. Funcionará com a colaboração de uma câmara consultiva honorária, composta de 19 membros, também de nomeação do govêrno.

*
* *

O número de novembro de "La Industria Azucarera" publica um quadro estatístico completo sôbre a produção açucareira argentina em 1944.

A produção total da vizinha república foi de 459.354 toneladas, das quais 220.473 de açúcar refinado e pilé, 228.200 de granulado e 10.680 de açúcares de tipo baixo. O rendimento médio obtido no país foi de 8,43. O total de canas moidas elevou-se à cifra de 5.444.671 toneladas, sendo 3.133.410 de canas cultivadas pelas usinas e 2.311.260 de canas de fornecedores.

Seis províncias argentinas produzem açúcar de cana. São elas: Tucuman, Salta, Jujuy, Santa Fé, Chaco e Corrientes. A maior produção está concentrada em Tucuman, onde existem 28 fábricas. Tucuman, em 1944, produziu 301.512 toneladas de açúcar, mais de 60 por cento do total do país. O rendimento médio obtido foi de 7,937. Um detalhe a notar é que tôdas as fábricas tucumanas moem canas de fornecedores. Três delas — Leales, Marapa e Nunorco — não têm canaviais próprios e quase tôdas vão buscar a maior parte da sua matéria prima nos fornecedores. A maior produção verificada numa usina de Tucuman foi a da central Concepcion, com 31.817 toneladas, seguindo-se a central Bella Vista, com 27.160 toneladas; na primeira, o rendimento foi de 7,8 e na segunda 8,2. San Pablo é outra fábrica de importância, tendo alcançado em 1944 uma produção de 25.932 toneladas de açúcar, com um rendimento de 8,4.

Em Salta existem duas usinas, uma das quais a central San Martin, das mais importantes do parque açucareiro argentino. Produziu essa fábrica, no ano passado, 44.265 toneladas de açúcar, tendo moido 402.794 toneladas de cana; o seu rendimento, o mais elevado, foi de 10,98. Não tem fornecedores a usina San Martin. Em Jujuy estão localizadas quatro usinas; tôdas moem apenas canas próprias. Nessa província se encontra a central Ledesma, a maior da Argentina. Em 1944 produziu 45.209 toneladas de açúcar e moeu 421.259 toneladas de cana, com um rendimento de 10,73. A usina La Esperanza, também em Jujuy, fabricou 27.321 toneladas de açúcar, com um rendimento de 10,18, moendo 268.439 toneladas de cana. As demais províncias citadas são núcleos produtores de menor importância.

## AUSTRALIA

A respeito da safra australiana de 1944, "The Australian Sugar Journal", no seu número de 14 de agôsto, escreve o seguinte:

"Para o fim de ajustar o pagamento final do açúcar bruto de 1943, a produção de Queensland nesta safra foi computada em 486.120 toneladas de açúcar. E' essa a cifra mais baixa registrada desde 1927, quando foram produzidas 484.207 toneladas.

As estimativas preliminares indicam uma produção de 570.000 toneladas de açúcar da safra de cana de 1944, que agora está sendo colhida. Se êsse rendimento fôr alcançado ou se se conseguir uma cifra bastante aproximada, será a primeira reação contra a alarmante tendência decrescente que se vem fazendo sentir desde 1939. De um máximo de 891.000 toneladas produzidas naquele ano, a produção anual caiu progressivamente até o volume de 486.000 toneladas em 1943, como se observou acima.

Embora reconhecendo que a produção de 1939 foi bastante favorecida pelas condições de tempo, ao contrário do que ocorreu em 1943, não se pode dizer que as condições de tempo, em todo o período referido, tenham desempenhado senão um papel insignificante na queda progressiva da nossa produção açucareira. Os fatores mais importantes foram, sem dúvida, estes: falta de braços; falta de adubos; falta de tratores, seja pela ausência de trabalhadores para dirigí-los, seja pela dificuldade de substituir peças naqueles que os plantadores possuíam, e também escassez de outras máquinas agrícolas.

Uma vez que a falta de braços atingiu o seu ponto mais agudo em 1943, quando a presente safra estava sendo preparada e não havendo melho-

ria no que se refere às disponibilidades de máquinas agrícolas, parece que a perspectiva no aumento da tonelagem nesta estação deve ser atribuído, em grande parte, a um mais amplo suprimento de adubos.

Embora sòmente 50 por cento dos adubos utilizados em tempos normais fôsse aplicado na safra de 1944, essa quantidade representou o duplo daquela com que contaram os plantadores na safra de 1943. Em relação ao nitrogênio solúvel, a posição foi mesmo um pouco melhor do que indicam essas cifras, pois foi possível utilizar quase 60 por cento do nitrogênio solúvel consumido em tempos normais na safra corrente, embora na maior parte sob a forma de nitrato de soda em vez de sulfato de amônia, que é geralmente preferida pelos plantadores. Pode-se esperar que a posição do suprimento de adubos continue a melhorar.

Quanto a tratores e peças disponíveis, a situação permanece inalterada. A indústria açucareira perdeu nada menos de 360 tratores, na maioria dos melhores e mais poderosos tipos. A requisição forçada era feita em têrmos tais que implicava para o proprietário não só na perda do equipamento como em prejuízo financeiro, em alguns casos. Nos últimos mêses, algumas dessas máquinas foram liberadas e oferecidas à venda à indústria. Estavam, porém, em mau estado de conservação e não ofereciam garantias, nem os preços eram convidativos, segundo se afirmou. Por outra parte, o equipamento mecânico que os agricultores conservaram esteve sujeito a um trabalho mais forte, ao mesmo tempo que não era possível substituir peças, por falta de sobressalentes. Há poucas esperanças de que a situação do equipamento mecânico venha a melhorar por algum tempo.

Como já se disse, o problema dos braços continua a ser o mais importante para a indústria. O ano passado, resolveu-se limitar em 75 por cento normal a capacidade de esmagamento das fábricas, visando-se com isso garantir uma distribuição equitativa dos trabalhadores disponíveis. Êsse objetivo não foi alcançado e a regulamentação a respeito não foi renovada para a safra de 1944. Entrementes, o govêrno federal deliberou considerar a indústria açucareira — que até então gozava de qualquer forma de prioridade — como da maior importância, em conseqüência do que foram dadas instruções às autoridades competentes para que fornecessem trabalhadores de modo a assegurar uma moagem de 85 por cento do normal. Os industriais receberam bem a medida oficial, no entanto consideram a percentagem suficiente para garantir um trabalho econômico. Nos fins de junho, treze das quatorze fábricas da zona norte estavam em funcionamento, em nenhuma delas, porém, havia cortadores de cana em número bastante para que se atingisse a percentagem de 70 por cento. Sòmente com o auxílio dos próprios fazendeiros é que essa percentagem pôde ser alcançada ou ligeiramente ultrapassada em alguns casos. Ao fim daquele mês a crise de braços não era menos aguda que no ano anterior e as perspectivas pouco animadoras. Durante o mês de julho, as operações de moagem haviam começado em apenas quatro ou cinco das restantes usinas do Estado.

Em 29 de julho calculava-se em 770 por cento do normal o trabalho de moagem em 24 usinas. Essa cifra não compreende todavia tôdas as usinas havendo algumas que a excederam, enquanto outras não alcançaram mais de 55 por cento do normal. Como êste ano não foi renovado o regulamento sôbre a percentagem de esmagamento das fábricas, estas podem esperar alcançar ao menos a taxa oficialmente fixada de 85 por cento para liberação de trabalhadores destinados ao corte de canas".

## CUBA

Na sua correspondência para o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", a firma Luis Mendoza & Cia., de Havana, escrevia em 18 de novembro :

"Os jornais de Havana andam cheios de versões contraditórias sôbre as negociações entre Cuba e os Estados-Unidos, referentes à venda da nossa safra. Temos recebido inúmeras perguntas a respeito, de sorte que não se perde tempo ao prestar alguns esclarecimentos.

Segundo um comentador, os delegados cubanos voltaram a Havana de mãos vasias e sem esperanças. A verdade é que, sem reduzir um cent nos preços que pediram, êles conseguiram (1) uma proposta 35 pontos mais elevada que a anterior. Além disso, (2) a nova proposta é para duas safras, estando na aparência limitada a quantidade a ser adquirida em 1946, pois há uma opção de compra para qualquer produção adicional pelo mesmo preço, mas na prática a proposta compreende quaisquer quantidade de açúcar que Cuba possa entregar; (3) pela primeira vez haverá uma cláusula efetiva contra a inflação; (4) os delegados norte-americanos foram dissuadidos da pretenção de fazer dos Estados-Unidos o único comprador do nosso açúcar.

Há muitas cláusulas discutíveis no presente esbôço de contrato. Algumas perfeitamente inaceitáveis da nossa parte e que certamente serão abandonadas pelos próprios compradores; outras deverão ser reformadas para atender aos interesses em jôgo, como já aconteceu.

Em relação aos preços, temos a impressão de que os nossos delegados tiveram plena liberdade de ação, enquanto os representantes dos Estados-Unidos não comprarão o nosso açúcar, a não ser com o consentimento dos industriais e agricultores cubanos. A base de preço mínimo dos industriais e agricultores tornou-se conhecida quando os compradores propuseram um aumento de 3 cents e a oferta foi rejeitada. Não será difícil chegar a um entendimento quanto a um preço satisfatório.

O segundo ponto diz respeito á quantidade de açúcar a ser comprada em 1946 e envolve uma questão de ponto de vista acêrca da capacidade produtora de Cuba. A idéia de comprar 5.250.000 toneladas curtas, em 1945, e sòmente 3.000.000, em 1946, decorreu de uma noção errônea de que a produção de 1945 poderia manter-se no mesmo nível de 1944. Quando se verificou que as necessidades reais em 1945 e 1946 se elevavam a.....

9.250.000 toneladas curtas, decidiu-se a compra daquela quantidade em bloco para entrega em duas safras. Por conseqüência, qualquer redução nas entregas em 1945 será compensada por entregas maiores em 1946.

A cláusula mencionada em terceiro lugar, estabelecendo um preço de contrato mais elevado, caso haja elevação nos preços do açúcar e de outros produtos, é na sua forma atual muito mais equitativo do que as anteriores. Qualquer aumento no preço do contrato valerá para os açúcares não embarcados, quando antes se aplicava apenas aos açúcares não produzidos sòmente. Qualquer aumento geral no custo de vida nos Estados-Unidos será tomado em consideração, quando antes apenas se considerava o preço do arroz, da farinha de trigo e do toucinho, sendo que êstes artigos serão exportados para Cuba pelos preços atuais, a menos que se admita um preço mais alto para o açúcar.

O quarto ponto envolve a preservação de outros mercados estrangeiros, para os quais foram reservadas 450.000 toneladas de açúcar em 1945 e 1946. Será de grande vantagem para Cuba, tanto agora, para obter de paises sul-americanos algumas mercadorias em troca de acúcar, como no após-guerra, quando os nossos refinados encontrarão mercado fácil na Inglaterra.

Resumindo, podemos responder aos nossos consulentes: que as negociações deverão ser retomadas em Washington ou em Havana; que as alusões de caráter ameaçador dos delegados norte-americanos sôbre o futuro sombrio que aguarda a indústria cubana depois da guerra serão abandonadas, em vista das recentes declarações do embaixador Spruile Braden a respeito de conversações a serem iniciadas entre os dois países sôbre assuntos econômicos de após-guerra e de interêsse recíproco. Se as negociações para compra do açúcar forem retomadas dentro dêsse espírito, acreditamos que as duas safras serão em breve adquiridas ao justo preço pedido pelos produtores cubanos.

*
* *

Tratando da questão das matérias primas em face do mercado mundial, em exposição que fêz perante a Confederação Internacional de Comércio, reunida em Rye, o Sr. Jorge E. Zalles, delegado da Bolívia, fêz algumas observações sôbre as pretenções dos produtores cubanos relativamente ao preço do açúcar exportado para os Estados.

Segundo resumo publicado no "Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo", número de 13 de janeiro p.p., S. S.ª disse o seguinte sôbre êsse assunto:

"Outro exemplo é o do açúcar de Cuba. Todos sabemos que Cuba está pedindo um aumento no preço de 2,65 para 3,25 dólares por seu açúcar bruto, porque não sòmente o custo de produção subiu materialmente, mas porque — conforme afirmam — nos últimos dez ou doze anos os produtores cubanos de açúcar têm perdido dinheiro. Em conseqüência, suas plantações estão em más condições, porque êles não têm tido dinheiro suficiente para reparar sua maquinaria e comprar outra nova. Êles desejariam agora obter preços mais altos por seu açúcar, de modo a cobrir os altos custos de produção e dispor de uma margem de lucro para reparar e comprar máquinas para suas usinas. Os dois únicos compradores do açúcar cubano concordaram em pagar o mesmo preço".

## ESTADOS-UNIDOS

De acôrdo com os dados compilados pela War Food Administration, divulgados no número de novembro de "Sugar", as entregas de açúcar para consumo no território continental dos Estados-Unidos, durante os primeiros oito meses de 1944, elevaram-se a 4.683.742 toneladas curtas, valor bruto, contra 4.120.077 toneladas entregues no mesmo período de 1943.

Aquêle total se detalha da seguinte maneira, em toneladas curtas: dos refinadores de açúcar de cana 3.741.858; dos fabricantes de açúcar de beterraba, 749.595; dos importadores, 360.104; das fábricas de açúcar de cana do continente, 88.983. Essas parcelas somam 4.940.495 toneladas, das quais se deduzem 256.753, que foram exportadas, chegando-se ao resultado de 4.683.742 toneladas de açúcar, consumidas de janeiro a agôsto do ano passado.

A distribuição para consumo no mesmo período em Pôrto Rico foi de 67.687 toneladas e em Havaí 54.100 toneladas.

*
* *

A United States Sugar Corporation, que opera na Flórida, acusou no ano que se encerrou em 30 de junho do ano passado, um lucro líquido de 191.943 dólares. Segundo o relatório do presidente da emprêsa, foi êsse um dos anos mais fracos na história da companhia. A falta de braços perturbou consideràvelmente o trabalho; a produção de açúcar foi de apenas 59.022 toneladas curtas e a de melaços de 4.139.000 galões. Os rendimentos caíram a 26,61 toneladas de cana e 2,43 toneladas de açúcar por acre-ano. A usina Clewiston trabalhou durante 182 dias e durante êsse período houve uma perda de 26,4 por cento de tempo, em vista da irregularidade na entrega de canas. Pela mesma razão foi necessário reduzir a velocidade das moendas, do que resultou um considerável aumento no custo unitário de produção.

*
* *

Uma correspondência de Nova Orleans, publicada no número de novembro de "Sugar", informava que o tempo na zona canavieira da Luisiana tinha sido favorável no curso do mês anterior; houve chuvas esporádicas e calor suficiente para promover o crescimento das culturas. Informações colhidas em fonte que está em contacto com os plantadores, estimavam que a produção de açúcar naquela área será pelo menos dez por cento inferior à da safra passada. Caso essa previsão venha a confirmar-se, a Luisiana deverá produzir menos de 390.000 toneladas curtas, valor bruto.

A mesma correspondência acrescentava que haviam sido fixados salários justos para as pessoas empregadas na colheita de cana na Luisiana, no período compreendido entre 1 de setembro de 1944 e 30 de junho de 1945.

## GUIANA HOLANDESA

Notícias de Paramaribo, publicadas no número de 26 de outubro do "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", informavam que a produção de açúcar durante o mês de setembro foi sèriamente prejudicada pela falta de braços para as tarefas agrícolas. Para remediar a crise do produto foi necessário importar 100 toneladas métricas de Trinidad. As rações de açúcar foram fixadas em duas libras semanais "per capita".

## HAITI

A produção de açúcar no Haiti, informa "Sugar", aumentou de 48.096 toneladas curtas em 1943 para 62.829 em 1944. A produção do ano passado compreendeu 46.843 toneladas de açúcar bruto para exportação, 2.761 toneladas de refinados para consumo interno e 13.025 toneladas de "populaire", uma espécie de açúcar bruto também consumido no país. A produção de melaços foi de 3.073.854 galões.

A Inglaterra adquiriu todo o açúcar exportável. Informava ainda aquela revista que 894.306 galões de melaços produzidos em 1943 foram lançados ao mar, por falta de disponibilidade de estocagem.

## HAVAÍ

As operações da safra correram normalmente durante o mês passado, diz uma correspondência de Honolulu, datada de 20 de setembro e publicada no número de novembro de "Sugar". Algumas fábricas completavam os trabalhos de 1944. O tempo esteve sêco, exceto nos começos de setembro, quando caíram ligeiras chuvas. Durante agôsto, foram embarcadas 86.172 toneladas curtas de açúcar, elevando-se, assim, a 572.069 toneladas o total dos embarques nos oito primeiros mêses de 1944; no mesmo período de 1943, os embarques de açúcar foram de 597.466 toneladas.

A primeira fábrica a encerrar as suas atividades na safra de 1944 foi a Lihue, que concluiu a moagem em 24 de agôsto, tendo produzido mais 11 mil toneladas do que em 1943.

A correspondência diz que a lavoura e a indústria realizaram um apreciável trabalho, mau grado as dificuldades de braços e deficiência de equipamentos. Esperava-se que a produção de açúcar em 1944 pudesse ser favoràvelmente comparada com a do ano anterior, quando se verificou um aumento de produção, mesmo com a diminuição de braços. Os técnicos atribuem os resultados satisfatórios conseguidos na safra de 44 ao mais largo emprêgo de meios mecânicos na lavoura, bem assim à difusão de novas variedades mais ricas.

## NICARÁGUA

Os estoques de açúcar foram postos sob o contrôle do govêrno, a fim de se evitar a elevação dos preços e a especulação. Os produtores devem reservar uma quota destinada ao consumo interno, a qual será vendida a preços fixados pelo govêrno, antes de qualquer venda para o exterior.

Essa informação está no número de 26 de outubro do "Weekly Statiscal Sugar Trade Journal".

## PERU

No seu número de 2 de novembro, o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" informava que a mais recente previsão da safra açucareira peruana de 1944 permanecia na cifra de 441.000 toneladas curtas. Alguns dos mais importantes plantadores acreditam que êsse total poderá ser excedido. A produção em agôsto do ano passado era estimada em 50 mil toneladas e a dos oito primeiros meses do ano em 226.000 toneladas. O consumo interno de janeiro a julho de 1944 foi, segundo a mesma fonte, de 83.974 toneladas contra 78.478 no mesmo período de 1943.

Uma resolução governamental de 11 de agôsto determinava que os produtores de açúcar aumentassem de 25 por cento as suas quotas destinadas ao consumo interno, de 1 de setembro a 31 de dezembro. As exportações de açúcar durante o mês de agôsto totalizaram 34.340 toneladas.

*
* *

O mesmo jornal, no número de 30 de novembro, publica dados estatisticos sôbre a exportação de açúcar peruano, dados que foram compilados por A. N. Crosby, abrangendo os nove primeiros mêses do ano passado.

De janeiro a junho de 1944, o Peru exportou 140.386 toneladas métricas de açúcar contra 82.898 no mesmo periodo de 1943 e 150.118 no primeiro semestre de 1942. Em julho de 44 as vendas para o exterior somaram 25.701 toneladas, 31.153 em agôsto e em setembro 18.073. O total da exportação para os nove primeiros mêses foi de 215.313 toneladas contra 129.873 e 204.140 em idêntico período de 1943 e 1942, respectivamente.

Examinando-se o quadro de distribuição das exportações feitas de julho a setembro, verifica-se que o Chile foi o maior comprador, tendo adquirido pouco mais de 50 mil toneladas, escalonando-se a seguir o Uruguai, a Bolívia e o México. Para os nove meses iniciais de 1944, a posição dos compradores do açúcar peruano é a seguinte: Chile, 123.576 toneladas; Bolívia, 26.641; Argentina, 18.484; Uruguai, 16.838; Equador, 12.671; México, 8.424; Colômbia, 7.110; Paraguai, 1.420 toneladas. Note-se que dois países produtores, como a Argentina e o Paraguai, figuram entre os clientes do açúcar peruano.

## PÔRTO RICO

A produção de açúcar em Pôrto Rico, na safra 1943/44 foi de 723.611 toneladas curtas, segundo estatísticas da Sugar Producer's Association, divulgada no número de 16 de novembro do "Weekly Statistical Sugar Trade Journal". O total

de canas moídas foi de 5.602.437 toneladas, o que dá um rendimento de 12,92.

A maior parte da produção foi obtida no distrito sul, onde funcionam 11 centrais, que moeram 2.183.396 toneladas de cana, obtendo dessa matéria prima 287,568 toneladas de açúcar, com um rendimento de 13,17. A central Guanica, nesse distrito, foi a que mais produziu — 81.733 toneladas de açúcar para 604.207 toneladas de canas moídas, com um rendimento de 13,53.

## SÃO DOMINGOS

No seu número de 30 de novembro, o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" informava que os produtores dominicanos estimavam a safra do país em 1945 em 400 mil toneladas métricas, aproximadamente, ou seja um volume consideràvelmente inferior ao obtido em 1944. Acreditam os produtores que este ano receberão preços melhores do que os conseguidos o ano passado. O govêrno, naquela data, ainda não havia anunciado os impostos sôbre a produção açucareira a vigorar êste ano.

## SUÉCIA

A produção de beterrabas açucareiras na Suécia em 1944 é estimada, segundo o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", em 1.790.000 toneladas métricas, cerca de 4 por cento menos do que o volume produzido em 1943.

A estimativa de 1944, todavia, é 4 por cento mais alta do que a média de produção no período 1930/1939.

## UNIÃO SOVIÉTICA

Reproduzindo informes da imprensa norte-americana, o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" informava, no seu número de 26 de outubro, que nas zonas agrícolas da Ukrânia estava sendo adotado um método novo e mais simples de tratamento inicial das beterrabas. Com um teor de água que se eleva a 75 por cento, o transporte das beterrabas para as fábricas de açúcar aumenta de milhões de rublos os custos de produção. Com o novo processo, extrai-se o suco da beterraba, que em seguida se põe a evaporar até que se transforme em uma tablete de suco concentrado. Essa concentração se faz em pequenas instalações com capacidade para 2.500 a 10.000 quilos por dia.

As experiências demonstraram que o suco da beterraba concentrado pela forma exposta pode ser armazenado por vários anos, sem perdas ou modificações químicas.

## URUGUAI

Em data de 22 de novembro, a imprensa de Montevideu publicou um decreto do poder executivo, fixando os seguintes preços para o açúcar cristal: do Estado ao atacadista, 288,80 pesos a tonelada; do Estado ao industrial, 304 pesos a tonelada; do atacadista ao varejista, 3,04 pesos os 10 quilos; do varejista ao consumidor, 32 centésimos o quilo.

Estabelece ainda o decreto que nos demais departamentos, os preços acima fixados para Montevideu serão acrescidos das despesas de transporte, determinando ainda que os preços devidos pelos atacadistas e industriais ao Estado se entendem pela mercadoria despachada na Alfandega, ficando a cargo daqueles as despesas de armazenagem no porto de Montevideu.

*

* *

Sob o título "Outra vez o problema do açúcar", "La Razon", de Montevideu, escrevia, em 23 de novembro, o seguinte:

"O govêrno acaba de fixar em 32 centésimos o preço de venda do quilo de açúcar ao consumidor, sancionando assim um aumento de $0,03 por quilo em relação ao preço anterior, devendo-se consignar, conforme se afirma no decreto, que para estabelecer aquele preço, o Estado se impõe um sacrifício de renda que se eleva a meio milhão de pesos.

Dêsse modo, confirmam-se plenamente as previsões que temos feito destas colunas, ao tratarmos do problema do açúcar e das possibilidades do seu abastecimento. O aumento agora concedido não será, infelizmente para nós, o último, pois teremos de nos resignar a outros, uma vez que o indispensável produto está em alta no mercado internacional. A menos que o govêrno se resolva a aplicar os seus recursos — que não sobram — em atenuar diferenças ainda maiores, a alta será fatal. E o será, porque atravessamos um período de escassez mundial de açúcar, em que à retração experimentada pela produção se acrescenta um maior consumo, determinado pelas necessidades da guerra. Mais ainda: em muitos mercados produtores acredita-se que a escassez será mais acentuada no ano próximo, o que quer dizer que as dificuldades para importar o indispensável produto vão aumentar".

Depois de aludir á posibilidade de uma política de preços altos para estimular a produção e de tratar das dificuldades em obter açúcar de países como a Argentina, onde a produção decaiu e em Cuba, comprometida com os Estados-Unidos, diz referindo-se ao Brasil: "O Brasil adotou nos últimos anos uma política dirigida em matéria de produção de açúcar; a melhoria dos padrões de vida nesse país trouxe como conseqüência um aumento considerável no consumo interno. Dessa forma não está em condições de converter-se em fornecedor único do nosso país. E ainda que estivesse, o seu nível de preços teria de manter uma relação lógica com a alta mundial".

"La Razon" conclui, declarando que o abastecimento do açúcar no Uruguai surge como um problema serio, cuja solução deve ser imediatamente procurada e diz que esperar uma baixa de preços é esperar o impossível.

# FOLKLORE DO AÇUCAR

**Joaquim Ribeiro**

*O anedotário — O papel humano nas anedotas: sátira aos adventícios — A fauna: a conversa das abelhas — A flora: a cana de açúcar — A aguardente: o ciclo do "pau d'água".*

XVI

O anedotário nas zonas canavieiras ainda está para ser recolhido.

As anedotas, em geral, são demasiadamente internacionais e cosmopolitas para assumir traços de adaptação ecológica, regional.

E' mesmo difícil encontrar-se, nêsse sentido, algo típico da região canavieira.

No Brasil, a maioria das anedotas lìdimamente populares apresenta-se como manifestação "chauvinista" contra os estrangeiros. E', aliás, uma conseqüência generalizada dos povos de imigração.

O adventício, o estrangeiro, o imigrante serve sempre de pretexto para ridicularias e sátiras locais.

Nos países americanos, onde as correntes imigratórias são constantes, êste fato, além de característico da veia satírica popular, é comuníssimo.

Entre nós, por exemplo, tôdas as correntes de imigração têm servido de alvo de nossas anedotas.

Há, na realidade, múltiplos ciclos referentes aos diversos grupos de imigrantes, que afluem para o nosso interior e para as nossas cidades. Ora, é o "português" (também apelidado de "galego", "mondrongo" "novato", etc.), ora é o "italiano" ou "carcamano", ora é o "sírio" ou "turco", etc., enfim, todos os imigrantes tem sempre a sua anedota adequada.

O papel humano nas anedotas brasileiras, de nosso mundo rural, reduz-se, em quase tôda a sua totalidade, a essa crítica, por vêzes ferina e satírica ao elemento adventício.

Êsse "chauvinismo", aliás, não passa da anedota, pois, o Brasil inteiro é amena hospedaria de tôdas as raças e de todos os povos...

A zombaria anedótica é tão sòmente levíssimo impôsto de intimidade. Só os íntimos gracejam.

O brasileiro, por índole, desconhece a cerimônia.

E justamente por ser assim, o nosso imigrante mais íntimo e mais querido, o português, é o que paga impôsto maior.

O ciclo do português é, sem dúvida, o ciclo mais amplo e divulgado.

No anedotário, o português aparece invariàvelmente como sujeito bronco, de vistas curtas, bisonho e ingênuo, tolo e de cabeça dura.

Correm, de norte a sul, essas anedotas de mondrongo. As "estorias" do "Manuele" ou do "Jiquim", todos sabem-nas de cor.

Dada a grande generalidade dêsses racontos anedóticos, é razoável indagar se neste "ciclo do português" existe algo relativo ao folklore do açúcar.

Existe, sim, e comunicou-me o eminente sociólogo, Sócrates Dinis, de quem sou amigo e sincero correligionário de idéias.

Trata-se de um dito, que anda por aí muito repetido :

O "Jiquim" perguntou ao "Manuele" o que era o açúcar.

O "Manuele" respondeu :

— O açúcar é uma substância branca que torna o café amargoso, em não se lhe botando...

A definição logrou popularidade e corre mundo.

---

O anedotário brasileiro, todavia, dá também amplo destaque à bicharia.

A fauna tem os seus ciclos pitorescos: o **papagaio**, o **macaco**, o **bode**, etc.

As anedotas dos bichos são típicas das regiões roceiras.

Na baixada fluminense, colhi uma curiosa estorieta, que diz respeito ao tema, que ora ventilamos.

Ouvia-a de um tapiocano mais ou menos assim :

"Dizem que as "abêias" "cunversam" tôda "Vêiz" que os "home" levantam moenda:

— Pra quê êsse mundão de coisa?

— Pra quê tanta gente?

E a mais "véia" das "abêia", fazendo mofa:

— Êsses "home" são "burro". Inda não "aprendero" fazer "mé"...

---

E a flora?

E' reduzido o papel da flora no anedotário nacional.

Quase sempre, o elemento fitológico aparece como minúcia acidental.

Se procurarmos, por exemplo, a presença da cana de açúcar no anedotário nacional, veremos que é raríssima e, além disso, só aparece como elemento da paisagem local.

Existe, na verdade, um espécime curioso do folklore rural, registrado por Leôncio de Oliveira, no livro "Vida Roceira", que é um valioso repositório de tradições populares dos caipiras de São Paulo.

A cultura da cana de açúcar faz parte da ecologia paulista. Rara é a "casa de cabôco" que não tenha nas suas lindes a roça da cana, do milho e da mandioca.

Os caipiras orientam tôda a sua produção para consumo doméstico, autárquico; o seu canavial, o seu milharal e o seu mandiocal, de regra, atendem apenas às necessidades domésticas.

E não deixa de ser curioso apreciar, nos altiplanos paulistas, essas "rocinhas" minúsculas e modestas, ao lado dos latifúndios de cafezais ou de algodoais; são dois planos de lavoura fundamentalmente diversos.

O caipira representa, contudo, a tradição agrícola local.

Foi nêsse paisagismo canavieiro, limitado e reduzido, que Leôncio de Oliveira recolheu uma anedota sôbre a cana de açúcar.

O anedotário caipira caracteriza-se pela forma chistosa dos "causos".

Geralmente, entre os roceiros, os contadores de anedotas fingem sempre falar a verdade; referem-se a "causos", isto é, casos tidos como verdadeiros.

Todos sabem que essa casta de palradores é tôda composta de mentirosos.

Diversos folkloristas, do norte, do sul e do centro têm coligido inúmeras lérias dêsse jaez.

O caipira paulista não foge à regra. Quando se mete a contar anedotas, por mais inverossímil que seja, êle aparece como herói da façanha, do sucesso, enfim, como testemunha ocular do acontecimento.

E' uma feição tradicional dos "causos".

Vejamos, porém, o relato de Leôncio de Oliveira:

— "Minguinho é **taco** para contar casos. Conte-nos um, Minguinho.

— Conte o caso da onça com a preguiça, Minguinho (acudiu outro).

—Uai! Minguinho arranjou dentadura! esclamou um terceiro, atentando no riso deslavado do caboclo envaidecido pelo convite dos companheiros.

Entre os seus passava o interpelado por contador de histórias e de mentiras, **leréias** ou **possócas**, como diziam; mentiras, porém, que não feriam, nem alvejavam ninguém; histórias e mentiras que faziam rir, e nas quais quase sempre era êle o herói, pelo menos tomava nelas parte saliente.

— Pois, eu vou contar (principiou Minguinho) um caso verdadeiro como Deus que está no céu, que me sucedeu com esta dentadura que mandei fazer na vila, na semana passada, e que "voceis" ainda não conhecem.

— Chiu! Quieto, gente! Escutem! Minguinho vai contar um caso!

E atencioso silêncio estabeleceu-se entre olhares piscados e risos brejeiros, apenas esboçados.

— Pois, como eu ia dizendo, mandei fazer esta dentadura pelo boticário lá da vila, e acabei de pagar a cuja com aquêle selamim de feijão que plantei, e que bati na última nova. Para ficar bem sossegado a respeito da fôrça dos dentes, perguntei ao boticário se os dentes eram duros mesmo, e se não se quebravam à-tôa. O tal me garantiu que eu podia ficar descançado, que os dentes eram fortes, por sinal que o dono dêles, que morreu com quarenta anos, gostava muito, em sua vida dêle, de **chupar cana**, e desde criança chupava cada uma, grossa que nem meu braço, e que por isso eu podia até morder pedra com a dentadura que os dentes não se quebravam, não. Pus então a dentadura na bôca e daí em diante foi um gôsto; até dei em engordar. Mas porém, um dia, numa sexta-feira, eu fui cortar, num pequeno **quartel de cana**, umas ditas que eu tinha de ir vender no dia seguinte na vila. Pus o **feixe de canas** pértico do meu catre, e como já era

de noite, lavei os pés e deitei-me cançado dos trabalhos do dia. Lembrei-me da dentadura e de mêdo de engulir a cuja quando estivesse dormindo e pudesse ter algum sonho ruim, tirei a dita da bôca, botei-a na beirinha da cama e durmi.

Lá, às tantas da madrugada, acordei meio assombrado com um chii... chii... pértico da minha cabeça.

Escutei... chii... chii... tréco... tréco... Tornei a escutar... chii... chii... tréco... tréco...

Já bem assombrado levantei um tiquinho a cabeça e aquilo a continuar: Chii... chii... tréco... tréco... chii...

Uai! gentes! garrei a pensar comigo, que será isto? E dei a suar frio, e cubri a cabeça com o meu cobertor vermelho listrado de prêto, e por via das dúvidas fiz o pelo-sinal e rezei uma Ave-Maria, oração muito boa contra assombração.

Depois de ter rezado criei uma coragenzinha; puxei um tico o cobertor e olhei um pouco pra baixo, e então eu ouvi: chii... chii... tréco... tréco... chii... chii...

— E o que você viu, Minguinho? interrogou entre meio risonho e impressionado um dos ouvintes.

— Não era não, nem nada (terminou muito convencido, Minguinho, esguelhando os parceiros atentos) Era o diabo da dentadura que eu tinha pôsto perto do **feixe de canas** e que estava chupando as ditas".

(Obra cit. págs. 258/260).

Neste "causo", a cana aparece como um elemento de paisagem local.

Bem raras são, na verdade, anedotas sôbre a cana de açúcar. Esta peça, portanto, tem o seu significado sugestivo.

---

Onde, porém, encontramos farta messe de anedotas é no folklore relativo à aguardente.

As tradições e as "estórias" sôbre a **cachaça** quase tôdas são de fundo anedótico.

Existe mesmo, bem caracterizado, um **ciclo** de anedotas ùnicamente gravitando em tôrno do tema da embriaguez.

A bebedeira é um motivo constante no anedotário.

Temos, pois, um **"ciclo do pau d'água"** curioso, pitoresco, por vêzes chistoso e desopilante.

O **pau d'água**, isto é, o bêbado é o herói de numerosas estorietas graciosas e picarescas.

Distinguem-se, todavia, nesse conjunto de anedotas populares duas feições: a **urbana** e a **rural**

E' claro que nos interessa êste último aspecto.

Nas zonas canavieiras do norte e do sul, o ciclo do **pau d'água** é conhecido. E nem podia deixar de o ser na terra onde a cachaça é fabricada.

Damos, aqui, como exemplo, duas anedotas do referido ciclo: uma colhida em Pernambuco e outra no Estado do Rio.

Eis a versão pernambucana:

"Certa vez um bom padre observou que um lavrador nunca se comungava.

Tratou de descobrir a razão. E veio a saber que, tôdas as manhãs, o pobre homem se embriagava com cachaça do engenho, onde trabalhava.

O padre procurou demovê-lo do vício, usou de todos os meios, mas não logrou resultado.

— Eu acredito em Deus, "seu" padre, mas não posso abandonar a cachaça...

E o padre, usando o último argumento:

— Beba, meu filho, beba... mas a melhor das cachaças é a santa comunhão..."

Agora, a versão fluminense:

"Conta-se que numa representação da Vida de Cristo, estando Jesus crucificado, um soldado romano molha uma esponja no fel e põe nos lábios do Redentor. Ora, em Campos, numa dessas representações, o centurião embebeu a esponja em cachaça e levou-a aos lábios do personagem que fingia de Cristo. E êste satisfeito com o boa lembrança do centurião dizia lá do alto da cruz, embriagado:

Mais "fé"... mais "fé"...

Ambas anedotas, tendo por tema a aguardente e a religião, embora diversas no seu conteúdo temático, traem o mesmo espírito de elaboração.

E' que, no folklore, a cachaça serve até para satirizar os mais altos ideais da religiosidade.

O anedotário, aliás, tem êste significado subterrâneo: é uma fôrça de luta, de combate.

O povo vinga-se contra tôdas as imposições através da anedota, seja contra a concorrência estrangeira no próprio solo, seja

contra a própria crença, que a civilização lhe impôs.

Não é possível subestimar o papel do anedotário na vida social.

A anedota é a mais eficaz das denúncias.

Mesmo nas épocas de opressão, de cerceamento das liberdades e de ameaças pelo terror, a anedota não tem peias. Voa para todos os cantos e para tôdas as paragens, desafiando as grades da prisão e a mordaça do terror, e levando a mensagem satírica e revolucionária.

As tiranias subjugam tudo, as vozes, a imprensa, os "meetings", o púlpito e a cátedra, mas jamais conseguiram destruir a fôrça desmoralizante das anedotas.

E por que acontece isso?

Unicamente, porque a anedota é a arma mortífera do povo.

---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** — Leôncio de Oliveira, Vida Roceira; Joaquim Ribeiro, A função social da anedota (conferência).

---

**"GEOGRAFIA DO AÇUCAR, NO LESTE DO BRASIL"**

**Do Sr. Lauro Sampaio, do Estado da Bahia, recebeu o Professor Afonso Várzea, nosso colaborador, a carta que abaixo transcrevemos, sôbre o seu livro "Geografia do açúcar, no Leste do Brasil", publicado pelo I.A.A.:**

**"Salvador, 26-8-1944.**

**Caro Prof. Várzea:**

**Cordial abraço.**

**Há bastante tempo recebi o seu magnífico livro "Geografia do Açúcar", de que teve a gentileza de me oferecer um exemplar.**

**Adiei um pouco o agradecimento porque queria lê-lo inteiramente antes, mas infelizmente não o pude fazer até agora. Sou-lhe imensamente grato pela esplêndida dádiva e pelos conceitos emitidos a meu respeito.**

**Desnecessário é dizer-lhe a magnífica impressão que esta sua obra me deixou e creio que o mesmo deve ter sucedido a todos os que se interessam pela Geografia brasileira. Só o nome do autor é já uma certeza da excelência do conteúdo da mesma, que além do mais é enriquecida de magníficas fotografias e excelente composição gráfica.**

**Deverei estar aí dentro em poucos dias; então terei o prazer de abraçá-lo pessoalmente.**

**Seu patrício admirador e amigo, — Lauro Sampaio.".**

# MOREIRA CESAR NO FOLCLORE DA CANA

**Sodré Viana**

O Sr. José Calazans acaba de fazer editar nova "plaquette" contendo, entre outras coisas, excelentes "Subsídios para o Cancioneiro Histórico de Sergipe".

Nêsse trabalho, o solícito pesquisador se refere à desalentada declaração de Sílvio Romero, segundo a qual o cancioneiro nacional seria paupérrimo de composições relativas aos acontecimentos da nossa história e da nossa política. "A falta que notamos" — escreveu então o mestre — "é a de simples referência aos mais notáveis fatos da nossa história social e política e aos homens representativos mais eminentes".

O Sr. José Calazans não concorda com tal afirmativa, levando-a à conta da escassez, na época, do documentário folclórico recolhido e de estudos sôbre a nossa poesia popular, ao tempo também "raríssimos e imperfeitos".

E passa, depois de algumas considerações de ordem mais geral, a transcrever, situar e interpretar os versos anônimos que colheu, sôbre episódios e dissenções internas na vida brasileira.

Alguns, como os que narram a deposição do Padre Antônio Leonardo da Silveira Dantas, em 1896, têm formidavel poder descritivo. Esta sextilha, por exemplo, pinta-nos um quadro completo :

"Chega povo, chega gente
venha vê a caravanada
a polícia embriagada
faz barulho na cidade
Padre Olímpio na frente
com a batina arregaçada".

Mas não apenas aos casos acontecidos no Estado se limitavam o registro e os comentários dos bardos populares de Sergipe. Êles glosavam também os eventos ocorridos fora das fronteiras da sua terra. A guerra de Canudos não lhes foi indiferente.

E é aí que se integra no folclore da cana um nome que nem de longe nos poderia sugerir tal acontecesse. O do Coronel Moreira Cesar.

Eis a quadra colhida pelo Sr. Fernando Barreto Nunes no interior sergipano, onde ainda hoje é cantada ou recitada :

"Coronel Moreira Cesar
olhos de cana caiana
foi ferido em Canudos
foi morrer nas Umburanas".

Oferecendo-nos esta versão, o Sr. José Calazans nos indica uma outra, encontrável na "História do Brasil na Poesia do Povo", da autoria do Sr. Pedro Calmon :

"Capitão Moreira Cesar
nó de cana caiana
tomou chumbo nas Queimadas
foi morrer nas Umburana".

Esta última, aliás, nos parece mais apropriada à personalidade do comandante da expedição malograda. Moreira Cesar, que para o sertanejo era "o corta-cabeças", o "sujeito medonho", devia ter sido também o "nó de cana", pedaço duro de roer.

Agora, quanto ao lugar em que êle foi baleado, creio que ambas as quadras estão erradas.

O mirrado e explosivo Coronel recebeu o primeiro tiro, e logo após outro, quando, partindo do pequeno vale das Quixabeiras, em frente ao Vaza-Barris, se propunha "dar brio àquela gente !" — vejam Euclides, nos "Sertões" — ou seja à tropa lançada ao assalto da cidadela do Conselheiro e contida logo no primeiro impulso pelas águas barrentas do rio e pela fuzilaria mortífera dos jagunços.

# O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL

**Basilio de Magalhães**

## VI

Tendo sido a Itália, durante muitos séculos, aquilo que Metternich com razão denominou "uma simples expressão geográfica", —pois que só adquiriu os foros de nacionalidade unificada e de potência, entre as demais da Europa, em 1870, — é facil compreender a razão da longa e sangrenta luta, de que foram teatro as suas mais importantes cidades, entre os chamados "guelfos" e "gibelinos", través a maior parte da idade-média e ainda nos começos dos tempos modernos. O autor da "Divina Comédia", Dante Alighieri ("principe eterno dos verdadeiros poetas"), a quem Barbier chamou de "vieux gibelin", chegou a ser expulso da sua cidade natal, Florença. Tornou-se indeslembrável, graças ao gênio de Shakespeare com o seu emocionante drama "Romeu e Julieta", o ódio que separava em Verona as famílias nobres dos Capuletti e Montecchi. Gênova arruinou a prosperidade de Pisa (do que resultou o progresso econômico de Florença), em 1284, quando já trazia travada com Veneza a campanha secular (terminada em 1381 pela paz de Turim), em que foi derrotada pela rainha do Adriático. Esta fêz correr contra a sua rival o pior dos estigmas: "Mare senza pesci, monti senz'alberi, uomini senza fede e donne senza vergogna, — ecco Genova !"

Como nas demais repúblicas marítimas da Itália medieval, celebrizou-se tristemente a "Cidade-Soberba", a velha capital da Ligúria, pelas sangrentas e calamitosas querelas das suas mais prestigiosas famílias consulares, Grimáldis e Fiéschis, Dórias e Spínolas, cada qual delas mais impulsionada então pela fome do poder. Sòmente no primeiro quartel do século XVI começou a reinar alí a paz interna, graças à indômita e tenaz energia de Andrèa Doria (1468-1560), com justiça agnominado "o-Libertador-de-Gênova". Partidária dos Spínolas era a família dos Adornos, a qual, composta de homens ativos e possuidores de recursos pecuniários, teve de abandonar a terra natal, afim de não se ver sacrificada à sanha do inimigo vitorioso.

São conhecidos os nomes de cinco dêles, — Antônio, Francisco, José, Paulo e Rafael, — os quais, imitando o exemplo de outros seus concidadãos (os famosos marujos das famílias Nolle, Perestrello e Colombo), procuraram Portugal para novo **habitat.** E, como, por êsse tempo, já a ilha da Madeira era uma verdadeira colmeia, como empório do açúcar (e o que talvez melhor mereceu tal denominação no Velho-Mundo), os Adornos, senão todos, pelo menos alguns dêles, alí foram empregar a inteligência, os braços e os cabedais.

Aprestada em 1530 a expedição dos irmãos Sousas, o espírito aventureiro, senão o desejo de maiores lucros, propeliu-os a fazer parte dela em demanda da colônia luso-americana, a menos que, já então tidos em conta de idôneos técnicos da indústria canavieira, não tenham sido especialmente convidados para a dita emprêsa por Martim Afonso, cuja auréola de governador das Índias (maculada pelo apodo de "chatim") foi precedida pela de senhor-de-engenho no Brasil.

Fundadas, ao alvorejar de 1532, as vilas de São-Vicente e Piratininga, concedeu êle sesmarias, na primeira delas, aos seus mais graduados auxiliares, entre os quais três dos irmãos Adornos. Veja-se o que diz a êsse propósito Francisco Martins dos Santos (à pág. 121 do vol. I de sua "História de Santos") :

"Com a chegada de Martim Afonso, em 1532, ao pôrto fundado havia tantos anos pelo **bacharel,** continuou êle como ancoradouro oficial, enquanto o antigo povoado do outro lado da ilha passava à categoria de vila, como cabeça de tôda a capitania que tomou o seu nome. A gente de Martim Afonso, porém, fêz do pôrto de São-Vicente a origem de uma futura cidade, fixando nêle apenas as suas atividades mercantís e as suas ligações com o Velho-Mundo distante, porque grande parte dela, e a melhor parte dela talvez, avançou pelas águas do pôrto a dentro à exploração das terras próximas, que tão bom aspecto ofereciam, em confirmação do que já diziam seus velhos conhecedores, como Pero Cápico, Henrique Montes e outros ho-

mens que viajavam na armada colonizadora, que nelas haviam estado anteriormente. Daí veio o estabelecimento dos primeiros colonos na atual região do Monte-Serrate, morro de São-Bento, da Penha e outros, como Brás Cubas, José Adorno, Francisco e Paulo Adorno, Luís de Góis, Domingos Pires, Pascoal Fernandes e mestre Bartolomeu Fernandes (ou Gonçalves), **atraídos não só pelas terras próprias para a cultura da cana-de-açúcar**, como pela abundância das boas águas alí existentes, enquanto outros se localizavam pelas redondezas, — Cubatão, Neves, Jurubatuba, Ilha-Barnabé, Rio-da-Bertioga e Itapema atuais, — como Francisco Pinto, Rui Pinto, Antônio Rodrigues de Almeida (segundo Taques), Pero de Góis, Henrique Montes e Jorge Ferreira, causando, com a sua natural e despreocupada escola e conglomeração, o aparecimento do futuro núcleo santista junto à enseada de Enguá-guaçú, fruto da sua aproximação colonizadora, das suas primeiras lavouras, das suas primeiras construções e das suas primeiras iniciativas".

Grifei a expressão relativa à mira da plantação da preciosa gramínea, para ainda ponderar que entre essas "primeiras iniciativas" dos fundadores dos núcleos urbanos de São-Vicente e Santos deve figurar como a mais importante a dos engenhos de açúcar.

Note-se que o referido autor da "História de Santos" menciona apenas três Adornos (José Francisco e Paulo) no trecho acima reproduzido. Mas Francisco Martins dos Santos não quís dizer com isso que foram os únicos daquela família genovesa vindos com Martim Afonso de Sousa para o Brasil. Tanto assim que mais adiante (à pág. 199 da obra e volume citados) declara o seguinte :

"Sabendo-se que José Adorno teria consigo **dois** ou **três** irmãos, e mais alguns 15 ou 20 colonos estrangeiros, principalmente alemães, dos trazidos por Martim Afonso, — um dos quais passou à história, como co-fundador do Rio-de-Janeiro, qual foi Heliodoro Eobano; — sabendo-se que Pascoal Fernandes e Domingos Pires teriam consigo outros tantos colonos, para o plantio das primeiras roças e **canaviais**; sabendo-se que Luís de Góis e Brás Cubas teriam também igual número de homens para o trato da terra: vê-se, desde logo, que no local da futura vila de Santos, naquele próprio ano de 1532, se formou um núcleo de 50 ou 60 indivíduos, cujas construções iniciais, feitas sob forma o mais aproximadamente européia, e respectiva rancharia de agregados, tanto europeus, como indígenas, foram o início patente do povoado, que, após alguns anos de evolução e progresso, se transformou em vila e mais tarde em cidade".

Consoante a "nobiliarquia paulistana" (veja-se o que vem à pág. 81 do vol. XXXIX da "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São-Paulo") de Pedro Taques, que se limitou a repetir a asserção do padre Simão de Vasconcelos, em sua "Cronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil", foram quatro os irmãos Adornos que vieram para as nossas plagas e que exerceram na capitania de São-Vicente, a sua atividade, excetuado apenas o de nome Paulo, que, depois de haver trabalhado algum tempo com José Adorno no engenho "São-João", rumou para a baía de Todos-os-Santos, por motivo de um homicídio em que figurara como co-réu. Os outros irmãos chamavam-se José, Francisco e Rafael, sendo o nome dêste o que falta na obra de Francisco Martins dos Santos.

Rafael Adorno entrelaçou-se, ao tomar estado no Brasil, com o sangue lusitano dos Gáias, ao qual vieram a pertencer Frei Gaspar da Madre-de-Deus e os célebres Gusmões (o Padre-Voador e o genial estadista Alexandre de Gusmão). Se não se dedicou à indústria açucareira, pelo menos foi sogro de Manuel Fernandes, dono do "Engenho-de-Santo Antônio", casado com Maria Adorno. Rafael Adorno tambem obteve uma sesmaria na capitania de São-Vicente.

Às págs. 185-186 do vol. I de sua citada obra, Francisco Martins dos Santos não deixou bem esclarecido tudo quanto se refere a Francisco Adorno. Não há confusão possível entre êsse irmão de José Adorno, a quem ajudou na fundação do engenho "São-João", e o clérigo jesuíta do mesmo nome. Êste era provàvelmente filho de Francisco Adorno, pois Anchieta, em um dos seus escritos a respeito da valiosa cooperação contra a Confederação-dos-Tamoios por parte de José Adorno, declara expressamente : "tio do nosso irmão Francisco Adorno". E Serafim Leite (veja-se a sua dilucidativa nota à pág. 368 do vol. I da "História da Companhia de Jesus no Brasil") explica mais noticiosamente: "Dêste Francisco Adorno, jesuíta, sabemos que entrou na Companhia em Portugal. Estudou em Coimbra. Depois seguiu para à Itália, sua pátria, onde foi confessor de São

Carlos Borromeu, fêz parte da comissão dos 12, nomeada em 1581 para preparar a **Ratio Studiorum**, e foi provincial de Gênova". Se se tomar a preceito a expressão "sua pátria" do benemérito historiador acima citado, o velho Francisco Adorno, quando emigrou da Cidade-Soberba para a terra de Afonso Henriques, já era pai do seu homônimo que vestiu depois a roupeta da milícia de Loiola.

Quanto a Antônio Adorno, é bem pouco o que nos foi possível apurar. Tudo nos leva a crer tenha sido êle irmão dos quatro outros do mesmo apelido, a menos que fôsse filho do velho Francisco Adorno. Devia ter nascido em Gênova, pois que precisamente no meado do século XVI exerceu no Brasil um pôsto militar, o qual exigia idade superior à que contaria, se houvesse tido por berço em 1532 a vila de São-Vicente.

Com efeito, como se pode ler às págs. 73-74 (nota de Carvalho Franco) da obra de Hans Staden, "Duas viagens ao Brasil" (ed. paulista de 1942, já citada), Antônio Adorno, que a êsse tempo estava provido no cargo de alcaide-mór da vila de São-Vicente, foi nomeado por Tomé de Sousa, a 18 de janeiro de 1550, para o pôsto de comandante da fortaleza da Bertioga, que teve, sucessivamente, por oragos São Tiago, São João e Santo Antônio). A princípio, fôra simples trincheira, mandada levantar por Martim Afonso de Sousa em 1532 ou 1533, tendo sido reforçada em 1547 e heròicamente defendida pelos cinco irmãos Bragas (João, Diogo, Domingos, Francisco e André), filhos do reinol Diogo de Braga e as primeiras vítimas da colonização do litoral paulista, pois todos êles foram trucidados alí pelos tupinambás. Dêsse contristador episódio resultou, ao que supomos, a precaução tomada pelo nosso primeiro governador-geral, que, por portaria de 13 de fevereiro de 1552, enviou da cidade do Salvador para a fortaleza da Bertioga, então confiada a Antônio Adorno, alguma artilharia e munições "(Documentos históricos", vol. XIV, pág. 397). Em 1552, consoante o autor da "História de Santos", edificou Brás Cubas a fortaleza de São-Felipe (posta depois sob a invocação de São-Luís), na ilha de Santo-Amaro, do lado da Armação; mas Alberto Sousa, à pág. 177 do vol. I de sua grande obra sôbre "Os Andradas" (São-Paulo, 1922), recua para 1550 a ereção do dito forte, cujo primeiro condestável foi o célebre Hans Staden, arcabuzeiro alemão e náufrago da expedição castelhana de Sanabria (veja-se Roberto Lehmann-Nitsche, "Hans Staden — Arcabucero alemán de la expedición Sanabria al Rio de La Plata", Buenos Aires, 1927.

E' de crer que dos cinco Adornos foram Rafael e Paulo os que mais concorreram, em conseqüência de matrimoniamentos legítimos com filhas de portuguêses, das quais brasileira nata uma delas, para perpetuar o belo cognome genovês em nobres descendentes, disseminados sobretudo pela terra dos bandeirantes e pela Bahia.

Em artigo especial, — pois que assim o merece a sua benemérita personalidade, — poremos em destaque os serviços que nossa pátria ficou a dever ao primeiro homem enriquecido pela sacaricultura do Brasil, — José Adorno.

# PESQUISAS SÔBRE HISTÓRIA AÇUCAREIRA NOS ESTADOS-UNIDOS

**José Honório Rodrigues**

## IV. NOTAS BIO-BIBLIOGRÁFICAS SÔBRE E. O. VON LIPPMANN

Quando escrevemos nossas anotações sôbre o Brasil na "História do Açúcar", de E. O. von Lippmann, não encontramos nenhum estudo sôbre a vida e a obra do professor alemão. Recorremos, então, à enciclopédia judaica, que nos forneceu magros e insuficientes dados. Ultimamente, José Leite, redator do "Brasil Açucareiro", traduziu o que se encontrava em "Die Deutsche Zuckerindustrie", que dedicara grande parte de sua edição à comemoração do 70.° aniversário de Lippmann, transcorrido em 9 de janeiro de 1927. (1).

Nos Estados-Unidos seria fácil colhêr, nos variados dicionários enciclopédicos ou nos "Wie ist Wie" dados informativos bio-bibliográficos sôbre Lippmann. Não nos pareceu tarefa útil, de vez que a revista belga "Osiris" publicara sôbre êle um magnífico ensaio, assinado por James Riddick Partington, no qual êste lhe traça os dados biográficos, sumaria a vida e a obra e inventaria a bibliografia. (2).

Vamos, aqui, resumir o que escreveu Partington, pois nem nos foi possível trazer um exemplar da revista nem nos lembramos, na ocasião, de microfilmar as páginas da revista.

Os dados puramente biográficos são os mesmos já mencionados pelo "Die Deutche Zuckerindustrie". Nascido a 9 de janeiro de 1857, em Viena, e tendo freqüentado a escola e o Ginásio Acadêmico, gradua-se no doutorado em Heidelberg sob a direção do professor Bunsen. Diz Partington que desejando introduzir um novo processo de extrair açúcar de melaço, entra para a **Maschinenbauanstalt**" em Brunswick. De 1881 a 1884 foi diretor de uma refinaria de açúcar em Duisburg e de 1884 em diante diretor da refinaria de açúcar em Rositzs (Saxônia, Altenburg). Em 1889, segue para Halle, sôbre o Saale, como gerente de uma das maiores refinarias alemãs de açúcar e continua a controlar a fábrica até 1925-1926, quando, tendo completado setenta anos e ficado surdo devido a uma gripe, aposentou-se, depois de cinqüenta anos de trabalho. Durante todo êsse tempo introduziu vários processos novos e importantes na manufatura do açúcar, como, por exemplo, a refinação com carvão. (3).

Uma lista bibliográfica de seus trabalhos químicos se encontra nos volumes do **Handwöterbuch de Pofgendorf.**

A Universidade de Halle já lhe fizera vários convites, e afinal êle aceita a cátedra de história da química até o fim do período letivo de 1932/1933, quando se retira com a idade de setenta e seis anos.

Seu setuagésimo aniversário foi celebrado com a publicação de um volume de ensaios assim intitulado: **Studien zur Geschichte der Chimie: Festgabe Edmund O. v. Lippmann zum Siebzigsten Geburtstage. Dargebracht aus Nah und Fern und in Aufträge der Deutschen Gesellschaft für Geschichte der Medizin und der Naturwissenschaften heraus gegeben von Julius Ruska,** Berlin, 1927. Esta publicação contém um excelente retrato contemporâneo de Lippmann, o que foi imitado por "Osiris", que reproduziu outro não menos excelente.

Após sua retirada da Universidade de Halle, Lippmann continuou seus trabalhos científicos e em 9 de janeiro de 1937 alcançava oitenta anos de frutíferos trabalhos e investigações no campo da literatura química açucareira como da história da ciência.

O seu livro **Chemie der Zuckerarten**, muito importante na química do açúcar, é considerado obra clássica e goza até hoje de grande reputação.

Em 1901, mediante representação de Emil Fisscher e do distinto químico-agrícola J. Külm ao Ministério da Instrução e da Agricultura, Lippmann recebe o título de profes-

(1) "Brasil Açucareiro", out. de 1944, p. 85-87.

(2) "Osiris", Bruges, 1938, v. 3, p. 5-21, retr. bibliografia, 13-21.

(3) "Charcoal", diz Partington.

sor, honra pela primeira vez concedida na Alemanha.

Mais tarde, a **Technische Hochschule** (Escola Técnica), de Dresden lhe conferiu o título honorário de Doutor em engenharia e as Universidades de Halle e Rostock graus de doutor e doutor em medicina, respectivamente. Recebeu na Academia de Ciências de Berlim a medalha Ludhoff da Sociedade para a história da medicina e das ciências naturais **(Geselschaft für Geschichte der Medizin und der Naturwissenschaftten)** e a medalha Coste da **Verein Deutscher Zuckertechnicker.** Foi membro da Kais. Leopoldin. Akademie e da Academia de Ciências de Leipzig. Foi membro honorário de muitas associações e sociedades alemãs e estrangeiras, inclusive em Amsterdam e Surabaia (Java). Algumas universidades americanas o honraram colocando sua fotografia entre as coleções de retratos de homens ilustres.

Partington sumaria as publicações de Lippmann e depois de oferecer a lista quase completa de seus trabalhos aprecia-lhes o valor. Com o material colhido nos catálogos e fichários das bibliotecas americanas, apresentaremos no fim desta nota biográfica uma bibliografia seleta dos trabalhos de Lippmann, que abrange alguns itens da de Partington. Lembra êste que perfazendo as publicações de Lippmann 2.250 itens, é quase impossível levantar uma bibliografia completa.

A bibliografia de Lippmenn de 1878 a 1937 incluía 95 escritos originais sôbre química, 84 comunicações tecnológicas, 286 artigos de revistas, 225 publicações sôbre história da ciência, 246 conferências em sociedades eruditas e congressos, 1227 notas sôbre livros (**reviews**), 114 contribuições de interêsse literário, filosófico ou biográfico, em adição a seus próprios livros. Escreveu 106 relatórios bienais sôbre os desenvolvimentos da química açucareira que formam suplementos correntes de seu grande trabalho científico **Chemie der Zuckerarten.** No final do **Festgabe** que apareceu em 1927, foi anexada uma bibliografia de 177 itens, que Partington repete, adicionando as publicações aparecidas desde então até 7 de fevereiro de 1937. Partington teve para o preparo dessa lista o auxílio do próprio Lippmann, o que lhe dá um caráter de maior exatidão. Os trabalhos mais antigos de Lippmann estão colecionados em dois volumes do seu **Abbandlungen und Vorträge** (1906/1913) e no volume de **Beitrage** (1923).

Vamos destacar êstes trabalhos do **Abhandlungen und Vorträge,** porque êles caracterizam o valor da contribuição de Lippmann à história da ciência. Por meio dêles o leitor poderá ter uma idéia da cultura e da expressão universal de seus trabalhos.

Esta bibliografia poderá servir como achega à futura segunda edição da **História do Açúcar.** Ela inclui apenas os trabalhos sôbre história do açúcar ou relativos a questões correlatas.

## BIBLIOGRAFIA


PARTINGTON, James Riddick — **Edmund O. von Lippmann, in Osiris,** Bruges, 1938, v. III, p. 5-21. retr. Bibliografia, p. 13-21.

RUSKA, Julius Ferdinana — **Studien zur Geschichte der Chemie. Festgabe Edmund O. v. Lippmann zum siebzigsten Geburtstage; dargebrachht aus Nah und Fern. und im Auftrage der Deutschen Gesellschaft für Geschichte der Medizin und der Naturwissenchft, herausgegeben von Julius Ruska...** Berlin, J. Springer, 1927. VI, 242 p. front.


## BIBLIOGRAFIA SELECIONADA DE EDMUNDO OSCAR VON LIPPMANN

### I. Livros


1. **Der Zucker, seine Derivatc und sein Nachweis.** Wien, 1878.

2. **Die Zuckerarten und ihre Derivate.** Braunschweig, 1882.

3. **Geschichte des Zuckers, seiner Darstellung und Verwendung, seit den ältesten Zeiten bis zum Beginne der Rübenzuckerfabrikation.** Leipzig, 1890. — 2. Auflage, Berlin, 1929.

4. **Die Chemie des Zuckerarten. 2. vollig umgearbeitete Auflage der vom Verein. für die Rüben Zucker-industrie des Deutschen Reiches mit dem eerste preise gekrönten schrift, Die Zuckerarten und ihre Derivate.** Braunschweig, F. Vieweg und Sohn, 1895. XXVI, 1174 p. (2 p.).

5. **Die Chemie des Zuckerarten. 3. vollig umgearb. aufl. Die Zuckerarten und ihre Derivate.** Braunschweig, F. Vieweg und Sohn, 1904. 2 vols.

6. **Die Entwicklung der deutschen Zuckerindustrie von 1850 bis 1900. Festschrift zum fünfzigjährigen Bestehen des Vereins der Deutschen Zuckerindustrie.** Leipgiz, 1900.

7. **Rohstoffe. Erzeugnisse und Hilfsprodukte der Zuckerfabrikation** (in G. Lunge, Chemischtechnische Untersuchungsmethoden), Berlin, 1900. — 2.ª edição, Berlin, 1905. 3.ª edição, Berlin, 1911. 4.ª edição, Berlin, 1924. — 8.ª edição, Berlin, 1934.

8. **Die beiden Grundschriften der Rübenzuckerfabrikation: A. S. Margraf (1747) und C. F. Achard (1803).** Leipzig, 1907.

9. **Entstehung und Ausbrietung der Alchemie: mit einem Anhange: zur älteren Geschichte der Metalle. Ein Beitrage zur Kulturgeschichte von Prof. Dr. E. O.v. Lippmann...** Berlin, J. Springer, 1919/1931. 2 vols.

10. **Zeittafeln zur Geschichte der organischen Chemie. Ein Versuch.** Berlin, J. Springer, 1921. VIII, 67 p.

11. **Beiträge zur Geschichte der Naturwissenschaften und der Technik...** Mit 2 Abbildungen in text. Berlin, J. Springer, 1923. VIII, 314 p.

12. **Geschichte der Rübe(Beta)als Kulturpflanze von den ältesten Zeiten an bis zum Erscheinen von Achard's Hauptwerk (1809). Festschrift zum 75 jährigen Bestande des Vereins der deutschen Zuckrindustrie.** Berlin, J. Springer, 1925, iv., 184 p. ests.

13. **Die Geschichte des Wismuts zwischen 1400 und 1800; ein Beitrag zur Geschichte der Technologie und der Kultur,...** Berlin, J. Springer, 1930, 42 p.

14. **Geschichte der Magnetnadel bis zur Erfindung des Kompasses (gegen 1300)...** Berlin, J. Springer, 1932. 33 p. lim., 49 p. (Quellen und Studien zur Geschichte der Naturwissenschaft und der Medizin... v., 3, helf 1).

15. **Urzeugung und Lebenuskraft; zur Geschichte dieser Probleme von den 20 Jahrhunderts...**, Berlin, J. Springer, 1933. VI, 1335 p.

16. **Abhandlungen und Vorträge zur Geschichte der Naturwissenschaft.** Leipzig, Veit & Comp., 1906/1913. 2 vols.

p. 1—46. Die chemischen Kenntnisse des Plinius.

p. 47—73. Die chemischen Kenntnisse des Dioskorides.

p. 74—76. Zur Geschichte des Glases in Altertume.

p. 77—80. Der heilige Augustinus über den Atzkalk.

p. 81—96. Chemische Kenntnisse vor tausend Jahren.

p. 97—102 Naturwissenchaftliches aus der "Chronologie der alten Nationen" des Albirûni.

p. 103—109. Alchemistische Poesie aus dem 13. Jahrhunderte.

p.110—124. Zur Geschichte der Kältemischungen.

p. 125—189. Zur Geschichte des Schiesspulvers und der älteren Feuarwaffen.

p. 190—204. Alraun und 'Schwarzer Hund; ein naturwissenschaftlicher Alberglaube.

p. 205—214. Die Kust von Böhmen.

p.215—218. Zur Geschichte des Thermometers.

p. 219—246. Goethe's Farbelehre.

p. 247—248. Zur Geschichte des Wismuts.

p. 249—253. Wer hat die Verbrennung einer Uhrfeder in Sauerstoffgas zuerst ausgeführt ?

p.254—255. Bemerkung zu einer Stelle in A. W. Hofman's Rede "Ein Jahrhundert chemischer Forschung unter dem schirme der Hohenzollern".

p.261—274. Kurzer Abriss der Geschichte des Zuckers.

p. 296—305. Einige Worte zum Andenken Achard's.

p. 306—322. E . Mitscherlich und das fünfzigjährige Jubiläum des Polarisation-Apparates.

p. 3326—334. Zur Geschichte des diabetischen Zuckers.

p. 335—338. Zur Geschichte des Mais.

p. 339—342. Zur Lehre von der Her-

kunft und Rolle der pflanzlichen Aschenbestandteile.

p. 343—345. Zur Geschichte der Konserven und des Fleischextraktes.

p. 346—376. Lionardo da Vinci als Gelehrter und Techniker.

p. 374—426. Bacon von Verulam.

p. 427—487. A. S. Marggraf ein "angewandter" Chemiker des 18. Jahrhunderts.

p.288—526. Gedächtnisrede zum dreihundertjährigen Geburtstage René Descartes.

p. 527—566. Robert Mayer und das Gesetz von der "Erhaltung der Kraft".

II. Artigos. (*).

1. Zur Geschichte der Rübenzuckerindustrie, **Z.** 1886, 598.

2. Irrtümer über die Geschichte des Zuckers, **D. Z.**, 1891, 603.

3. Verzeichnis von Mitteln zur Reinigung, Entfärbung und Klärung zuckerhaltiger Säfte, **D. Z.**, 1897, 1279.

4. Die Zuckerraffination zu Amsterdam vor hundert Jahren, **Z.** 1899, 348.

5. Zur Erinnerung an die erste grosse Rübenzuckerfabrikation, **D. Z., 1889, 573.** — A tradução desse artigo em francês saiu no Bulletin de l'Ass. de Chemistes de sucrerie et de distillerie de France & de Colonies, v. 17, p. 410—426.

6. Die Rübenzuckerindustrie am Ende des 19. Jahrhunderts, **Ch.**, 1900, 139.

7. Überblick über die technischen Fortschritte der Zucker industrie von 1850—1900, **D. Z.**, 1900, 873.

8. Rübenbau und Zuckerfabrikation in den Niederlanden um 1800. **Z.**, 1900, 896.

9. Zur Geschichte des diabetischen Zuckers., **Ch.** 1905, 1197.

10. Über Rübenzucker im Mittelalter, **Ch.** 1907, 67.

11. Verzeichnis von Mitteln zur Reinigung, Entfärbung und Klärung zuckerhaltiger Säfte, **D. Z.**, 1909, 9.

12. Briefe über die Zuckerindustrie aus der Zeit von 1827 bis 1845, **D Z.**, 1910, 9.

13. Über J. J. Reesses Werk "Der Zuckerhandel Amsterdams 1600-1813", **Z.**, 1910, 1055.

14. Bemerkung bettreffs der Distillation bei Aristoteles, **Z. ang.**, 1910, 2206.

15. Über das Präservieren in Zucker, **Ch.** 1911, 397.

16. Notiz betr. Olivier de Serres. La sucrerie indigène et coloniale, 78. 446 (1911).

17. Zur Geschichte des Saccharometers und der Senkspindel, **Ch.**, 1912, 385.

18. Zur Geschichte des Saccharometers und der Senkspindel, erster Nachtrag,**Ch** , 1912, 629.

19. Notiz über Caffetin-Zucker, **Journal des Fabricants de Sucre,** 1912, Nr. 22.

20. Einige Bemerkungen zur Geschichte der Destillation und des Alkhols **Z. ang.** 1912, 1680.

21. Zur Geschichte des Alkhols und seines Namens. **Z. ang.**, 1912, 2061.

22. Zur Geschichte des Saccharometers und der Senkspindel; zweiter Nachtrag, **Ch.** 1912, 1201.

23. Zur Geschichte der Destillation und des Alkohols, **Ch.**, 1913, I.

24. Die A. Halle'sche Zuckerfabrik in Sundenburg-Magdeburg 1835/36, **D. Z.**, 1913, 14.

25. Einige Bemerkungen zur Geschichte der Destillation und des Alkohols, **Z. ang.**, 1913, 46.

26. Notiz betr. Olivier de Serres, **Journal des Fabricants de Sucre**, 1913, Nr. 24.

---

(*) São aqui usadas as seguintes abreviações: **Ch.** = Chemisker Zeitung; **D. Z.**, Die Deutsche Zuckerindustrie; **Z.**, Zeitschrift des Vereins der Deutschen Zuckerindustrie; **Z. Ang.**, Zeitschrift für angewandte Chemie.

27. Die Entwicklung der Zuckerindustrie 1888-1913. **Magdeburger Zeitung,** 15-6-1913 (Kaiser-Nummer), **D. Z.** 1913, 792.

28. Vorläufige Mitteilung zur Geschichte des Alkohols, **Ch.** 1913, 1073.

29. Beiträge zur Geschichte des Alkohols, **Ch.,** 1913, 1313, 1346, 1358, 1419, 1428.

30. Zur Geschichte der ununterbrochenen Kühlung bei der Destillation, **Ch.,** 1915, I.

31 Einige Mitteilungen über die mittelalterliche Zuckerindustrie, **Z.,** 1917, 66. **D. Z.** 1917, 119.

32. Bemerkung zur Geschichte des Zuckers und des Schiesspulvers, **Ch.,** 1917, 278.

33. Neue Beiträge zur Geschichte des Alkohols, **Ch.** 1917, 865, 883, 909.

34. Notiz über Oliver de Serues, **De Suikerindustrie,** 1917, 384.

35. Goethe und die Zuckerfabrikation, **D. Z.,** 1919, 5.

36. Zur Geschichte des diabetischen Zuckers, **Ch.,** 1920, 5.

37. Zur Geschichte des Alkohols, **Ch.,** 1930, 625.

38. Zuckermonopole im Mittelalter, **D. Z.,** 1921, 7.

39. Notiz zur Geschichte des Zuckers, **D. Z.,** 1921, 185.

40. Zur Geschichte des Alkohols, **Ch.,** 1922, 4.

41. Eine "Anleitung zum Rübenbau" vor hundert Jahren (Vor 100 Jahren I), **D. Z.,** 1922, 6.

42. Zur Geschichte des Alkohols, **Ch.,** 1923, 757.

43. Über die augenbliche Entdeckung des Rohrzukers in der Rübe durch Olivier de Serres, **D. Z.,** 1924, 525.

44. Kleine Beiträge zur Geschichte des Zuckers, **D. Z.,** 1924, 1015.

45. Eine vergessene Abhandlung über einen vergessenen Fortschritt der Zuckerfabrikation. **Magdeburger Zeitung,** 23-5-1925.

46. Pontats "Raffination" (Vor hundert Jahren V.) **D. Z.** 1926, 4.

47. Berichtingung zur Geschichte des Alkohols, Handwörterbuch der Staatswissenschaften, III, 1043, (1926).

48. Abbildung des ersten Rübenbauers, **D. Z.,** 1926, 169.

49. Weiteres zur Geschichte des Alkohols, **Ch.,** 1926, 237.

50. Kleine Beiträge zur Geschichte des Zuckers, **D. Z.,** 1926, 532.

51. Nachträge zur "Geschichte der Rübe", **Z.,** 1934, 15.

52. Nachträge zur "Geschichte des Zuckers", **Z.,** 1934, 806.

53. Das Leuchten des Zuckers, **Pharm. Ind.,** 1936, 38.

54. Alte Zuckerraffination in Frankfurt, a. M., **D. Z.,** 1936, 1086.

# HISTÓRIA DO AÇÚCAR NA PARAÍBA

**Ademar Vidal**

VI

No ano de 1822 foi quando a capital da Paraíba teve a sua primeira iluminação pública: vinte lampiões de azeite de mamona. Foi a luz artificial numa cidade de sombras e luar muito claro então contratada por um negociante da praça. Era um marinheiro, o que vale dizer: um homem não nacional, pois "marinheiro" se designava o estrangeiro como se faz agora com o "galego" — só porque é gente alourada e de ôlho azul. Com a luz de azeite de carrapato veio também o primeiro passo para a instrução pública.

Assim foram criadas, pela primeira vez, as cadeiras primárias nas vilas do Conde, Alhandra, Montemor, São Miguel do Taipu, Pilar, Reia, Vila Nova da Rainha, Vila Real de S. João, Pombal e Vila Nova de Sousa. E com a luz e a instrução ainda veio o primeiro jornal. A Junta Governativa oficiou à sua congênere de Pernambuco pedindo informações do preço da tipografia adquirida por aquela Província, afim de mandar buscar uma na Inglaterra, "que seja proporcionada às necessidades deste governo e do público que ansiosamente a deseja".E um ano depois já se cogitava de melhorar a iluminação pública, ficando assentado que, em seu benefício, revertesse o produto da décima urbana. Desejava-se que a luz principiasse na "quarta noite da lua cheia e acabasse na sexta noite da lua nova, vindo a ser dezoito noites iluminadas". Antes abrangia apenas uns doze dias. Agora se avançava mais, aumentando-se o número de lampiões. E afinal a tipografia chegou para dela sair o primeiro jornal. Porém não havia pessoa alguma que entendesse do assunto, sendo por isso indispensável preparar uma equipe de tipógrafos, publicando-se edital, cujos têrmos vale a pena transcrever: "Convido ao Bem Publico desta Provincia que apenas chegue a Tipografia que se mandou vir da Inglaterra entre logo a trabalhar e a esparzir os luminosos raios que é de esperar de tão proficuo estabelecimento e tendo já o Governo civil mandado o cidadão Francisco João de Azevedo á instruir-se em Pernambuco na arte de imprimir, donde, voltando pronto dos conhecimentos necessarios para execução da dita arte represente serem necessarios quatro meninos que saibam bem ler e escrever para igualmente se ilustrarem naquele exercício afim de participarem logo que chegue a sobre dita tipografia a trabalhar e a ganhar o seu competente salario que nunca será menos de 160 reis e dai para cima segundo o seu trabalho, habilio e frequencia, convida, pois o mesmo Governo por meio deste publico edital aos paes de familias que quizerem dar essa aplicação a seus filhos para que os levem a casa do sobre dito Azevedo para este escolher os que forem mais habiles e instruil-os até a chegada daquela tipografia, ficando assim habilitados para ganhar o dito salario com preferencia a outros, apenas principie aquele trabalho. Palacio da Junta Provisoria do Governo, 7 de julho de 1823. Cunha — Meira — Almeida". Ao mesmo tempo que se faziam tais preparativos para o advento da imprensa, novo impulso era dado à instrução, criando-se aulas primárias em Bananeiras, Itabaiana, Santa Rita, Cabedelo e Serra da Raiz, além de cadeiras de latim no Pilar, Nova Rainha e Sousa.

A situação da lavoura não era das melhores diante dos acontecimentos políticos desenrolados nos últimos anos. Havia uma certa desorganização agravada com a crise nos preços dos produtos. E o Tesouro sentia os reflexos dessas perturbações. O govêrno, em data de 19 de junho de 1824, oficiava ao Ministro do Império nestes têrmos: "Por esta ocasião devo representar a S. Magestade que o Cofre Publico da Provincia está quasi em "deficit", pois que tendo á epoca da minha posse cento e tantos contos, não tendo podido haver maiores entradas, e tendo suprido as enormes despezas de semelhante convulção numa crise de fome e estrema carestia, é provavel que não poderá talvez chegar ao restabelecimento da Ordem, se ele for possivel. Finalmente devo informar a V. Ex. que entre os apuros em que me vejo, não é de menor monta a sêde ardente que tem uma grande parte habitantes á sacrificar aos seus Patricios, em consequencia de rixas, odios invete-

rados e partidos em que estão divididos. Todos os dias me vejo perseguido e instado por prisões, até mesmo de individuos que tem feito, e estão fazendo relevantes serviços, de empregados publicos que estão no exercicio de suas funções, e de outros contra quem não apresentam decididas provas de fato". O momento era, pois, de dificuldades financeiras: o açúcar estava rendendo pouco, mas ainda assim era uma fonte segura para a manutenção da Província.

Os outros produtos industriais e agrícolas — o algodão, o milho, a farinha, o feijão — estavam um bocado por baixo, não dando mais os resultados de outrora, circunstância que se vinha notando porque não sòmente pela falta de braços nos campos, mas também por outros fatores diversos como os preços diminutos, os sobressaltos da política revolucionária e evasão de elementos humanos para regiões diferentes do sul, centro e norte.

Não obstante as trepidações da época, vem a público, finalmente, a "Gazeta do Governo da Parahyba do Norte", que foi o primeiro órgão de imprensa da terra.. Era impresso na "Tipografia Nacional da Parahyba" pelo inglês Waller S. Boardman e saía aos sabados, in-4.º, ao preço de 80 réis o exemplar. No cabeçalho do jornal figurava o brasão darmas imperiais e mais abaixo a divisa "Sans publicité, point du bien durable. Sans les auspices de la publicité point de mal permanent. J. Bentham". A gazeta publicava o movimento da secretaria do govêrno, artigos de fundo, anúncios sôbre assuntos variados, enfim um resumo tanto quanto possível da vida provinciana de então. Chegou a inserir notas interessantes referentes à sociedade e na parte respeitante à administração registrou que, no período compreendido entre 1770 e 1827, a Província arrecadara a quantia de 2.257:901$479, lmportância que representa um notável esfôrço que, dividida a mesma quantia pelos quarenta e sete anos, chega para cada um o orçamento de ....... 48:040$457. Daí por diante, isto é, dêsse ano partiu maior entusiasmo para as fôrças ativas da Paraíba, produzindo mais e fazendo com que a instrução aumentasse os seus quadros de professôres e alunos, a imprensa crescesse e as rendas se equilibrassem. O açúcar entrou noutra fase.

A cana era plantada até então com um método secular de não aproveitamento de tipos novos. O arado foi introduzido com maiores probabilidades. No entanto prevaleciam os meios rudimentares e a cana caiana não foi afastada para dar lugar definitivo a outras espécies. Na sessão do Conselho Provincial, a 21 de abril de 1828, o conselheiro Antonio Vicente Monteiro da Franca assim se expressou a respeito do açúcar: "E' opinião seguida por todo agricultor de cana que 4.836 carros de sementes chamada caiana (que segundo as relações juntas podem plantar pelo têrmo médio as pessoas residentes nos termos acima referidos e no da Alhandra) devem pelo menos produzir 96.720 carros, ficando assim na razão de 20 para um, os quais regulandose a dois carros por fôrma, ou duas e meia arrobas, montarão a soma de 120.900 arrobas ou 3.022 caixas que pagando 640 réis cada uma pensão, imposto e direito para a Junta do Comercio da Côrte, faz a quantia de...... 1:934$080 de interesses do Tesouro Nacional, além do dizimo, isto anualmente, se todo esse açucar se exportasse o que de certo não acontece pelo grande consumo deste genero feito no paiz". O aumento da produção constituía problema que vinha prendendo a atenção dos homens públicos. Os próprios senhores de engenho, por sua vez, não cuidavam de outra coisa: tudo faziam no sentido de obter um resultado material mais compensador, pois que já estavam cansados de suportar a rotina dominante na lavoura e na indústria do açúcar. A fase do barro havia passado. Entrara a prevalecer certa influência do ferro. Era, porém, uma influência débil e sem maior consistência, requerendo pulso forte para levar adiante a implantação de novos estilos de trabalho na planta, na colheita e na venda.

O fato é que a política favorecida pelos poderes públicos encontrou a melhor acolhida por parte dos senhores de engenho. Outros rumos foram adotados com reais conseqüências para interêsses particulares e erário indistintamente: todos tiveram de experimentar o sucesso da orientação há pouco iniciada. Se foram os engenhos, em sua grande maioria, tiveram nos seus donos grandes animadores na aquisição de maquinismos mais modernos, assentamentos mais consistentes, enfim se mostravam em breve tempo mais aparelhados para enfrentar as imposições da quadra renovadora. As caixas de acondicionamento do açúcar melhoraram: agora eram de madeira lavrada e, se pregos não figuravam, todavia não faziam falta,

uma vez que a embira era resistente demais para enfrentar os solavancos da condução por terra e por mar.

Não foi só a lavoura da cana que entrara em grau de adiantamento; a lavoura em geral passou a experimentar a sua hora, produzindo-se mais abundantemente e, pelas condições do momento, sendo bem compensadores os preços de aquisição dos produtos. Basta dizer-se que a farinha de mandioca regulava por dois a três mil réis o alqueire. E dos cálculos estatístico figuravam como plantadas 19.000.273 covas de roça, correspondendo a 200.009 alqueires de farinha. Logo subiu a renda da Alfândega — e também o orçamento da Província que atingiu ao total de 191:062$820. E' interessante assinalar que a prosperidade fêz com que o govêrno entrasse a realizar um plano administrativo de obras públicas, salientando-se, entre as demais, a ponte sôbre o Sanhoá. A passagem era cobrada: "cada pessoa 20 réis, cada cavalo, sem carga 20 réis, com carga 40 réis, um carro vasio 100 réis, carregado 200 réis, cada boi sem carga 20 réis, carregado 40 réis, cada porco 10 réis, cada uma cabeça de gado ovelhum e cabrum 10 réis". (XVIII). Medida acertada essa, pois que o dinheiro arrecadado tinha estrita aplicação em melhorar a ponte, conservando-a e, por outro lado, se destinando alguma coisa à construção de outros melhoramentos públicos.

O açúcar ia de vento em pôpa. O presidente da Província, Gabriel Getúlio, conseguiu fazer bom govêrno, dotando a terra de iniciativas inteligentes. Nêsse ano de 1829 chegou a existir nos cofres do Tesouro, como saldo, a quantia de 72:916$170. E em 1830 a arrecadação foi a 155:245$592, ficando um saldo de 87:052$162, afora 33:383$311 dispendido com a compra de pau-brasil para fins de construção e exportação. Por essa altura a luz pública já era bem melhor. Fazia-se outro contrato, onde se destacava esta cláusula: "Fica obrigado principalmente a ter acesos os cincoenta lampeões na cidade alta e baixa todas as noites que forem de escuro, desde as sete horas da noite até ás cinco da manhã e nas noites que não forem inteiramente de lua quando a lua começar a sair ás 9 horas se acenderão logo ás sete horas e se continuará sempre assim até ao sair da lua; e quando a lua se recolher ás 9 horas se acenderão as mesmas 9 horas e se continuará pela hora em deante que a lua se for recolhendo; para o que terá tres pessoas na cidade alta e duas na cidade baixa, encarregadas de tratar das luses, afim de que não haja falta em acendel-as nas horas determinadas e conservar acesas ou seu devido tempo". Eram exigências contratuais inteiramente novas que vinham em benefício dos interêsses da população que entrava a divertir-se fora de casa. Andava precisando de sair à noite e não cair nos buracos do caminho.

Diz Irineu Pinto que, procurando investigar de antigos moradores da capital qual a primeira casa de espetáculo aqui construída, chegou à conclusão de ter sido na rua da Areia, onde foi representado o drama "Ignez de Castro". A sociedade podia assistir representações, tinha aonde ir. O pessoal do engenho descia da várzea nas suas cadeirinhas e carros de boi guiados pelos escravos de confiança. O açúcar estava dando muito, podia sustentar qualquer luxo. No ano de 1835 a exportação subira a 116.655 arrobas num valor exato de — 547:223$730. E no ano seguinte ia adiante. Exportava-se açúcar em quantidade de 88.246 arrobas na importância de 634:783$540, sendo o orçamento da Província de 96:893$860. A alta continuava para o açúcar, alta na produção e no valor arrecadado. Assim é que em 1838 atingia a 93.668 arrobas que representavam a importância de 703:427$534. Em 1839 se dava novo aumento: 118.618 arrobas valendo 723:245$211.

Apresentava-se um ano sêco ao ponto do govêrno provincial pedir socorro, tendo vindo do Rio de Janeiro o barco de guerra "Anfitrite" com um carregamento de 2.400 sacas de farinha. Mas não havia falta de farinha, pelo contrário: havia até abundância, porque os negociantes não só mandaram buscar grandes partidas como conservavam enormes depósitos. Noutros lugares do país êsse produto enquanto custava 32$000, na Paraíba era adquirido apenas por 4$800 e 5$000 o alqueire. Foi devido a tal situação, isto é: por causa da sêca haver assolado também a várzea, que o açúcar teve a sua exportação, em 1840, diminuída. Apenas 98.649 arrobas na importância de 482:645$260. Aliás se constatava uma diminuição relativamente muito pequena para um tempo batido por toda sorte de

(XVIII) Êste regime foi um século depois adotado pelo presidente João Pessoa ao construir modelares estradas de rodagem: e a providência, que era tão antiga na história, foi acolhida pelos inimigos do Estado como inovação prejudicial.

maus imprevistos. No ano seguinte, 1841, já melhorava a exportação, apresentando-se o açúcar com um volume de 187.336 arrobas e uma importância líquida de 612:223$000. Era uma modificação bem sensível relativamente às rendas anteriores. Nesse tempo a estatística acusava a existência na Província de 45.574 fogos, calculando como têrmo médio, cada fogo cinco pessoas, a população paraibana era de 227.870 almas. E a mesma estatística mostra um decesso quanto à exportação correspondente a 1842: açúcar — 88.952 arrobas e valor de 411:356$800. Tais condições melhoraram consideràvelmente em 1843, voltando à situação de 1841, tendo o açúcar produzido 122.768 arrobas, enquanto se apurava um total de 594:468$720. Essa posição o grande produto canavieiro sustentou em 1844, ostentando 115.175 arrobas para uma quantia líquida de 602:241$230. Aumentou em 1845 com 147.857 arrobas no valor de 722:400$480.

No mesmo ano a décima urbana arrecadava 2:909$817. E manifesta-se grande sêca. O presidente da Província chegou a dizer que continua a população prêsa dos horrores da fome, principalmente em algumas vilas do interior que se acham desertas pela imigração; na vila de Cabaceiras não existe nenhuma autoridade. Os cofres públicos... é tal a penúria que mal chegam as rendas para pagar o pret da força de 1.ª linha e policial". O momento era, pois, de extremas necessidades, diminuindo consideràvelmente a arrecadação, mas ainda assim o açúcar se constituía fonte de certas garantias. Pestes assaltavam a vida da Província — e o sol implacável e sem piedade na sua marcha mortífera. A coisa tomou tal aspecto que o govêrno abriu a bôca no mundo a pedir socorro a torto e a direito. Queria era que viessem os recursos quanto antes para ir minorando as terríveis condições do meio. E de todos os lados começaram a chegar donativos, principalmente do govêrno imperial: barcos carregados de farinha, carne e outros cereais. Algumas obras foram improvisadas. Tentou-se sustentar a agricultura por todos os meios e modos. Até se encontra esta nota referente a Patos: "Todo dono de casa habitada nas terras de agricultura, apresentará anualmente no mez de setembro com bicos de passaros daninhos, tendo escravo e cincoenta não os tendo, e nas terras de criar os donos de escravos apresentarão cincoenta e os que não possuirem escravos vinte e cinco; sendo isentas as pessoas que a autoridade competente julgar impossibilitadas. O infrator pagará dois mil réis de multa". Fazia-se o possível para amparar a lavoura dos males que a assaltam periòdicamente, chegando-se ao limite, deveras original, de apresentar-se bico de pássaros como troféu de lutas sustentadas em benefício da lavoura em geral.

Prosseguindo a sêca, o ano de 1846 foi mais escassa nas rendas públicas, dando o açúcar a contribuição de 482:336$700. Não obstante a assistência, rezam as crônicas do tempo que "o numero de perdas de vida foi enorme, não só pela fome, sede e molestia, como tambem envenenadas por plantas nocivas do sertão". O presidente Carneiro de Campos faz a respeito uma extensa e detalhada descrição dos fatos em comunicação ao govêrno imperial. Por todos êstes motivos de crise é que o ano de 1847 se apresentou, no que se refere ao açúcar, que era a base existencial da província, com uma arrecadação exportadora de 536:354$240. Havia desorganização principalmente nas regiões atingidas pela sêca. E o crime aumentou, apresentando um índice enorme de fatos bárbaros e curiosos, ocupando o município de Piancó uma posição de destaque, pois que arrolou naquele ano 144 criminosos só de morte. Já em 1847 a situação começou a melhorar por causa do inverno que se fazia sentir quase de súbito. Ninguém mais o esperava. Porém êle veio com uma disposição de fôrça criadora generalizada.

Logo a lavoura passou a experimentar outras condições alentadoras e animadoras — e a safra não tardou em confirmar os prognósticos dos entendidos. Uma estatística mostra que a Província recolheu aos cofres somas, ora altas, ora baixas, através de dez anos seguidos, muito concorrendo para essa oscilação os acontecimentos climatéricos e também políticos, uma vez que não foi sòmente a sêca que se fez sentir nos seus terríveis efeitos, mas ainda as ocorrências de natureza revolucionária que muito perturbaram a marcha administrativa.

A máquina governamental ressentiu-se e isso não era senão o reflexo do que vinha experimentando a população laboriosa. De modo que, pela referida estatística, se poderá ver que os orçamentos provinciais nunca deixaram de estar nas casas extremas de 44 con-

tos de réis, parte mínima, e 130 contos, parte máxima. E é o açúcar que mais figura com a sua quota de contribuição certa: uma espécie de pé de boi das finanças públicas. No ano de 1848 êle produziu para a exportação 30.008 sacos pesando 153.207 arrobas num valor oficial de 617:153$290. O presidente Frederico Carneiro de Campos tratou de botar as coisas no eixo. Não precisou de muito tempo para reorganizar a Província gravemente afetada pela crise. Em um de seus relatórios confessa: "Quando cheguei a esta Provincia achei este corpo (era a policia) fazendo de chinelas e mal vestido o serviço da faxina, devendo nos logares onde estava destacado e apoderando-se violentamente dos cavalos dos matutos para lhe carregar a bagagem, quando em viagem; hoje nada disto acontece". Se foi a lavoura entrou em fase de prosperidade. O açúcar estendeu as suas áreas de ação: novos engenhos foram montados, novas quadras foram plantadas de cana. E com a cana foram também plantados o algodão, o milho, a roça, o feijão e demais gêneros destinados à alimentação pública.

A várzea voltara a ser um verdadeiro celeiro. E a prova temo-la na exportação de 1849. O algodão colheu 30.998 sacos pesando 187.941 arrobas; couros, 4.862; e por aí vai, figurando o açúcar com 369.087 arrobas num valor oficial de 987:183$930. E' verdade que procediam tais produtos não sòmente da várzea, mas de tôda a Província, embora a várzea figurasse em primeiro plano, mostrando-se, como sempre, fértil na variedade e quantidade, com um volume de produção notável. Ela ordinàriamente e seguramente ocupava sempre a ponta. Por essa época, em conseqüencia de recenseamento realizado com a ajuda das paróquias, a população relacionada era esta: Livres, 183.920, escravos, 28.546, tudo num total de 212.466 indivíduos. A maioria dos africanos se ocupava nos engenhos, onde o presidente Sá e Albuquerque, então no govêrno, fêz experiências de novos arados. No ano de 1853 o açúcar pesou 156.398 arrobas e 15 libras em 27.458 sacos com um valor declarado de exportação na importância avultada de 1.632:841$880. Só pelo pôrto da capital, em 1854, o açúcar foi exportado em 61.017 caixas com 305.082 arrobas no valor oficial de 458:658$500, subindo a produção à soma de 500 mil arrobas. O consumo interno já se mostrava bem grande. E sem se falar na rapadura.

A lavoura tomara um impulso tamanho que estava a requerer maior assistência. E essa assistência teria de vir quanto antes afim de atender às necessidades da agricultura. O presidente Bandeira de Melo, em 1854, dirigindo-se à Assembléia Legislativa, falou sôbre a criação de banco e, em tôrno do assunto, fêz considerações dignas de transcrição. "E' incrível o número de dificuldades com que luta atualmente nesta Província o agricultor. A estreiteza do mercado, monopolizado por assim dizer, o alto prêmio dos avanços de que carece são condições que o desanimam, além das más estradas e grandes despesas de transporte que sobrecarregam a produção. Assim diminutos são os seus lucros e difícilmente pode êle guardar as reservas necessárias para dar ao seu estabelecimento os melhoramentos de que porventura carece. Tive o pensamento de promover nesta cidade a criação de um banco que direta ou indiretamente fôsse ser útil à agricultura. Mas desde logo conheci que com os capitais da Província não poderia êle ter lugar, porque as pessoas que têm fundos disponíveis contam com maiores lucros, negociando-os de própria conta e dirigindo-os sem o intermédio de qualquer instituição de crédito". Os primeiros passos foram dados para a criação do referido banco. E as observações a respeito dos capitalistas ainda são na atualidade constatadas: êles querem que as iniciativas partam exclusivamente do Estado sem oferecer a sua cooperação. Querem ser servidos mas não gostam de servir. A idéia do presidente Bandeira de Melo teria de ir para adiante mesmo porque a situação não apenas comportava a providência como exigia que se tomasse uma medida enérgica de amparo à lavoura. Esta nadava em prosperidade, criando problemas que urgiam soluções adequadas, justas e inadiáveis. O ano apresentava um movimento açucareiro nunca visto, pois só a exportação subia a 96.400 caixas com 24.800 arrobas — e num valor de cêrca de mil contos de réis. Essa exportação feita pelo pôrto da capital ocupara 302 embarcações de cabotagem e 59 de longo curso.

Mas no ano seguinte, 1855, a Província foi assaltada pelo cólera-morbus, que fêz um verdadeiro arraso no seio da população. Um quarto do povo da capital e do interior teve morte certa, havendo estatística em tal sen-

tido, (XIX) notando-se que foi reduzido o número de doentes que escaparam à terrível peste. Não obstante os acontecimentos lutuosos do ano, todavia a vida não se perturbou tanto ao ponto de modificar profundamente a situação. Pelo contrário, isto é: 1856 veio mostrar-se com uma arrecadação maior que tôdas as anteriores, sendo a exportação açucareira bastante alta, tanto que atingiu à importância de 1.847:356$600. O movimento da Província no que se relaciona às suas finanças acusava o último decênio com uma receita arrecadada muito respeitável; movimento pelo qual se verifica que 1847 produziu para o erário 103:190$287; 1848, a quantia de 208:354$731; 1849 — 212:722$515; 1850 — 189:249$697; 1851 — 122:908$576; 1852 — 132:852$230; 1853 — 147:906$103; 1854 — 156:464$064; 1855 — 229:080$272; 1856 — 347:109$609. No ano seguinte, 1857, o açúcar exportou 684.933 arrobas no valor oficial de 1.438:905$462. O algodão, o café, o milho, o feijão, couros, aguardente e vários outros produtos agrícolas manufaturados fizeram com que a exportação, desta feita, atingisse a um valor nunca visto: 4.161:432$220.

A exportação do açúcar se acha incluída nesse total, sendo oportuno ressaltar que os engenhos, nessa quadra, não venderam muito para fora porque o consumo interno se fêz assustador. Assumiu proporções nunca vistas. A Província viu funcionando a tôda 200 engenhos, enquanto podia relacionar 7 comarcas, 16 conselhos de jurados, 28 distritos de paz, 19 delegacias, 45 sub-delegacias de polícia, 18 municípios, 4 cidades, 14 vilas, 9 vigararias forâneas, 28 paróquias, 5 círculos com 5 colégios eleitorais, 7 comandos superiores da Guarda Nacional, 1 batalhão de artilharia, 1 esquadrão de cavalaria, 24 batalhões de infantaria, 56 escolas públicas com a freqüencia de 1.849 alunos, sendo 64 no Liceu e salientando-se a circunstância de 85 crimes cometidos. E a exportação do açúcar foi de 1.523:398$400 em resultado de 675.878 arrobas, em 1858, quando se poderá constatar que o café estava entrando forte, apresentando-se com uma quota sensível para o erário provincial da Paraíba.

Governava-a, então, o presidente Beaurepaire Rohan, que era um espírito esclarecido e servido por um raro tino administrativo. Procurou impulsionar todos os setores do poder. Inúmeras iniciativas de vulto e interêsse para a vida paraibana foram logo encaradas e algumas delas inteiramente realizadas. No seu relatório ao Govêrno Imperial Rohan teve ensejo de salientar a importância da lavoura florescente, aumentando sempre a produção e, entre os produtos, não deixou de colocar o açúcar em primeiro logar. "O alto preço a que chegou o ano passado o açúcar atraiu para êsse gênero de cultura a maior parte dos braços, que até então se ocupavam exclusivamente da cultura das plantas alimentícias de primeira necessidade. A população ia sendo vítima dessa falta de previdência. Para evitar os tristes efeitos da fome, que associada à febre amarela e ao cólera-morbus, começava a fazer vítimas, tivemos de recorrer aos mercados do Ceará e Maranhão, para haver farinha, feijão, milho e arroz, que se venderam pelo custo além do que, a título de socorros públicos se distribuiu pelas classes indigentes". Porém o presidente não deixou que a lavoura se tornasse monocultora. Baixou decreto e fêz com que, se a cana fôsse muito cultivada, por outro lado também não se deixasse de plantar cereais considerados de "primeira necessidade", obrigando-se os senhores de engenho a um regime policultor intensivo.

Não consentiu o govêrno que a várzea se tornasse monocultora: podia plantar a cana que quizesse em tipos e em quantidade, podia dela tirar tudo quanto pretendesse, mas uma coisa não permitiu — é que a região virasse da noite para o dia um deserto de cereais tão necessários à alimentação do povo. E diga-se de passagem: os senhores de engenho não tiveram tal intenção, todos êles prosseguindo no antigo regime patriarcal, fazendo as suas colheitas de lavouras variadas. Apenas se animaram um pouco para uma plantação intensiva da cana relativamente à que vinham fazendo nos anos anteriores. Não obstante essa animação, o açúcar, em 1859, não produziu tanto em comparação com 1856, 1857 e 1858, exportando-se 814.843 arrobas num total de 2.314:728$434. Esperava-se que a exportação fôsse muito mais, uma vez que a lavoura se preparara para uma colheita compensadora, sendo, porém, o consumo interno bastante crescido e dentro de um preço baixo.

A Paraíba muito lucrou com a administração Beaurepaire Rohan. Até as menores

(XIX) "Datas e Notas para a História da Paraíba", cit.

coisas foram cuidadas com extremos de interêsse. Fundou-se um Jardim Botânico que compreendia a área que fica entre a Rua da República e a ladeira principal da cidade, o quarteirão limitado no levante pela Avenida General Osório, norte Praças Aristides Lobo e Pedro Américo, ao sul pela Rua da República e ao poente pela Rua que tem o nome daquele presidente. Também se destaca a fundação da Biblioteca Pública com 1010 volumes, sendo que "668, que foram doadas por diversas pessoas desta capital e 324, cuja compra efetuei". Plantas foram levantadas, embelezamentos foram introduzidos na cidade, vários edifícios foram levantados e, no que se refere à lavoura, inúmeras iniciativas de vulto foram levadas a cabo, podendo ser salientada aquela que contratou técnicos para "ensinar o plantio do trigo na Província". Essa animação na agricultura vinha dos bons tempos e ainda da inteligente administração pública que se vinha fazendo. O ano de 1860 pôde exportar 405.194 arrobas de açúcar num valor estimado em 1.773:387$285. Na capital circulavam então três jornais duas vêzes por semana.

Quanto ao comércio e navegação havia a desejar no que diz respeito ao movimento organizado, tendo o presidente Leitão da Cunha feito sentir que "a praça não faz pròpriamente comércio direto. Um ou outro navio, que nos traz de longe em longe sòmente algum carregamento de bacalhau ou de farinha de trigo, não vem diretamente de pôrto estrangeiro, mas ordinàriamente de Pernambuco, onde toca e recebe ordens, sendo que a maior parte dêsses raros carregamentos são aqui vendidos por conta e risco do importador daquela província. Da mesma sorte os compradores de gêneros do país não são os negociantes que aqui os exportam para o estrangeiro e sim os de Pernambuco, a quem aquêles os vendem ou venderão, como acontece comumente". Já constituía um problema a maneira de comerciar-se independentemente e sem precisar de estranhas interferências.

Os portos interno e externo da Paraíba apresentavam grande movimento, porém êste não se fazia por forma direta, havendo sempre intermediários, sofrendo as mercadorias transbordo em outros lugares e, quando chegavam na Europa ou na América do Norte, não traziam a indicação dos portos paraíbanos de origem. As mercadorias corriam para Pernambuco e lá ficavam em grandes depósitos. Ficavam aguardando praça. E quando chegava a vez de sair com outros destinos — Europa, Estados Unidos e Sul do país — levavam o rótulo da Paraíba, mas do pôrto de Recife. Eram certos inconvenientes que desanimavam os propósitos de propaganda comercial dos negociantes da terra de André Vidal. Êles bem que tinham as suas justas vaidades. Sòmente quando vinha embarcação de Portugal, conduzindo vinho tinto e Pôrto legítimo, algumas caixas também do bom Málaga de Espanha, é que ela voltava cheia de mercadorias paraíbanas — e com o carimbo negro ou vermelho "Varadouro" ou "Cabedelo". Ainda assim, de raro em raro, o açúcar que conseguia atingir as plagas habitadas por "marinheiros" e "galegos", sendo açúcar de procedência paraíbana, tinha de fazer a sua figura de ponta saliente tão bom êle era considerado por todos quantos tinham ensejo de prová-lo. Porque ordinàriamente a qualidade não se escondia: açúcar gostoso, mulatinho do bom e do melhor, refinado, virando branco. Conduzia um sabor todo especial e que sobremodo agradava o paladar dos consumidores. Aliás o açúcar da várzea mereceu honras e regalias notáveis. O velho Castilho teve oportunidade de mencioná-lo como fabricado "no litoral da província da Paraíba". E de fato era um produto que reclamava tamanho destaque. Ainda agora êle se apresenta excelente, não o açúcar de usina, porém, o outro, o mulatinho, quando refinado e que foi cozinhado nas tachas de ferro de pobres engenhos que teimam em continuar.

A qualidade da cana, o cozimento, o "ponto", a quantidade de fogo, os temperos — certamente são segredos de que só o "mestre" tem ou tinha conhecimento. Daí sair um açúcar que tôda gente gostava de comer mesmo fora do café e dos bolos, comia como sobremesa, feito torrões ou senão mel, ou então misturado em outras coisas como, por exemplo, o pé-de-moleque, ou doce de côco ou a conhecida cocada, uma cocada amarela de sabor inconfundível e sobretudo agradável, "expressões" essas que apenas o mulatinho conserva poderes de proporcioná-las. Por todos êstes motivos é que o senhor de engenho e o negociante de açúcar não se conformavam em não ver os carimbos pretos e encarnados indicando o lugar onde se obtinha o produto da cana caiana. Queriam ter a satisfação de verificar o círculo ou retângulo com estas pa-

lavras: "Engenho Corredor" — Paraíba", "Engenho Taipú" ou ainda "Engenho Tapuá". Mas o pobre do nosso açúcar nem sempre conseguia mostrar de onde vinha. Confundia-se com o mano de Pernambuco e de Itamaracá.

Corria 1861 com o registro de 214 engenhos bons, indicando a estatística a existência de 32 freguesias, 37 egrejas, 101 capelas e 40 cemitérios em tôda a Província. Já o Liceu apresentava uma freqüência de 103 alunos de curso superior. E as escolas primárias 1733 meninos. A exportação daquele ano revela que o açúcar produziu 599.594 arrobas e 30 libras, o algodão 187.787 arrobas, o paubrasil 652 quintais, aguardente 36 canadas, couros 12.083; plantas diversas 5.656, frutas 2.500, tudo num valor oficial de cêrca de 3.000:000$000. A maior parte desta importância sem dúvida alguma estava reservada ao açúcar não só pela quantidade e qualidade como também pelo preço de aquisição. O açúcar vivia quase que permanentemente em alta. Era um produto sempre valorizado. Com êle não se dava o que então se constatava com o algodão: estava a depender o preço do estrangeiro. O grosso da safra ia para a Europa, pouco ficando no país, onde a indústria de fiação era incipiente, rotineira e manual, muito deixando a desejar relativamente à indústria de tecidos existente em outros climas. Fazia-se muita rêde, panos grossos que mais pareciam destinados a sacos, cordas, cabos e tudo quanto era de esperar de um esforço anônimo, nativo e sem a orientação da técnica. O povo vestia-se com tecidos de algodão que saía dos nossos campos. Mas êsses tecidos vinham de longe, atravessavam o oceano e aqui tornavam encarecidos, não chegando para o bico dos pobres que viviam na cidade, no interior extenso e desabitado.

Houve engenhos que, ao lado da Casa-Grande, mantinham a sua fiação próspera. Era serviço destinado às velhas escravas que não faziam sòmente bater os bilros de rendas nas suas almofadas em forma de rôlo. Elas se dedicavam à fiação de tecidos grossos. Os calções que o africano cativo vestia eram resultado dêsse esfôrço feminino com a ajuda dos fios de algodão; também as camisolas sem mangas vinham de igual origem, os chinelos que as sinhàsinhas calçavam em casa; os panos escuros em que se enxugavam os pratos na cozinha; e até os pavios das lamparinas, lampiões e candieiros das salas nobres. Muita coisa se fazia com o algodão paraíbano. Para muita coisa êle bem que servia. Ao lado do linho branco que cobria as camas e as mesas de jantar, das casemiras que o senhor ostentava, dos tecidos finos que as senhoras vestiam, podia-se vislumbrar a presença do algodão como um vivo sinal de que se trabalhava na várzea, onde todos procuravam fazer algum serviço, ninguém ficar para o canto esperando que o maná caisse do ceu.

O regime patriarcal era de trabalho em vários setores da lavoura e da indústria primitiva. Apenas o engenho tomava saliências preponderantes. O presidente Araujo Lima não perdeu momento para condenar certo desinterêsse surpreendido entre determinados senhores de engenho que queriam ganhar com facilidade desprezando os antigos estilos pelos quais se orientava a fabricação do açúcar. Processos rápidos, fáceis e condenáveis estavam sendo introduzidos, por isso mesmo necessitando de repressão, por prejudicar o produto, cuja fama de bom seria indispensável salvaguardam. Num relatório que fêz, menciona aquela autoridade administrativa: "E' sensivel o desapreciamento a que he chegado os nosso açucares. Os proprietarios de engenho já não mandam ao mercado açucar purgado, como outrora muitos o faziam, satisfazem-se com o açúcar bruto, porque dá menos trabalho e mais prontamente se habilitam eles a recolherem o produto de suas safras". Era uma censura talvez justa. Mas que não compreendia a todos os senhores. Havia exceções em numero abafador. O próprio Araujo Lima salienta que açúcar excelente (o mulatinho que se refinava em casa em grandes tachos de cobre) "pode ser calculado em setenta e oito mil pães" — quantidade sem dúvida que elevada. Quase tudo procedente do litoral.

No sertão, ainda é o mesmo presidente quem informa, se fabricava mais rapadura, figurando o município de Sousa só numa safra com quatro mil cargas. E apenas quinhentas arrobas de açúcar. Sousa era um centro canavieiro em situação de figurar talvez como o primeiro da zona sertaneja. Nesse tempo se podia constatar que a criação de gado se alastrava por tôda a Província. Não havia município que não se destacasse numa estatística em que podiam ser encontrados:

# OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO

**Alberto Lamego**

IV

## COMENDADOR CLÁUDIO DO COUTO E SOUSA

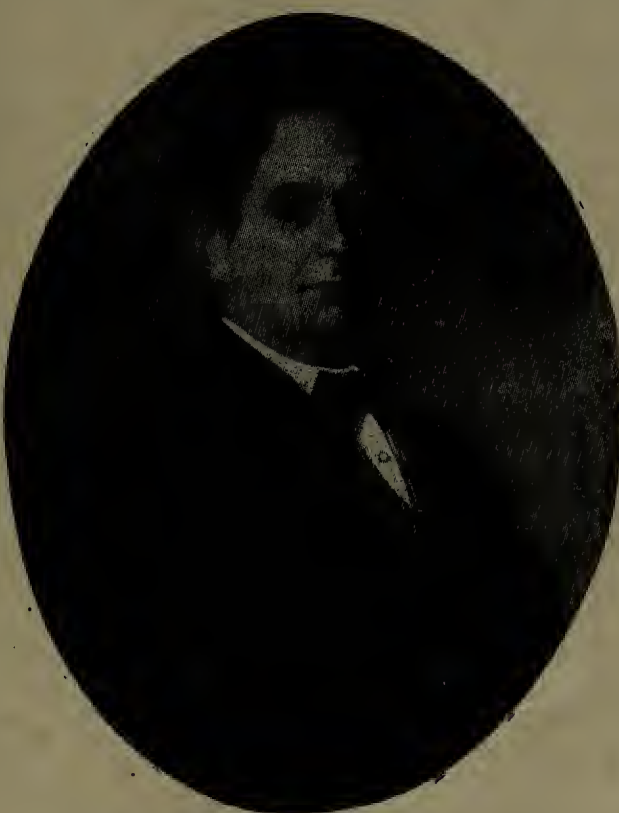
No nosso último artigo descrevemos os progressos da indústria açucareira com a introdução nos engenhos, em 1860, da caldeira multitubular em substituição da unitubular, que era mais econômica na produção do vapor, mas os fazendeiros mais progressistas não estavam ainda satisfeitos com êsse melhoramento em suas fábricas e voltaram as suas vistas para o tratamento das caldas e tentaram uma reforma nos aparelhos.

Foi então empregado o **banguê americano**, com sucesso, na fazenda do Conselheiro João de Almeida Pereira, em Guriri.

Foi nessa ocasião que chegaram a Campos os americanos José Beal e Luís Smatz, que se incumbiram do assentamento de tais aparelhos.

O fazendeiro Capitão José Francisco de Matos Pimenta fêz logo assentar em seu engenho da Cambaíba, um dos tais **banguês**, por Luís Smatz, que também empregou "o gás sulfuroso para o descoramento dos caldos, assim como defecadores independentes, a fogo direto e para cozimento, uma caldeira a serpentina sob a ação do vapor".

Êsse processo foi abandonado, por haver falhas.



**Comendador Cláudio do Couto e Sousa**

Os ditos americanos iniciaram, então, o assentamento de simples baterias americanas desde a defecação até cozimento, com ótimo resultado e quase todos os fazendeiros substituíram o velho **banguê** pelo novo.

Esta preferência foi devida "às vantagens de uma evaporação mais franca e maior produção da massa cozida e facilidade de admissão de combustível com o fogo sobreposto e seu melhor aproveitamento".

Ainda assim, havia alguns inconvenientes que era preciso remover, principalmente da alta temperatura a que era submetido o caldo, nocivo ao cozimento e ao constante arrebentamento das caldeiras.

Na escolha dos novos melhoramentos, estavam divididos os fazendeiros; "uns eram apologistas das baterias de fundo chato de Gimart e outros da bateria americana modernizada", mas estavam acordes na adoção das caldeiras de Wetzel e de Boor, como aparêlho cozinhador, que operavam em temperatura baixa, evitando os danos da de fogo nu. E a maioria das fábricas conservou a "bateria **americanizada** (a Labat, com fogo sobreposto e alteração na organização interna ou americana, cozinhando no Wetzel ou no Boor").

Faltava ainda uma aparelhagem própria para a defecação e esta foi empregada em 1872 e constava de caldeiras à serpentina horizontal e elevadas, por sua

---

muito gado muar, cavalar, vacum, ovelhum, sendo que oscilam os números entre dez e mil cabeças de cada espécie apontada. E' verdade que não eram todos os municípios, mas a sua maioria assim exibia a sua criação num crescendo deveras notável.

solidez e melhor aproveitamento do calórico.

Foi êste o movimento progressivo da indústria açucareira até 1876. Do que ocorreu depois trataremos em outro artigo e agora, vamos apresentar outro grande fazendeiro de Campos no século XIX:

## COMENDADOR CLÁUDIO DO COUTO E SOUSA

Nasceu em 19 de outubro de 1806 e deixou Portugal, contra a vontade de seus pais, em 1823, chegando a Campos no mesmo ano. Sua mãe, antes de partir, como declarou no seu testamento, "lhe dera como brinde duas peças de ouro, uma de 6$400 e outra de 3$200, única recomendação e proteção que o acompanhou e nunca foi preciso gastar, ao que deu o nome de varinha de condão, hoje de alto valor e que será entregue a quem disponho (o bisneto que tivesse a mesma idade quando deixou Portugal) para servir de condão de felicidade".

Coube ao bisneto Dr. Alberto Ribeiro Lamego.

Seguiu a princípio a carreira comercial, onde iniciou a sua fortuna.

Entregou-se depois à lavoura, abrindo a importante **fazenda do Destino** em Murundu e adquirindo depois a dos **Airises** de D. Maria Joaquina do Nascimento Reis, filha primogênita de Joaquim Vicente dos Reis e de D. Josefa Bernardina do Nascimento e que se casara em segundas núpcias com o Dr. Deocleciano Augusto Cesar do Amaral, pois o seu primeiro marido, Capitão Paulo Francisco da Costa Viana, tinha falecido em 13 de maio de 1831.

Nesse mesmo ano, aos 19 de dezembro, esposou D. Maria Francisca de Sousa Lima, filha de João Manuel de Lima, e de D. Felizarda Maria da Conceição e que faleceu em 18 de fevereiro de 1865.

A antiga morada do Capitão Paulo Viana era situada à margem do Paraíba, onde foi também levantado o engenho de açúcar e aguardente. Nela nasceram campistas notáveis que deram grande realce ao 2.º reinado, filhos do 1.º matrimônio: **Dr. Joaquim Francisco Viana**, Bacharel em matemáticas pela Universidade de Coimbra, Deputado à Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, à Assembléia Geral Legislativa, Senador, Ministro da Fazenda e Diretor do Tesouro Público Nacional.

**Dr. João Caldas Viana**, que recebeu o grau de bacharel em São Paulo, tendo começado o curso na Universidade de Coimbra, Juiz de Direito, Deputado e Presidente da Província do Rio de Janeiro.

**Cândido Francisco Viana**, Chefe do partido conservador, gozando de real prestígio na política do município e possuidor de quatro grandes fazendas no Muriaé: Taipabas, Santa Rosa, Boa Vista e Carqueja, com bem montados engenhos com os maquinismos mais modernos e ainda a do Cêrco, esplêndido criadouro em São Gonçalo.

O Comendador Cláudio fêz demolir as edificações feitas pelo Capitão Paulo Viana e construiu o magnífico solar dos Airises, um dos poucos que resistiram à ação do tempo e ao cartelo dos ambiciosos fazedores de senzalas. Hoje é monumento histórico.

O engenho de açúcar e de aguardente foi edificado nos fundos e era dotado das melhores aparelhagens.

Êste foi demolido em 1896, devido ao levantamento da **Usina de N. S. das Dores** nas suas proximidades e que se limitava com as suas terras, onde continuou a ser cultivada a cana de açúcar, cuja safra atinge a cinco mil carros de 100 arrobas, quando o tempo é favorável e que era então fornecida a essa Usina.

Ela foi demolida por ordem dos proprietários da Usina Barcelos Magalhães & Cia., aos quais aquela pertencia.

E no local onde existia, foi edificada a grande distilaria Martins Lage, pertencente ao Instituto do Açúcar e do Álcool.

Atualmente as canas dos Airises são encaminhadas para as usinas de Santo Antônio e Cambaíba.

Por morte de sua espôsa, procedeu ao inventário dos bens do casal e todos os herdeiros receberam os seus quinhões.

Da **fazenda dos Airises** foi desmembrado o terreno dos fundos, hoje conhecido pelo nome de **Mirandela** e lançado ao herdeiro Antônio do Couto Lima e o restante que ainda hoje é o mesmo, coube a têrça parte à herdeira Maria Francisca de Sousa Lima e as outras duas partes foram dadas em pagamento a Serafim Sampaio Ribeiro, por cabeça de sua mulher D. Engênia Jacinta de Sousa Lima.

A outra **fazenda do Destino** foi incluída

na sua meação. Era uma das principais da zona com muitas edificações e maquinismos para café, algodão, farinha, fubá, etc.

Extensos cafezais e algodoais cobriam as terras descobertas, onde trabalhavam cêrca de 500 escravos.

O autor da "Planície do solar e da senzala", referindo-se a essa propriedade, assim se externa:

"Num terraplano abarreirado, por muralha antiga, levanta-se entre palmeiras reais, um sobrado branco semi-roído pela ancianidade. Ali fôra assentar pouso há quase um século, o espírito destemido e longânime de Cláudio do Couto e Sousa, audaciando a selva, a serrania, a onça e a surucucu, a distância e a solidão.

Naquele tempo, interseria-se a região ainda na vasta massa florestosa a que chamava Couto Reis — o Deserto das Montanhas. Bandeirante de alma de artista, colocou a fachada do **solar do Destino,** de modo a permitir a fruição completa da mirífica paisagem que o defronta. E' então, que do recôncavo de dois serrotes, que ilusòriamente o acolitam, surge-nos de salto o inesperado de um obelisco da montanha. E' a Pedra Lisa".

Quando foi decretada a Lei Aurea de 13 de maio de 1888, que extinguiu a escravidão no Brasil, a **fazenda do Destino** se achava em plena florescência e o seguinte fato atesta o bondoso coração do grande fazendeiro. Reuniu todos os seus escravos e declarou-lhes que, por lei, se achavam livres e, como recompensa dos bons serviços que lhe prestaram, podiam colher para êles tôdas as lavouras plantadas e continuar o cultivo das terras descobertas, sem qualquer interêsse para o proprietário.

No dia seguinte, retirou-se com a sua família para Campos, indo residir no seu palacete à rua Barão de Miracema.

Quase todos ficaram ali morando, constituíram família e quando morreram foram sepultados no cemitério da mesma fazenda. Ainda hoje existem ali, muitos dos descendentes dos seus escravos, que alguns foram contentados em seu testamento.

Atualmente as principais lavouras dessa fazenda são a cana de açúcar, moída nas **Usinas de S. Maria** e **São Pedro,** o café e cereais.

Tanto esta como a dos Airises, pertencem, hoje, ao autor destas linhas.

Em 1903, tendo negócios em Portugal, onde possuía muitas terras, para ali seguiu, e faleceu em Lisboa aos 10 de dezembro do mesmo ano. Era Cavaleiro da Ordem de Cristo e tinha a grande comenda de N. S. da Conceição da Vila Viçosa.

Do seu consórcio nasceram os seguintes filhos:

1) **Antônio do Couto Lima**, que foi educado em Londres e faleceu solteiro, deixando a grande **fazenda da Muribeca**, situada à margem do Rio Itabapoana e que tinha légua e meia de testada por 3 de fundos.

Ali construiu muitas casas e um magnífico engenho de açúcar e distilaria com os maquinismos mais aperfeiçoados. Entregue tudo à voragem do tempo, depois do seu falecimento, nada mais existe.

2) **Cláudia do Couto e Sousa,** que faleceu criança, vítima de um tiro casual.

3) **Eugênia Jacinta de Sousa Lima,** que esposou Serafim dos Anjos Sampaio Ribeiro, coproprietário da **fazenda dos Airises.**

4) **Maria Francisca de Sousa Lima,** que casou com Luis Francisco de Matos Pimenta, dono da **fazenda da Saquarema.** O engenho de açúcar foi demolido e as suas terras anexas à Usina da Cambaíba.

5) **Carolina de Sousa Lima,** que teve por espôso o Capitão Antônio José Peixoto de Siqueira e a quem pertencia a **fazenda Paraíso,** próximo à Murundu. Também foi deitado por terra o engenho de açúcar, mas ainda se vê grande parte da Casa Grande, reformada pelos atuais proprietários.

6) **Cláudio do Couto de Sousa Lima,** casado com D. Mariana Cassalho. Era senhor da fazenda da **Barra Alegre,** que se limitava com a do **Destino.**

Nada resta do engenho e mais edificações.

# O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO "O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL"

**Jerônimo de Viveiros**

VI

E' sabido que foi da "Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional" que nasceu o "Instituto Histórico Geográfico Brasileiro". Do quadro social daquela saíram os fundadores dêste. As duas associações andaram irmanadas, pelo menos, nos seus primeiros tempos. Por isso o precioso arquivo, com que o Instituto se enriqueceu, para logo, mercê das valiosas dádivas dos seus sócios, foi fonte em que se abeberou, a partir de 1840, o periódico da Auxiliadora. Não teve o Instituto memória curiosa, atinente à indústria, que não fôsse para as páginas da revista da referida sociedade. Entre êsses cimélios um sôbre todos nos prendeu a atenção. Foi o referente à indústria açucareira no Brasil, cuja autoria Januário da Cunha Barbosa afirmava ser do engenheiro Reinaldo Oudinot, já pela semelhança da caligrafia, já por trazer na capa esta nota — **Oudinot 1801.**

Como quer que seja, provenha ela da pena de Oudinot ou de outro qualquer escritor, a verdade é que a memória se reveste de grande interêsse.

Segundo o seu autor, o principal entrave ao progresso da indústria da fabricação de açúcar no nosso país era a legislação portuguêsa, elaborada sem reflexão, sem conhecimento dos fatos e circunstâncias. No reino, fazia-se uma lei hoje para revogá-la amanhã; o permitido hoje, tinha sido proibido ontem. E comprovando esta afirmativa, dizia o autor da memória :

"As leis antigas legislaram inùtilmente sôbre o açúcar. O Senhor Rei D. Pedro, na lei de 28 de fevereiro de 1688, atendendo às representações da Companhia Geral sôbre o vício do açúcar, e preço pelos quais o vendiam os senhores de engenho, e do que resultava que êle tivesse menos saída, por terem má reputação, resolveu com as pessoas do seu Conselho, que em tôda a Capitania do Estado do Brasil tivessem os açúcares tal moderação no preço, que se não pudesse vender o açúcar fino da Bahia por mais de 950 réis, e o mascavado a 400; em quanto porém ao açúcar de Pernambuco e da Paraíba foi fixado o branco fino a 900, o branco redondo a 800, o branco baixo a 700 e o mascavado a 350; os brancos finos do Rio de Janeiro a 800, o redondo a 700 e o mascavado a 350; e outrossim que os açúcares vindos para o Reino se pesassem em um trapiche, onde deveria haver pesos, fazendo-se têrmo com assistência do comissário, no qual se declarasse a bondade e lei do açúcar, tendo as caixas marca de fogo, para se conhecer a qualidade, isto é, o fino com a marca **F**, o redondo com a marca **R** e o baixo com **B**, para que vindo assim as caixas, achando-se danos, pagasse o comissário a perda ao seu correspondente, pois se não podia considerar dano sem dolo seu, e que achando-se o açúcar falsificado fôsse logo degredado o senhor de engenho dois anos para uma das outras capitanias daquele Estado, e pagasse 40$000 em dinheiro, e igualmente pagasse a mesma pena o caixeiro de engenho, além de dois anos para Angola, e pela segunda vez incorresse nas penas em dôbro. Que tôdas as taras tivessem o número aberto com ferro, de tal maneira que se lhe não pudesse tirar sem que se conhecesse, debaixo das mesmas penas. Que os açúcares de liberdade, que os senhores de engenho remetessem por sua conta, não fôssem obrigados a ir ao pêso, mas que deviam trazer a marca do engenho e tara, para se proceder contra êle da mesma maneira, e que tais pessoas compreendidas na falsificação do açúcar não poderiam entrar nos perdões que se concediam na Relação da Bahia. E mandou a mesma lei, que se não pudesse vender cada quintal de breu por mais de 2$800, o de cobre em pasta por 38$800, o de ferro da Alemanha por 4$800".

Por Carta Régia de 16 de março de 1668 se mandou publicar dita lei, dizendo-se na mesma que não deixava ao Governador o arbítrio na execução recomendada; porém o Senado da Câmara do Rio de Janeiro pedia vistas para embargos de **obreção** e **subreção,** alegando que gravíssimos danos sucederiam

aos lavradores e ao comércio, que arrastaria a perda dos habitantes, já exauridos de cabedais. E lembravam que o açúcar era de sua natureza suscetível de alteração, pelo fabrico, umidade do país e das madeiras verdes das caixas, de sorte que o mesmo Soberano mandando novamente examinar a matéria com aquela atenção que merecia a sua importância, houve por bem mandar na Carta Régia de 14 de fevereiro de 1669, que se não executasse a dita lei respectivamente ao preço dos açúcares, e aos gêneros de que se forneciam os engenhos, para que se vendessem livremente à avença das partes, e que ficasse em vigor em tudo o mais quanto à verdade e forma com que se deviam fabricar os açúcares, e a evitarem-se as fraudes e enganos, com que se remetiam. E tendo em consideração ao que por parte do comércio tinha sido representado sôbre os danos, que causavam os açúcares batidos, foi servido ordenar se não pudesse lavrar mais, debaixo da pena de perdimento e 200 cruzados de multa que pagaria o senhor de engenho. Pela Carta Régia de 15 de fevereiro de 1669 se ordenou ao Governador que não consentisse o acondicionamento do açúcar em caixas de madeira verde".

Como se vê, a memória não exagerava, quando asseverava ter sido inútil a legislação do Reino sôbre o açúcar. E essa ineficácia ainda mais se acentua, quando a memória aborda a lei que criou as **mesas de inspeção,** que eram o órgão fiscalizador dos produtos da colônia.

Vejamo-la nesta parte.

"A lei da sua criação foi oposta aos verdadeiros interêsses e indústria dos povos, taxando o valor, que só a bondade do gênero e a concorrência no mercado geral lhe podia dar, e se tem visto que o comércio jamais tem comprado açúcar pelos preços das inspeções, e sòmente pelo ajuste e convenção das partes, que se deve observar, como recomendava sàbiamente a citada Carta Régia de 14 de fevereiro de 69. As inspeções sôbre a qualidade do açúcar são inteiramente inúteis, nem se pode formar a culpa que a lei e carta régia citadas e muitas ordens e provisões da Junta do Comércio têm estabelecido contra os senhores de engenho, que fabricam os seus açúcares por uma rotina e prática, e não por arte, pretendendo aliás sempre que êles tenham a boa qualidade e reputação, por quanto os açúcares à primeira vista assim o persuade para ter aquela qualificação, porém o tempo, a umidade, o vício do seu empírico fabrico, o encaixe em madeiras verdes, os transportes para o reino e outras circunstâncias, lhe fazem posteriormente adquirir uma deterioração notável, e donde vêm as contínuas queixas dos comerciantes contra os lavradores e mesas de inspeção do Brasil".

"O presidente e deputados de semelhantes mesas deveriam ser pessoas eminentes nas ciências naturais, principalmente na parte que respeita à cultura do país, artes e comércio".

Assim, porém, não acontecia. Ocupavam tais cargos **magistrados juristas** e comerciantes que ignoravam a sua mesma profissão.

Não era diferente a legislação portuguêsa no tocante aos derivados da indústria açucareira. Sôbre o principal dêles — a cachaça, escreveu o autor da memória em aprêço:

"O alvará de 13 de setembro de 1659, suscitando a observância da carta régia de 21 de fevereiro de 1657, dirigido a Antonio Te-

les, governador geral do Brasil, mandou extinguir na Bahia e seu recôncavo assim a bebida de aguardente, como do vinho de mel e cachaça". Embora a Câmara do Rio de Janeiro tivesse pedido a observância dêsse Real Diploma, o que bem evidencia as suas vantagens, foi êle revogado pouco depois.

Essa versatilidade das leis lusitanas era geral. Não ficou limitada ao açúcar e derivados; atingiu também os escravos africanos — os operários dos engenhos.

Uma lei de 23 de março de 1688 mandou o Governador do Rio de Janeiro abrir sindicâncias sôbre a maneira por que os senhores de engenho tratavam seus escravos, e que, apurado algum excesso, fôsse processado o senhor.

No ano seguinte, porém, outra lei — a de 23 de fevereiro — ordenou cassar-lhe a observância, "por inconvenientes que se consideraram na sua execução".

Decorridos nove anos, em 1698, o Soberano de Portugal proibiu os senhores prenderem seus escravos com correntes e argolas de ferro.

Em janeiro de 1701, foi permitido ao escravo o direito aos dias de sábado, para a cultura de suas roças. Mas nesse mesmo ano, em novembro, a Coroa esclarecia que o senhor, que desse ao escravo o sustento, ficava dispensado de conceder-lhe os dias de sábados.

E assim por diante.

Nada estável, que garantisse o futuro da indústria do açúcar da colônia.

Certamente, que essa versatilidade de legislação haveria de estorvar qualquer empreendimento.

Foi o que se deu com a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, que tinha numa das cláusulas de seu contrato com o Govêrno a obrigação de fundar engenhos de canas no Maranhão, mas que não a cumpriu.

E' inegável ter provindo da ação da Companhia o progresso do velho Estado, que abrangia todo o norte da colônia, para além do Ceará. O dízimo cobrado pela Coroa em tôda essa vasta zona foi de 11:448$000 em 1760; um lustro depois, a Companhia fê-lo passar a 40:370$000. De um navio por ano, para o seu comércio com o reino, o Estado passou a ter uma frota de onze embarcações, de 200 a 850 toneladas. No decurso de vinte anos, de 1757 a 1777, foram introduzidos 25.325 escravos no valor de 1:736$000. A Companhia fazia aos colonos grandes adiantamentos em mercadorias e dinheiro, a longos prazos. Em 1777, tinha ela em mãos dos maranhenses e paraenses cêrca de 900:000$000. Uma emprêsa, que assim orientava a sua vida, não deixaria de fundar engenhos de canas, se o negócio fôsse promissor. Não o fêz, porque alguma coisa havia que a desanimava, e essa alguma coisa era, sem dúvida, a inconstância das leis portuguêsas.

Mesmo as ordens religiosas, isentas de tributação, não deram grande desenvolvimento em suas propriedades à fabricação do açúcar.

Por um libelo contra a Companhia de Jesus, apresentado pelos habitantes do Estado do Maranhão ao Conselho Ultramarino, vê-se que de 52 fazendas pertencentes aos jesuítas, cuja produção era de 129:000$000, apenas 2 fabricavam açúcar, e assim mesmo numa quantidade pouco apreciável — 2.500 arrobas, que ao preço de 2$500 importavam em 6:250$000, e 5 produziam cachaça num total de 7.500 canadas.

E nem se diga que a acusação peca pela indulgência, que todos sabem o ódio votado pelos colonos aos jesuítas.

A produção era mesmo pequena.

---

## A CÊRA DA CANA DE AÇÚCAR

**"The International Sugar Journal" resume alguns dados de caráter histórico sôbre o aproveitamento da cêra da cana de açúcar. Êsse produto começou a ser fabricado em 1916, em Natal, Africa do Sul, e dois anos mais tarde cêrca de 250 toneladas foram enviadas para a Inglaterra e para os Estados-Unidos. Em 1924, as exportações daquele Domínio ultrapassaram de 5 mil toneladas. Contudo, o produto não conseguiu firmar-se, em vista da concorrência de várias outras espécies de cêra; a sua produção era anti-econômica, sendo abandonada em 1930. Com a guerra, a cêra da cana voltou a despertar interêsse; e o Ministério da Agricultura dos Estados-Unidos chegou a cogitar de extrair mais de 3 mil toneladas de cêra de cana, de qualidade superior ao produto sul-africano, que apresentava vários defeitos. Um dêles decorria da presença de impurezas de gordura. Estas podem desaparecer quando se deixa a torta do filtro-prensa fermentar até o apodrecimento, de maneira a destruir as gorduras. Os técnicos têm orientado as suas pesquisas no sentido de obter, por êsse e outros meios, uma cêra livre tanto quanto possível de gorduras. A cêra da cana pura, ou quase pura, encontra muitas aplicações na indústria, principalmente se se puder melhorar a sua côr. Nos Estados-Unidos, diz aquela revista, conta-se com a cêra da cana de açúcar para completar os suprimentos de cêra de carnaúba do Brasil.**

# "A MELHOR CULTURA DO PAÍS"

**Clóvis Caldeira**

O caráter exclusivista da cultura do açúcar fica bem compreendido quando se sabe que essa indústria foi, no passado, a atividade mais compensadora que se oferecia aos filhos de várias regiões brasileiras. O açúcar era a razão de ser de vastas camadas da população do Este Brasileiro e o mais sólido esteio de nossa economia, pelo menos até o advento do café, que veio deslocar o eixo de nossa vida econômica para o sul do país. Daí o conhecido conflito que se manifesta, desde os primeiros tempos da Colônia, entre a economia básica da **saccharum** e certas formas subsidiárias de atividade rural, as quais, conquanto não tivessem a importância do açúcar, nem por isso deixavam de ser consideradas essenciais à existência dos habitantes. Aquilo que não servia aos fins imediatos da produção e do comércio do açúcar, ou que se afigurasse elemento de dispersão, estava em princípio excluído. Plantar, moer cana e fabricar açúcar para suprimento do mercado exterior, eis o seu objetivo. Os interêsses dos colonizadores ficam, a êste respeito, divididos. De um lado, os senhores de engenho, interessados apenas nas plantações de cana, vendo nas roças dos índios um obstáculo ao desenvolvimento extensivo da cultura; do outro, os habitantes das cidades e vilas convergentes do litoral e suas imediações estimulando o escambo para obter dos indígenas um produto que entrara rápida e definitivamente em seus hábitos alimentares. Durante algum tempo, é encontrada uma fórmula que de certo modo atendia àqueles interêsses. Sob a ameaça de uma parte dos colonos do litoral, os índios se retiram para além das terras ocupadas pelos engenhos, e dos seus aldeamentos passam a abastecer os portuguêses, ainda por meio do escambo, de gêneros da terra, especialmente a farinha de mandioca. Mais tarde, o rompimento das relações econômicas, entre portuguêses e índios, baseadas no escambo, dá lugar a um novo reajustamento, passando os colonos a explorar por conta própria, com os seus escravos, a produção de suprimento (1). Êsse novo tipo de exploração econômica conservaria, através do tempo, como iremos ver, os germes do conflito. O exclusivismo inerente à cultura açucareira acaba até mesmo por se refletir na dieta das populações das áreas influenciadas pelo açúcar, determinando padrões alimentares caracterizados pela ausência absoluta ou pela escassez crônica de certos artigos, como é o caso dos legumes, da farinha de mandioca e das carnes verdes. E' verdade que os senhores de engenho eram obrigados a manter em suas terras ou a fomentar uma ligeira cultura de mandioca, cujos limites não excediam geralmente às exigências de consumo próprio. A descrição que Gabriel Soares de Sousa nos dá do engenho de Mem de Sá, posteriormente do seu genro, o conde de Linhares, não deixa qualquer dúvida a respeito. "Na bôca dêste rio (Seregipe), fora da barra dêle, está uma ilha que chamam Cajaíba, que será de uma légua de comprido e meio de largo, onde estão assentados dez ou doze moradores, que nela têm bons canaviais e roças de mantimentos, a qual é do conde de Linhares" (2). Essa auto-suficiência no que se refere a gêneros alimentares, especialmente a farinha, é mantida pelo menos até quando não se desenvolve, nas áreas próximas, uma economia fornecedora de suprimentos.

Em Pernambuco, o problema da escassez de farinha revestiu tradicionalmente as côres mais sombrias. Isto não quer dizer que na capitania de Duarte Coelho não se conhecesse a cultura da mandioca. Nos primeiros dias da instituição do govêrno geral representado por Tomé de Sousa, Pernambuco foi um dos fornecedores de farinha para atender às necessidades dos colonos que se estabeleceram na Bahia. Farinha possìvelmente de origem indígena, produzida nas terras ainda não ocupadas pelos engenhos. Empurrada, po-

(1) Ver, a propósito, "Do escambo à escravidão", Alexandre Marchant, Companhia Editora Nacional.

(2) "Tratado descritivo do Brasil em 1587", pág. 160, 3ª edição, 1938, Companhia Editora Nacional.

rém, para o interior, a mandioca ficaria delimitada na zona sertaneja, separada da mata litorânea pelos terrenos de transição do agreste-acatingado, destinando-se à satisfação das necessidades locais e escoando-se, eventualmente, para a Bahia, de onde, como várias vêzes aconteceu, era enviada para Pernambuco, por via-marítima. Assistia-se, assim, à anomalia de uma região que, em conseqüência do distanciamento interno de suas áreas de cultura agrícola, era obrigada a importar um gênero que ela mesmo produzia. Na Bahia, graças à conjugação de uma série de fatores de ordem natural e geográfica, o problema foi menos agudo, podendo-se notar a ocorrência de uma economia marginal destinada a suprir o consumo interno e até mesmo o de outras regiões. No próprio Recôncavo encontraremos um centro farinheiro do porte de Nazaré, popularmente conhecida como Nazaré das Farinhas, e, mais abaixo, Valença, Camamu e Ilhéus, durante muitos anos animados núcleos de produção de farinhas. Não obstante, parece que a farinha aí produzida nunca foi suficiente para satisfazer às exigências de consumo, conforme o atestam as várias crises cíclicas ocorridas no período colonial e mesmo em seguida à nossa independência política.

Uma análise interessante das causas da crise das farinhas, nas suas relações com a lavoura da cana, pode ser encontrada nas CARTAS ECONÔMICO-POLÍTICAS SÔBRE O COMÉRCIO E A AGRICULTURA DA BAHIA (3), publicação em que se acham reunidas quatro cartas, firmadas, respectivamente, por quatro diferentes personalidades. O depoimento mais valioso é, sem dúvida, a carta do Desembargador e Deputado às Côrtes, João Rodrigues de Brito, homem de cultura acima da mediana, em sua época, empolgado pelas teorias econômicas recentemente surgidas na Europa, tendo como precursores Adam Smith, J. B. Say e Sismondi. Motivaram as CARTAS o pedido que, em cumprimento às ordens de S. A. R., dirigira o Governador-geral da Bahia, Conde da Ponte, aos membros do Senado da Câmara, formulando os itens abaixo:

1 — Se reconhecem nesta Cidade alguma causa opressiva contra a Lavoura; qual seja esta causa, e o meio dela se evitar.

2 — Se a mesma Lavoura tem recebido progressivo aumento, de que tanto depende a prosperidade do Comércio desta Capital, e qual o motivo favorável, ou desfavorável a êste respeito.

3 — Se o Comércio sofre algum vexame, qual êle seja, e se será conveniente ao mesmo Comércio particular desta praça, desoprimí-lo dêle sem risco de outro maior dano.

4 — Se os diferentes exames sôbre a boa qualidade dos gêneros de exportação desta Colônia se podem considerar úteis, ou nocivos ao progresso do Comércio.

5 — Se o Lavrador desobrigado dêstes exames, e o negociante na liberdade de convencionar-se nos preços dos gêneros com o mesmo Lavrador, promoverão melhor seus recíprocos interêsses.

Atendendo à solicitação do Senado da Câmara, Rodrigues de Brito responde aos itens do Governador. De início, nas considerações que precedem o trabalho, diz que, segundo os melhores economistas, tudo o que um govêrno pode fazer em benefício da Agricultura se reduz a **Liberdades, Facilidades** e **Instruções**. E passa a argumentar. Liberdade para empregarem seus braços e capitais da maneira que julgar mais conveniente, cultivar quaisquer gêneros que melhor lhes pareça, construir quaisquer obras e fábricas que julguem mais convenientes para o aproveitamento de seus frutos; venderem em qualquer lugar, por quaisquer caminhos e por intermédio de qualquer pessoa, de que se quisessem servir, sem ônus ou formalidade alguma, preferindo quaisquer compradores que melhor lhes pagassem, e, finalmente, a de venderem em qualquer tempo que lhes conviesse, Facilidades para auxiliarem o exercício daquelas liberdades, como estradas, pontes e outras obras. Instruções para que os Lavradores se aproveitem daquelas liberdades e facilidades.

A introdução acima é, como se vê, uma verdadeira profissão de fé a favor do livre jôgo das fôrças econômicas, do **laisser-faire** que então empolgava os espíritos progressistas.

A seguir, Rodrigues de Brito entra a analisar as causas da crise de farinha que afligia as populações baianas, fazendo um resumo das leis baixadas sôbre o plantio da mandioca. A primeira dessas leis foi o Alvará

(3) Dadas à luz por I. A. F. Benevides, Imprensa Nacional, Lisboa, 1821. Com licença da Comissão de Censura. Reeditadas, há alguns anos atrás, graças à iniciativa de Góis Calmon.

de 25 de fevereiro de 1688, e a segunda o de 27 de fevereiro de 1701, mais tarde revigorados pela Provisão de 28 de abril de 1767, datas que têm um grande interêsse para os estudiosos por coincidirem com grandes crises na cultura da mandioca. De acôrdo com as citadas leis, ficavam os lavradores do Recôncavo obrigados a plantar quinhentas covas de mandioca por cada escravo de serviço, e os negociantes de escravos a cultivarem o bastante para os gastos de seus navios. "O objeto dessas leis — escreve Rodrigues de Brito — foi não sòmente favorecer o comércio da escravatura, mas também segurar a subsistência daquelas classes de Cidadãos que despendem maior quantidade de farinhas; prevenindo que não fizesse encarecer com as suas avultadas compras aquêles gêneros de primeira necessidade, e ocasionar por isso alguma fome". Êle não duvida da pureza de intenções dos governantes. Acha, porém, que isso não é o bastante para se conseguir o bem público, a prova estava em que o objetivo daquela legislação não fôra atingido. Ao contrário, aquelas leis prejudicaram a Lavoura da cana e, igualmente, o comércio das farinhas, sem proveito para o comércio da escravatura. "A da cana porque obrigam o Lavrador a ocupar com a mesquinha plantação de mandioca, que se dá em tôda qualidade de terra, os raros e preciosos torrões de massapê, aos quais a natureza deu o privilégio de produzirem muito bom açúcar, e outros gêneros de grande valor; vindo por êste modo a perder uma parte do rendimento de suas terras, que se fôssem ocupadas com as ricas plantações que são próprias, lhe dariam uma renda mais considerável, a qual o poria em estado de prover-se de tôdas as farinhas necessárias, ficando-lhe ainda um sobejo do produto, que poderia empregar em aumento da mesma lavoura. E prejudicam igualmente a cultura das farinhas, porque forçando os Lavradores de açúcar, tabaco, e outros Cidadãos a cultivar de per si mais do que podem gastar em suas casas, já os próprios Lavradores delas não acham tão fácil saída às de suas lavras; e como a saída é que anima a reprodução, diminui esta proporcionalmente com irreparável dano dos lavradores de farinhas, que não podem dar às suas terras outro destino, por não serem capazes de produzir açúcar, algodão, café, etc. E tudo isto, sem proveito dos negociantes da escravatura; porque êstes, pelos princípios da divisão do trabalho desenvolvidos por Smith, não podem fazer melhor uso de sua indústria, e capitais, do que empregando-os inteiramente no exercício da profissão, em que estão exercitados; e a prova é que êles preferem antes comprar farinha pelo preço corrente no mercado, do que distrairem-se com a cultura dela". Aí estão esboçados, de maneira viva, os lineamentos do conflito entre a lavoura da cana e a da farinha, podendo-se ver que um dos fatores que contribuíam para a crise na produção de farinhas era o tráfico negro, existindo principalmente em função da cultura básica do açúcar.

Também o depoimento de M. F. da C., autor da CARTA datada de maio de 1807, Engenho da Ponta, oferece grande interêsse no que concerne à produção de farinhas. "Que as farinhas se não exportem para fora da Capitania, clamam todos, não se queixando nunca das que para ela entram de fora, como se a que se exporta saia de graça, ou não traga em retôrno com que animar e fomentar sua mesma cultura. Eu atribuo em grande parte a abundância que temos tido há quatro ou cinco anos à fome que teve Pernambuco por êsse mesmo tempo, para on-

de se exportou, a despeito dos obstáculos do Govêrno interino, e do seguinte, tôda quanto foi preciso para que não morressem seus habitantes à fome, e à necessidade; e a só lembrança de que os que então nadavam na abundância negavam aos seus vizinhos, aos seus compatriotas, e aos seus mesmos irmãos, uma parte do que lhes sobrava me causa horror, e faz aborrecer todos êsses vexames, e proibições, que por fortuna vem a ter o pertendido, e desejado efeito. Não se diga que eu falo assim porque não pese sôbre mim o sustento de uma numerosa família, ou seja Lavrador de Mandioca: sustento para cima de duzentas e cinqüenta pessoas, segundo os preços atuais da farinha, de trinta e cinco a quarenta mil réis, e não planto um só pé de Mandioca, para não cair no absurdo de renunciar à **melhor cultura do país pela pior que nela há** (4), e para não obstar a uma por outra cultura, e complicar trabalhos de natureza diferente; e sempre que desembolso o necessário para o pão de minha família, quando êle está caro, assento em emprestar o excedente do seu preço ordinário a quem o trabalha; e ainda não me sucedeu deixar de receber com usura semelhantes avanços. Fui testemunha, há ano e meio, estando na povoação de Nazaré, da desgraçada sorte do cultivador de Mandioca; ela lhe não dava para pagar o transporte da farinha; e depois de me convencer da sua miséria e infelicidade, poderia eu desejar a continuação dela ? e dizer o contrário do que tenho dito ?".

A crise das farinhas e as medidas de ordem geral que foram tomadas para incrementar e defender as plantações de mandioca gerariam outro problema não menos grave: a escassez de carnes verdes. Cumprindo ordens da Mesa de Inspeção da Bahia, os Ouvidores Gerais dirigem-se, a respeito do assunto, aos Senadores das Câmaras das vilas. Em Santo Amaro, famoso núcleo de produção açucareira, o Senado da Câmara manda que se observem os Provimentos dados em Audiência Geral sôbre o plantio da mandioca e a criação de gado, determinando que "fôssem notificados todos os Lavradores que ocupam as terras e as posses da plantação de mandioca e que façam plantar por cada escravo duas mil covas, e bem assim que os criadores cerquem os seus pastos e retirem os seus gados do lugar da plantação e que também fôssem notificadas tôdas as pessoas que tiverem em suas moradas bestas de criar para que as retirassem no têrmo breve de oito dias, na distância de dez léguas arredadas da beira-mar, tantas vezes recomendado, sob pena de prisão e multa de seis mil réis" (5). A proibição, como se poderá deduzir, vinha de longe. Apreciando êste aspecto das medidas relacionadas com a defesa das plantações, escreve Rodrigues de Brito que pelos mesmos princípios prejudicam à lavoura as ordens que proibem aos Cidadãos certos ramos da indústria, como a criação de gado nas dez léguas à beira-mar, pois tanto sofre o Lavrador em ser obrigado a cultivar um gênero que lhe rende menos, como em deixar de cultivar outro, que lhe rende mais. "Em geral, tôdas as vêzes que a Administração pública se intromete a prescrever aos Cidadãos o emprêgo, que êles hão de fazer de suas terras, braços e capitais, ela desarranja o equilíbrio, e natural distribuição daqueles agentes de produção de riquezas, cujo uso ninguém melhor pode dirigir do que o próprio dono, que é nisso o mais interessado, e que por essa razão faz dêles o objeto de suas meditações. Basta ver a êste respeito o sábio João Batista Say no seu TRATADO DE ECONOMIA POLITICA Li. 1. Cap. 30 e Sismondi na sua RIQUEZA COMERCIAL Liv. 2. Cap. 3, e Liv. 3. Cap. 1 e 8 (6) e Young, ARITMETICA COMERCIAL Cap. 12, parte 1." Traçando o quadro decorrente da proibição do criatório na faixa litorânea, escreve Rodrigues de Brito què o resultado daquela medida era mais nem menos agravar a falta de carnes no mercado. As melhores terras para a criação estavam, ao seu ver, localizadas na faixa costeira. Obrigados a trazer o seu gado de grandes distâncias, os criadores sofriam sérios prejuízos com o emagrecimento e mesmo a perda de gado nas suas marchas até a cidade do Salvador, pela ausência de pastos e aguadas no caminho. O que, pois, se poderia esperar da medida era ùnicamente a falta de estímulo para o criatório, com terríveis perturbações na vida dos habitantes da capital.

(4) O grifo é nosso.

(5) Termos de vereações do Senado da Câmara de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, in Anais do Arquivo Público da Bahia, 1937.

(6) O editor nos adverte que isto foi escrito em 1807 e que as citações das obras de Say e Sismondi foram as primeiras a aparecer em língua portuguêsa.

# ENGENHOS DENTRE GUANABARA--SEPETIBA

**Affonso Varzea**

A estatística do famoso Relatório de 1779 do Marquês do Lavradio está a conta das Relações Parciais assinadas pelos Mestres de Campo, sendo de notar que na enumeração dos coronéis das terras que ficaram sob jurisdição do Distrito Federal os engenhos destacam-se por nomes próprios, enquanto que aquêles de rincões destinados a formar o Estado do Rio figuram, em geral, pelos nomes dos proprietários.

Assim o mestre de campo Fernando Dias Pais Leme, administrando o Distrito de Irajá, nomeia dêsse jeito as quatro fábricas trabalhando na Freguesia de Inhaúma: 1) Engenho Santo Antônio da Pedra, 2) Engenho do capitão José Pera Amarante, 3) Engenho do Campinho, e 4) Engenho Inhaúma. Só uma das células açucareiras-alcooleiras, justamente a menor, trabalhando com 25 escravos na preparação anual de 20 caixas de branco e mascavado e 5 pipas de aguardente, está pelo nome do senhor.

Na Freguesia de Irajá os engenhos chamam-se: 1) Inhomocu, 2) Nazaré, 3) Campinho, 4) Botafogo, 5) de Luís Manuel de Oliveira, 6) Sacopema, 7) Afonsos, 8) do Dr. Provedor Francisco Cordovil de Siqra, 9) do Portela, 10) de Antônio Corra. Pera., 11) Braz de Pina, 12) do Juiz da Alfândega Antônio Miz Brito. São computadas 13 fábricas, mas a décima terceira ficou por nomear.



**A edificação mais importante da ilha do Governador setecentista, de acôrdo com a iconografia do padre Domingo Capacci, o melhor cartógrafo da Guanabara, naquela centúria, era a que se vê acima, situada naquilo que chamamos, hoje, Cocotá, tendo a leste o engenho de Ignacio Correa e, ao norte, na atual Freguesia, a pequena fábrica açucareira de Pedro Nunes. Ao tempo do Marquês do Lavradio pouco, ou coisa alguma, restava dêsse surto canavieiro da máxima ilha guanabarina, pois as Relações Parciais silenciam a respeito. Ampliação Miguel Hochmann da cópia existente no Instituto Histórico e Geográfico.**

## NO DISTRITO DE GUARATIBA

E' de notar a repetição do nome Campinho, desta vez correspondendo à situação do logradouro a oeste de Cascadura, enquanto Botafogo esplende atualmente numa das maiores concentrações residenciais contíguas à Guanabara, Sacopema evolveu para Sapopemba (atual Deodoro), Afonsos continuam vivos numa das melhores instalações do Ministério da Aeronáutica e Braz de Pina representa denso subúrbio da Leopoldina.

Dos doze detalhados na Freguesia de Irajá, apenas a terça parte vem nos nomes dos proprietários, e dentre êstes foi o funcionário econômicamente mais graduado que mostrou altaneira discreção, pois a autoridade aduaneira "não quiz dar contas dos rendimentos, dizendo que só as daria ao Exmo. Sor. Marquez Vice Rey".

Com a vitalidade canavieira a ocupação do solo adensava-se, pois "não ha terras devolutas, sô sim as q', os Senhores de Engenhos rezervão, por conta das lenhas, sem as qes. nem podem Laborar as Fabricas, e nem serem duraveis".

Fazia-se conservação de mata como reserva para o machado a serviço de fornalhas que crepitavam ano trás ano.

Nas bacias lindeiras do Meriti e do Sarapuí, pois em boa parte ficaram para o Esta-

do do Rio, uma novena de engenhos pertencia à Freguesia de São João de Meriti: 1) Engenho do Pôrto, 2) Nossa Senhora da Ajuda, 3) Covanca, 4) do Barbosa, 5) Pavuna, 6) São Mateus, 7) Bananal, 8) Jerexinó, e 9) do capitão Miguel Cabral.

O engenho do Barbosa pertencia, à data das Relações Parciais, ao capitão-mor Domingos Vianna, laborando 30 escravos na produção anual de 11 caixas de açúcar branco e mascavado e outro tanto em pipas de aguardente, enquanto o do outro militar, que ficaria por isso mesmo conhecido por Engenho do Cabral, era recentíssimo, tendo começado em 1777 com 18 escravos, dando por ano 13 caixas de açúcar branco e mascavado e pipa e meia de aguardente.

Dentre nove meritianos, apenas dois figuram com nome de gente, sendo que no caso do Barbosa não se tratava mais do proprietário.



**Ao contrário do que aconteceu com as planícies marginais da Guanabara, mais argilosas, o plaino mais amplo banhado pela baía de Sepetiba, tambem mais arenoso e mais tabatinguento, nunca foi dominio canavieiro, mas utilizado, desde a penetração jesuítica da primeira metade do século Dezessete, como terreno de pecuária: os currais de Santa Cruz. Todavia a alguns metros apenas da praia do Saco do Piaí, na aba ocidental do Campo do Colégio, funciona êste "quabra-peito" com que brincam as meninas do sitiante residente na cabana, cuja nova cobertura de sapê seca ao fundo. Cópia da fototeca organizada para a Secretaria Geral de Educação e Cultura pelo Professor Affonso Varzea. Figurou, ampliada, no Stand da Prefeitura do Distrito Federal à Exposição do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia.**

## LOCALIZAÇAO NAS CARTAS

Pelos mapas da fase final setecentista, notadamente as "Cartas topographicas da Capitania do Rio de Janeiro mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam General e Vice Rey do Estado do Brazil no anno de 1767", mais a "Carta Corographica da Capitania do Ryo de Janeyro capital dos Estados do Brazil", datada de 1777 por Francisco João Rocio, assim como o Manuel Vieira Leão de 1788 "Reduzido de menor á maior ponto por Antonio Lopes de Barros Partidista da Academia Militar do Rio de Janeiro" — repara-se em que a maioria das fábricas da bacia do Meriti demorava em terras hoje cariocas. Poder-se-ia mesmo dizer a totalidade, não fôra o engenho localizado pelo mapa de 1767 na margem esquerda do Meriti, umas poucas léguas a nordeste da confluência do Pavuna.

Curioso afigura-se que os engenhos meritianos das Relações Parciais estejam prinprincipalmente alinhados na bacia do Sarapuí, sendo que o São Mateus, o Brejo (não citado no Relatório Lavradio) e o Covanca, trabalhavam em território ora fluminense.

No alto curso do Sarapuí, então chamado Retiro, torrão hoje carioca, alinhavam-se as fábricas Jerexinó e do Cabral. Qual delas passou a ser chamada Engenho do Retiro, de tamanha duração que seguiu trabalhando até o primeiro decênio dêste século ?

O engenho e as três "enginhocas" (apelido reservado aos aguardenteiros exclusivos) relacionados na Freguesia do Pilar do Igoasú laboraram em terras atualmente do Estado do Rio, mas os numerosos do "Destricto de

Guaratiba" tiveram sede na seção oriental do Distrito Federal.

Assim os cita por suas sete freguesias o mestre de campo Inácio de Andrade Souto-Maior Rondon, administrador local tido em alto crédito pelo Vice-Rei, por "muito honrado, exacto, verdadeiro", dando "excellente conta de tudo", em "informações dignas de credito", vivendo os "povos de seu distrito contentes":

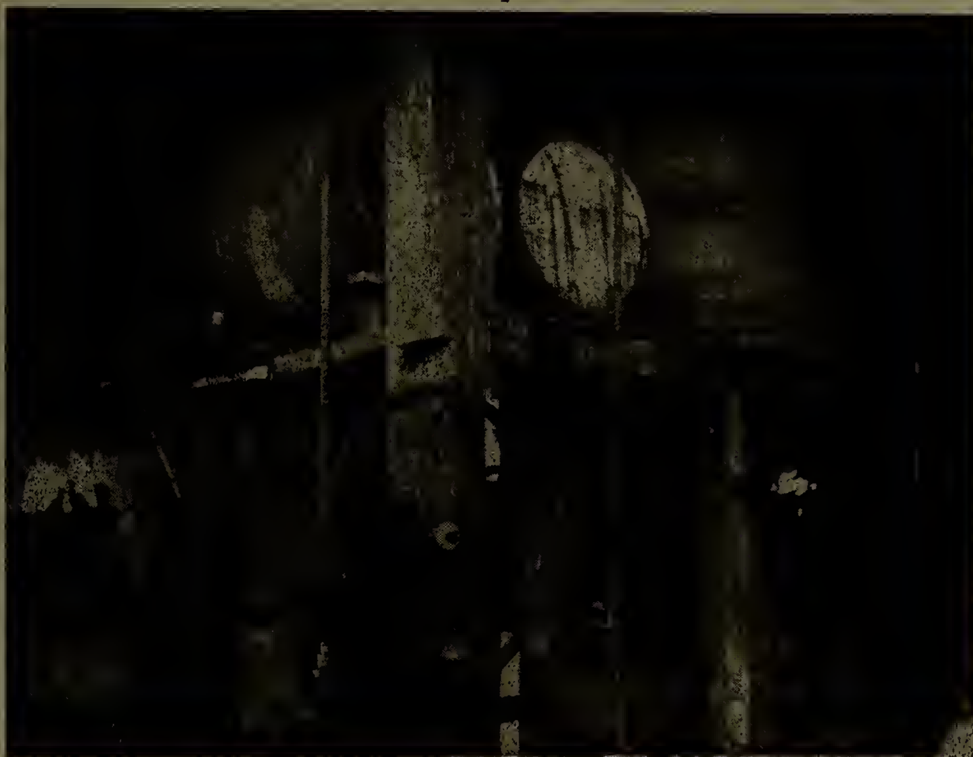
No Freguesia de Guaratiba: 1) o engenho dos reverendos padres do Carmo, 2) o da Ilha, 3) o do Morgado, 4) o chamado Novo de D. Franca. Vitória Lucena de Carvo., 5) o chamado de Fora, e 6) o Magarça. Na barra de Guaratiba o alferes Antônio Cardoso Ribro., com 35 escravos, arrancava de uma engenhoca 6 pipas de cachaça por ano.

Essas fábricas trabalhavam com águas que desciam para a baía de Sepetiba, alinhadas sobretudo no vale do rio do Portinho (ao tempo Pinhão) e da bacia média do Piraquê (Piraquei) para o sul. O Magarça, por exemplo, ficava à altura do médio curso do rio da Prata do Cabuçu, a oeste de cuja foz demorava a fábrica dos carmelitas, no sítio onde agora branqueja a Pedra de Guaratiba. Os engenhos Novo, de Fora e Ilha, ainda vivem como topônimos na alta bacia do Portinho, encostados à base boscosa do cadeião gnaíssico-granítico que o Maciço da Pedra Branca projeta até as pontas de Guaratiba, lugar de muita sensibilidade na tradição setecentista, de vez que por ali, no comêço da centúria, desembarcara Duclerc para o assalto ao Rio de Janeiro. Assim junto à engenhoca do alferes Antônio Cardoso Ribeiro velava a Guarda de Guaratiba, de que o senhor aguardenteiro devia ser oficial.

## GUANDU DO SENA

Mais rica em açucareiros e alcooleiros era a Freguesia de Campo Grande: 1) engenho do Bangu, 2) Viegas, 3) Juari, 4) Cabossu, 5) Inhuayba, 6) Guandu, 7) Mendanha, 8) Capoeiras, 9) Lamarão, e 10) Coqueiros.

O Bangu e o Viegas demoravam junto às cabeceiras do Sarapuí, pegados à falda norte do Maciço da Pedra Branca, enquanto o Lamarão, o Juari, o Cabossu (hoje domina a grafia Cabuçu) e o Inhuaíba, fumegavam na alta bacia do rio da Prata do Cabuçu. Serviam-se de águas que rolavam para a alta bacia do Guandu-Mirim os chamados Guandu, Mendanha, Capoeiras e Coqueiros, sendo que a primeira fábrica sobrevive atualmente como modesto aguardenteiro, o Engenho do Marquinhos distilando a Guanduana. Por pertencer a Franco. da So. Sene, nesse tempo utilizando o trabalho de 35 escravos para produzir, anualmente, 12 caixas de açúcar e 10 pipas de aguardente, a instalação ajudou o nome do dono a colar-se como distintivo do formador da bacia, donde o apelidarmos agora Guandu do Sena.



**As dornas do Engenho do Marquinhos, modesto aguardenteiro atual utilizando as antigas vastas instalações do Engenho do Guandu, de origem setecentista. A foto é uma gentileza da Secretaria Geral de Educação e Cultura, que a mandou fazer especialmente para a "Geografia do Distrito Federal", do Professor Affonso Varzea.**

Também localizados em vale que ficou inteiramente para o Distrito Federal os enge-

nhos da Freguesia de Jacarèpaguá: 1) "de Fôra", 2) da Serra, 3) Camorim, "dos Rdos. Pes. Bentos", 4) da "Varge dos ditos Padres", 5) Rio Grande, 6) "o chamado d'Agoa", 7) Novo da Taquara, e 8) Velho da Taquara.

Do engenho dos Carmelitas, na Pedra de Guaratiba, é dada a produção anual arrancada do lombo de 70 escravos — 18 caixas de açúcar e 16 pipas de aguardente — enquanto das fábricas dos Beneditinos, localizadas ao norte do extremo oeste da lagoa de Jacarèpaguá, na intimidade das águas do Pavuna que cartógrafos chamaram Mirim, para distinguir do tributário do Meriti, não é citado um só algarismo.

Os engenhos de Fora, da Serra e Dágua, ficavam junto à falda ocidental do Maciço da Tijuca, na intimidade de águas rolando para os Três Rios e para o rio do Anil, enquanto o Rio Grande, e aquêles da Taquara, ficavam no vale mesmo do rio Grande, coletor da pluviosidade nas ladeiras orientais do Maciço da Pedra Branca.

Os sete engenhos da Freguesia de Jacutinga funcionavam todos em terras destinadas à jurisdição fluminense, alinhadas ao norte das atuais fronteiras do Distrito Federal, nos vales do Guandu Açu e do Iguaçu. Na freguesia dêste último nome, também fora de jurisdição carioca, trabalhavam dois pequenos aparelhos alcooleiros. As três fábricas da Freguesia de Marapicu, ainda na bacia do Guandu Açu, tôdas localizadas no sopé setentrional do Maciço de Gericinó, fumegavam igualmente em território adjudicado ao Estado do Rio.

## MEIO CENTO DE FABRICAS

Verifica-se, conseqüentemente, que contra 18 engenhos funcionando na aba oriental do atual Distrito Federal, utilizando águas rolando para a Guanabara, a estatística das Relações Parciais alista 30 no centro e no oeste da terra carioca, situados na vertente guanabarina, altos cursos do Meriti e do Sarapuí, ou ao longo de tributários da baía de Sepetiba ou das lagoas de Jacarèpaguá.

As fábricas rodeando pelo norte a fronteira carioca, por leste e pelo setentrião do Maciço de Gerecinó, não eram muito numerosas atestando apenas relativa atividade canavieira entre o alto Sarapuí, o Guandu-Açu e o paredão da Serra do Mar. O número de engenhos parecia manter-se através natural flutuação, havendo compensação entre as novas instalações e aquelas em perecimento. Entre estas o mestre de campo Inácio de Andrade Souto-Maior Rendon salienta o Cabral, de Manuel Nunez, — "já não aparessem signaes da fabrica" nas terras que vinham em demanda desde 1759 — e o Calundu cujo senhor, o capitão Francisco Garcia, desde 1749 vinha de preferência utilizando um rebanho de 35 prêtos no plantio de mandioca.

## UMA LUTA SECULAR

A relação do coronel conclui: "Neste Destricto não ha terras devolutas; as terras, q' se achão por cultivar são os Sertões dos Engenhos, e Fazendas, os qes. são necessarios indespensavelmente aos mesmos Engos. pa. em cada anno tirarem delles o grde. no. de Carros de Lenha, q' conforme a moagem: tirarem páos pa. moendas, madeiras de carros, taboas pa. Caixões, madeiras pa. reedificações dos Engos. e haverem terras novas pa. replantarem as canas. Ha tambem por cultivar seis Legoas de terra, q' forão dos Jezuitas, citas no Sertão da Fazda. de Sta. Cruz, as qes. estão no mesmo comfisco".

Tamanha era miúda comunhão da administração de Guaratiba com o mar, que Rendon enumera 23 portos de lancha, barcas, barcos e canoas, explicando: "Nestes Portos não há dos moradores outras embarcações que canoas; exceto na barra de Itaguay, em q' ha a Lancha da Caza de Marapicú q' carrega 40 caixas de açucar".

A seguir focaliza o caso do principal formador do delta: "Em Marapicú ha hum Ro. navegavel chamado do Guandú: nelle navegão canoas grd.es, q' carregão 3 caixas de asucar; e sobem da Ilha Grde., e mais Costa, muitas canoas carregadas de peixe, a commerciarem. E este Ro. foi aberto plo. Capm. mor Manoel Pera. Ramos de Lemos e Faria, o qual á custa de mto. trabalho, e despeza, fez hua valla de mais de Legoa por honde encaminhou o Ro. para se poder navegar, e fes hum porto na fazenda do Paul do Guandú".

Como aludiu, no local, o engenheiro Hildebrando de Goes, expondo precisamente sua luta contra o paúl aos membros do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia, as obras de canalização e endicamento, na extrema planície ocidental do Distrito Federal, vêm de muito longe.

# O AÇÚCAR BRASILEIRO HÁ UM SÉCULO

O "Jornal do Comercio", desta capital, edição de 25 de janeiro último, transcreve na seção respectiva a seguinte correspôndência publicada no velho órgão há precisamente um século :

N.º 24, Anno XX, de sabbado, 25 de janeiro.

Approximação commercial do Brasil com a Allemanha.

"O Brasil e o Zollverein. Missão do Sr. Visconde de Abrantes. De uma correspondencia de Paris, de 4 de dezembro de 1844 :

"O Visconde de Abrantes, enviado extraordinario do governo brasileiro, cuja chegada a Londres annunciamos ha dias, acaba de partir daquella cidade para Berlim. O Sr. Abrantes está encarregado de negociar um tratado com o Zollverein. Parece-nos util chamar a attenção sobre as circumstancias que motivarão a abertura das negociações e sobre os obstaculos que devem encontrar.

O Brasil está destinado a representar na America do Sul o papel que os Estados Unidos representão na America do Norte. Este paiz quinze vezes maior que a França, quasi egual à extensão de toda a Europa, favorecido por um clima que lhe permitte produzir ao mesmo tempo o assucar, o café, o algodão e o arroz, tendo no Oceano Atlantico um descobrimento de 1.000 leguas de costa, offerece de mais a mais o facto particular de haver-se tornado independente sem ter tido a sustentar uma guerra, e de gozar, no meio das dissenções civis que dilacerão os outros Estados da America Meridional, de uma paz profunda, com a uuica excepção da lucta do Rio Grande, na extremidade austral desse vasto império.

Por muitos annos ainda será o Brasil puramente agricola e pagará com os productos do seu sólo os artigos fabricados que receber do exterior. A sua producção de assucar e café tem augmentado em proporções consideraveis e a imaginação se espanta quando considera a quantidade de productos que poderia exportar o Brasil se todos os terrenos susceptiveis de serem cultivados estivessem aproveitados. Mas hoje não basta produzir; cumpre dar sahida aos productos, cumpre achar paizes livres de toda a obrigação contraria, que os admittam ao seu consumo. As duas nações da Europa que maior commercio fazem com o Brasil são: a Inglaterra, em primeiro lugar, e a França em segundo. Estas duas nações exportão para o Brasil os seus generos naturais e sobretudo as suas manufacturas. Mas a venda não é senão a metade de uma troca, daquela compra é o complemento. O Brasil, e sobretudo a Provincia do Rio de Janeiro, não podem pagar o que recebem do estrangeiro, senão com assucar e café. Ora, a Inglaterra e a França puzerão-se na impossibilidade de tomarem para si estes retornos porque os recebem de outras partes; contrahirão obrigações para o seu consumo. A França tem suas colonias; a nossa producção colonial é na verdade insuficiente e houve epoca em que podiamos esperar abrir novas fontes de permutação, tirando o excedente do nosso consumo do Brasil, ás de outros paizes productores; mas o assucar indigena tomou o lugar que as nossas colonias deixavão vago, e tudo induz hoje a crêr que este assucar poderá sustentar a nivelação dos direitos.

Quanto á Inglaterra, tem ela não só a proteger as suas colonias, senão que acaba de romper abertamente com o Brasil, repellindo os assucares produzidos nos paizes onde ha escravidão. Assim, cumpre reconhecel-o, acha-se o Brasil em uma posição commercial bem desfavoravel, porque recebe os productos da Europa, de nações que ou não querem ou não podem receber os seus.

Foi isso o que induziu o governo do Brasil a dirigir ao Zollverein para entabolar negociações sobre um tratado de commercio que lhe permitta fazer chegar seus productos aos mercados da Allemanha. A primeira vista as relações entre os dois paizes parecem faceis e naturais. O Zollverein não tem colonias que lhe forneção por privilegio os generos tropicais de que precisa, e a fabricação do assucar indigena não tem tido um desenvolvimento tal que seria isso um obstaculo aos arranjos que se possão fazer com os productos estrangeiros. Parece, pois, que o Zollverein poderá conceder vantagens aos assucares e aos cafés brasileiros, assim como o Brasil pode favorecer a importação dos productos da Allemanha.

Digamos para bem entender-se a noticia supra, que "Zollverein" era a união alfandegaria dos Estados de que se compunha a Allemanha".

# PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES DE AÇÚCAR

**1942/43 — 1944/45**

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

**Unidade: saco de 60 quilos**

| PERIODO | Estoque inicial | Produção | Importação | Exportação | Transformado em álcool | Consumo | Estoque final |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TODOS OS TIPOS (USINAS E ENGENHOS)** | | | | | | | |
| Dezembro de 1944 | 4.815.959 | 2.372.685 | — | 25.000 | — | 1.319.970 | 5.843.674 |
| Dezembro de 1943 | 4.536.052 | 2.234.694 | — | 210.972 | — | 1.748.353 | 4.811.421 |
| Dezembro de 1942 | 4.395.647 | 2.286.169 | — | 70.704 | — | 1.627.849 | 4.983.263 |
| JUNHO/DEZEMBRO | | | | | | | |
| 1944/45 | 3.682.451 | 14.591.990 | — | 123.588 | — | 12.307.179 | 5.843.674 |
| 1943/44 | 3.651.464 | 15.340.430 | — | 215.710 | 38.554 | 13.926.209 | 4.811.421 |
| 1942/43 | 2.538.324 | 15.734.375 | — | 163.141 | 37.669 | 13.088.626 | 4.983.263 |
| **TIPOS DE USINA** | | | | | | | |
| Dezembro de 1944 | 4.653.316 | 1.692.485 | — | 25.000 | — | 775.643 | 5.545.158 |
| Dezembro de 1943 | 4.350.563 | 1.340.194 | — | 210.972 | — | 861.294 | 4.618.491 |
| Dezembro de 1942 | 4.319.012 | 1.653.030 | — | 70.704 | — | 1.079.641 | 4.821.697 |
| JUNHO/DEZEMBRO | | | | | | | |
| 1944/45 | 3.391.814 | 10.626.090 | — | 123.588 | — | 8.349.158 | 5.545.158 |
| 1943/44 | 3.408.514 | 10.384.930 | — | 215.710 | 38.554 | 8.920.689 | 4.618.491 |
| 1942/43 | 2.381.046 | 10.875.236 | — | 163.141 | 37.669 | 8.233.775 | 4.821.697 |

# PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

**SAFRA DE 1944/45**

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1944

| UNIDADES FEDERADAS | PRODUÇÃO DE AÇUCAR (sacos 60 kg) | | | | ÁLCOOL de todos os tipos (Litros) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Limite | Estimada | De Usinas | De Usinas e Engenhos | |
| Acre | 6.589 | 10.000 | — | 7.000 | — |
| Amazonas | 4.740 | 5.000 | — | 3.300 | — |
| Pará | 26.459 | 75.000 | 944 | 60.944 | 3.652 |
| Maranhão | 34.095 | 110.000 | 3.898 | 64.898 | — |
| Piauí | 3.901 | 67.000 | — | 40.000 | — |
| Ceará | 28.085 | 517.000 | 9.530 | 311.530 | 73.200 |
| R. G. do Norte | 132.393 | 160.000 | 45.101 | 105.101 | 8.950 |
| Paraíba | 336.776 | 750.000 | 352.106 | 531.106 | 787.100 |
| Pernambuco | 6.660.120 | 5.850.000 | 2.265.188 | 2.474.188 | 9.384.961 |
| Alagoas | 2.388.998 | 1.880.000 | 726.548 | 855.548 | 3.217.426 |
| Sergipe | 1.009.482 | 985.000 | 157.906 | 169.606 | 521.197 |
| Bahia | 998.365 | 1.370.000 | 421.269 | 583.269 | 543.792 |
| Minas Gerais | 1.001.484 | 2.328.000 | 464.751 | 2.074.751 | 4.282.604 |
| Espírito Santo | 76.669 | 175.000 | 50.598 | 146.598 | 231.960 |
| Rio de Janeiro | 2.740.505 | 2.540.000 | 3.005.564 | 3.129.564 | 17.791.033 |
| Distrito Federal | — | — | — | — | — |
| São Paulo | 2.883.382 | 3.610.000 | 3.061.134 | 3.456.134 | 41.117.640 |
| Paraná | 13.002 | 30.000 | 19.070 | 36.670 | 258.262 |
| Santa Catarina | 422.572 | 410.000 | 21.082 | 331.082 | 201.643 |
| R. G. do Sul | 14.010 | 80.000 | — | 69.000 | — |
| Goiás | 132.418 | 130.000 | — | 114.000 | — |
| Mato Grosso | 40.163 | 37.000 | 21.401 | 27.701 | 95.246 |
| BRASIL | 18.954.208 | 21.119.000 | 10.626.090 | 14.591.990 | 78.518.666 |

# ESTOQUE DE AÇÚCAR

**DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1944**
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO
**Unidade : saco de 60 quilos**

| UNIDADES FEDERADAS | Granfina | Cristal | Demerara | Somenos | Mascavo | Bruto | TOTAL | RESUMO POR LOCALIDADE — PRAÇA — Capitais | PRAÇA — Interior | Nas Usinas | Nas Dist. do I.A.A. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rio G. do Norte | — | 10.701 | — | — | — | 2.565 | 13.266 | 5.066 | — | 8.200 | — |
| Paraíba | — | 67.294 | — | — | — | 4.857 | 72.151 | 15.776 | 15.503 | 40.872 | — |
| Pernambuco | 29.640 | 1.857.492 | 5.027 | 2.488 | 390 | 222.510 | 2.117.547 | 1.738.403 | 178.823 | 200.321 | — |
| Alagoas | 23.821 | 349.988 | 135.012 | — | — | 56.482 | 565.303 | 527.352 | 4.382 | 33.569 | — |
| Sergipe | — | 284.996 | 4.163 | — | 9.350 | — | 298.509 | 175.326 | 83.227 | 39.956 | — |
| Bahia | — | 141.887 | — | — | 500 | — | 142.387 | 119.853 | — | 22.534 | — |
| Minas Gerais | — | 178.694 | 3.872 | — | 3.022 | 856 | 186.444 | 66.820 | — | 119.624 | — |
| Rio de Janeiro | — | 1.090.811 | 120.506 | — | — | — | 1.211.317 | 3.919 | — | 1.207.398 | — |
| D. Federal | — | 105.885 | 45.032 | — | — | 11.246 | 162.163 | 162.163 | — | — | — |
| São Paulo | — | 900.741 | 106.489 | 34.571 | — | — | 1.041.801 | 93.330 | 73.448 | 875.023 | — |
| Demais Unidades federadas | — | 32.786 | — | — | — | — | 32.786 | — | — | 32.786 | — |
| BRASIL | 53.461 | 5.021.275 | 420.101 | 37.059 | 13.262 | 298.516 | 5.843.674 | 2.908.008 | 355.383 | 2.580.283 | — |

# ESTOQUE DE AÇÚCAR

**1942 - 1944**
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO
**Unidade : saco de 60 quilos**

| UNIDADES FEDERADAS | TODOS OS TIPOS — 1942 | TODOS OS TIPOS — 1943 | TODOS OS TIPOS — 1944 | TIPOS DE USINA — 1942 | TIPOS DE USINA — 1943 | TIPOS DE USINA — 1944 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Rio Grande do Norte | 6.425 | 15.594 | 13.266 | 6.425 | 12.646 | 10.701 |
| Paraíba | 85.948 | 210.073 | 72.151 | 85.473 | 203.553 | 67.294 |
| Pernambuco | 2.064.739 | 1.925.074 | 2.117.547 | 1.956.791 | 1.812.055 | 1.895.037 |
| Alagoas | 540.792 | 619.433 | 565.303 | 493.788 | 554.871 | 508.821 |
| Sergipe | 239.936 | 390.534 | 298.509 | 239.936 | 390.534 | 298.509 |
| Bahia | 144.131 | 79.251 | 142.387 | 144.131 | 79.251 | 142.387 |
| Minas Gerais | 152.127 | 85.004 | 186.444 | 152.127 | 85.004 | 185.588 |
| Rio de Janeiro | 725.104 | 622.196 | 1.211.317 | 725.104 | 622.196 | 1.211.317 |
| D. Federal | 33.010 | 40.881 | 162.163 | 30.871 | 35.000 | 150.917 |
| São Paulo | 955.448 | 806.655 | 1.041.801 | 951.448 | 806.655 | 1.041.801 |
| Demais Unidades federadas | 35.603 | 16.726 | 32.786 | 35.603 | 16.726 | 32.786 |
| BRASIL | 4.983.263 | 4.811.421 | 5.843.674 | 4.821.697 | 4.618.491 | 5.545.158 |

# COTAÇÃO DE AÇÚCAR

**(POR SACO DE 60 QUILOS)**
**1942 - 1944**
NOVEMBRO
Valor em Cruzeiros

## 1. TIPOS DE USINA

| PRAÇAS | CRISTAL | | | | | | | | | DEMERARA | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MAXIMA | | | MINIMA | | | MEDIA | | | MAXIMA | | | MINIMA | | | MEDIA | | |
| | 1942 | 1943 | 1944 | 1942 | 1943 | 1944 | 1942 | 1943 | 1944 | 1942 | 1943 | 1944 | 1942 | 1943 | 1944 | 1942 | 1943 | 1944 |
| João Pessoa | 73,0 | 82,0 | 101,0 | 73,0 | 82,0 | 101,0 | 73,0 | 82,0 | 101,0 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Recife | 68,0 | 82,0 | 95,0 | 68,0 | 82,0 | 95,0 | 68,0 | 82,0 | 95,0 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Maceió | 64,0 | 79,0 | 92,0 | 64,0 | 79,0 | 92,0 | 64,0 | 79,0 | 92,0 | 53,0 | 69,0 | 88,0 | 53,0 | 69,0 | 88,0 | 53,0 | 69,0 | 88,0 |
| Aracaju | 67,0 | 76,0 | 94,7 | 60,0 | 75,0 | 94,7 | 64,8 | 75,5 | 94,7 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Salvador | 68,6 | 75,0 | 100,5 | 68,6 | 75,0 | 100,5 | 68,6 | 75,0 | 100,5 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Belo Horizonte | 96,6 | 110,0 | 129,0 | 91,0 | 110,0 | 129,0 | 95,4 | 110,0 | 129,0 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Campos | 84,0 | 89,0 | 100,0 | 80,0 | 88,0 | 100,0 | 81,9 | 88,5 | 100,0 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| D. Federal | 70,0 | 70,0 | 115,0 | 67,0 | 67,0 | 115,0 | 68,5 | 68,5 | 115,0 | 60,0 | 60,0 | 111,0 | 58,0 | 58,0 | 111,0 | 59,0 | 59,0 | 111,0 |
| São Paulo | 91,0 | N/ | 120,0 | 90,0 | N/ | 120,0 | 90,5 | N/ | 120,0 | — | — | 116,0 | — | — | 116,0 | — | — | 116,0 |

## 2. TIPO DE ENGENHO

| PRAÇAS | BRUTO | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MAXIMA | | | MINIMA | | | MEDIA | | |
| | 1942 | 1943 | 1944 | 1942 | 1943 | 1944 | 1942 | 1943 | 1944 |
| João Pesso. | 56,0 | 69,0 | 84,0 | 56,0 | 69,0 | 84,0 | 56,0 | 69,0 | 84,0 |
| Recife | 60,0 | 79,0 | 85,0 | 48,0 | 77,0 | 85,0 | 54,0 | 78,0 | 85,0 |
| Maceió | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Aracaju | 39,5 | 39,5 | 78,6 | 39,5 | 39,5 | 78,6 | 39,5 | 39,5 | 78,6 |
| Salvador | 50,0 | 50,0 | 92,3 | 50,0 | 50,0 | 92,3 | 50,0 | 50,0 | 92,3 |
| B. Horizonte | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Campos | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| D. Federal | 54,0 | 54,0 | 108,2 | 52,0 | 52,0 | 108,2 | 53,0 | 53,0 | 108,2 |
| São Paulo | N/ | N/ | 110,2 | N/ | N/ | 110,2 | N/ | N/ | 110,2 |

**ANTONIO GUIA DE CERQUEIRA**
Chefe da Seção de Estatística

# BIBLIOGRAFIA

**Mantendo o Instituto do Açúcar e do Álcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sôbre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta seção**

**MEMORIAS DO INSTITUTO OSVALDO CRUZ —**

Centro de pesquisas de renome firmado nos mais destacados círculos científicos mundiais, o Instituto Osvaldo Cruz costuma anualmente editar suas "memórias", síntese dos resultados das investigações realizadas durante um ano, nos seus laboratórios.

O exemplar que recebemos agora das Memórias (tomo 41, fascículo 1, Imprensa Nacional, 1944) representa mais uma contribuição do I.O.C. ao desenvolvimento da medicina experimental. Contribuição, no bom sentido, pelo que contém de novo e construtivo para a solução de um problema. Os nomes, muitas vêzes desconhecidos para nós, representam valores indiscutíveis para os círculos especializados.

**BOLETIM DO MUSEU NACIONAL —**

Recebemos vários exemplares do Boletim do Museu Nacional (Ministério de Educação e Saúde), os quais constam de separatas de trabalhos de especialistas sôbre temas de zoologia, antropologia e geologia, dizendo respeito essencialmente ao nosso país.

**BOLETIM INFORMATIVO DO ESCRITORIO COMERCIAL DO BRASIL NA COLOMBIA —**

Enviados pelo Sr. Teodoro Cabral, nosso ex-companheiro e atual chefe do Escritório Comercial do Brasil em Bogotá, recebemos alguns números do Boletim daquela repartição.

O Boletim é noticioso, bem redigido e contém matéria de divulgação de acentuado interêsse para o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre as duas Repúblicas dêste hemisfério.

**ORIENTACIONES A LOS CAÑEROS MEXICANOS —**

A União de Produtores de Cana de Açúcar do México, associação que congrega a maior parte dos pequenos industriais e lavradores de cana do país azteca, publicou, em forma de folheto, uma série de conselhos de ordem prática aos que cultivam a gramínea ali.

Há uma orientação didática na publicação, que utiliza linguagem clara e accessível para explicar métodos de cultivo, seleção de variedades, profilaxia das moléstias mais encontradiças e pequenos detalhes técnicos de colheita e fabricação, traduzindo sadia orientação do órgão de classe dos trabalhadores canavieiros do México o qual além de se ter constituído lídimo defensor dos direitos de seus congregados, ainda procura desenvolver-lhes o gôsto e o entusiasmo pelo avanço técnico de suas lavouras.

**REVISTA DEL BANCO DE LA NACION ARGENTINA —**

Recebemos o n.º 2, correspondente a 1944, da Revista del Banco de La Nacion Argentina, a maior e mais poderosa organização de crédito da República vizinha. A publicação reflete bem, através de seus relatórios parciais e dos gráficos e quadros estatísticos, a pujança das finanças e economia argentinas.

Apesar do aumento de depósitos, fruto da impossibilidade de comprar no exterior, o Banco realizou um movimento, no mercado interno, digno de nota, cumprindo salientar sua política de fomento agrícola, registrando a carteira respectiva um vulto de operações superior a 335 milhões de pesos ou mais de um bilhão e meio de cruzeiros, na nossa moeda. O açúcar recebeu impulso especial para seu cultivo, com uma série de medidas visando facilitar empréstimos às lavouras assoladas pelo "carvão" (Decreto federal n.º 9.255, de 12-4-43) como também para desenvolvimento de meios e métodos de cultivo.

**COMPOSIÇAO DA CANA E DO CALDO DE CANA EM RELAÇAO AO COMPLEXO VITAMÍNICO B — Prof. Jaime Rocha de Almeida.**

A questão do valor alimentar do açúcar, quer na sua forma primitiva, a sacarose contida no colmo da gramínea, quer no produto alvíssimo, em tabletes ou em pó, altamente industrializado, é assunto em tela ùltimamente, não só pela penetração no povo das noções recentes de nutrologia, como também pela campanha contra o açúcar, há pouco desencadeada nos Estados-Unidos.

Fugindo às afirmações de ordem geral, geradoras das abusões e tabus alimentares, o Prof. Jaime Rocha de Almeida, nosso colaborador e lente da Escola Superior de Agricultura "Luis de Queirós", de São Paulo, realiza, neste seu trabalho, um estudo das pesquisas atuais sôbre a cana e o caldo, como elementos de nutrição, contribuindo com suas pesquisas pessoais, o que valoriza a tarefa, conhecida a falta de dados brasileiros sôbre o assunto.

Trata-se duma monografia de muito interêsse para industriais do açúcar, mas seu valor, para o nutrólogo, parece-nos, deve ser muito mais elevado.

### LEY DE TIERRAS — Pôrto Rico.

Recebemos um exemplar da recente lei de terras, promulgada em Pôrto Rico. Trata-se de um documento de interêsse muito atual, sobretudo para nosso país, pois seu conteudo nìtidamente social e econômico só orgulho e respeito refletirá sôbre os portorriquenhos. E' mais um passo da política evolucionista de Tugwell, uma figura, não tenhamos dúvida, a ser estudada e devidamente realçada quando fôr escrita um dia a história da emancipação daquele povo.

### DIVERSOS

BRASIL: — Anais da Associação Química do Brasil, n 3; Algumas considerações sôbre o automobilismo de após-guerra, pelo Eng. Lauro de Barros Siciliano; Bragantia, vol. 3, n. 12 e vol. 4, ns. 1 a 8; Boletim Geográfico, n. 9; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, ns. 440 e 441; Boletim da Associação Comercial do Amazonas, n. 39; Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior, n. 11; Boletim Semanal da Associação Comercial do Rio de Janeiro, ns. 440 e 441; Boletim da Associação Comercial do Amazonas, n. 39; Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior, n. 11; Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo, ns. 85 e 86; Boletim do Museu Nacional, geologia, ns. 2 e 3, antropologia, ns. 4 e 5 e zoologia, ns. 23 a 30; Boletim do M.T.I.C., n. 122; Boletim Geográfico, n. 10; O Destino de Dois Povos e Em Defesa do Comércio, por João Daudt de Oliveira; Digesto Econômico, n. 2; Economia, n. 67; Formação, n. 77; Fomento, n. 7; Imposto de Consumo, n. 68; Imprensa Médica, n. 370; Mundo Automobilístico, n. 12; O Mundo Motorizado, n. 189; Nação Armada, n. 61; Noticiário Lowndes, n. 5; O Observador Econômico e Financeiro, n. 107; Revista Brasileira de Química, n. 107; Revista Comercial de Minas Gerais, n. 75; Revista Bancária Brasileira, n. 144; Revista da Associação Comercial do Maranhão, n. 232; Revista dos Estados, n. 333; Revista do D.A.C., n. 11; Revista do D.N.C., n. 137; Revista do Serviço Público, n. 1; A Rodovia, n. 59; Relatório do Conselho de Administração da Cooperativa dos Usineiros de Sergipe, setembro de 1943 a agôsto de 1944; Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, vol. 12; Saps, n. 2; Vitória, ns. 578 a 581; o Campo, n. de novembro de 1944.

ESTRANGEIRO: — The Australian Sugar Journal, n. 6; Boletin de la Secretaria de Industria y Comercio, Buenos Aires, n. 1; Boletin Bibliográfico, n. de abril-junho de 1944; Boletin Mensual del Departamento de Agricultura y Comercio, Porto Rico, ns. 6 e 7; Boletim Mensual del Escritório Comercial do Brasil, Buenos Aires, n. 11; Boletim Linotípico, n. 61; Cuba Económica y Financiera, n. 223; Camara de Comercio Argentino-Brasileña, n. 350; Gaceta Algodonera, ns. 249 e 250; La Indústria Azucarera, n. 613; Lamborn Sugar-Market Report, ns. 45 a 48; Monsanto Magazine, n. 6; El Mundo Azucarero, n. 4; Noticioso, n. 216; Planificación Económica, n. 21; Producción, n. 10; Revista de Estadistica Municipal de la Ciudad de Buenos Aires, n. 660; Revista de Agricultura y Ganaderia, n. 3; Revista Industrial, ns. 11 e 12; Revista de Estadistica, n. 10; El Rotariano Argentino, n. 213; Revista del Comércio Exterior, n. 8; Sugar, n. 12; Sidras de Consumo en el Uruguay, por Gualberto Bergeret e Humberto Tomeo Ibarra; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 44 a 48.

---

### O FABRICO DE AÇUCAR INTEGRAL

**Num trabalho apresentado à 17.ª Conferência Anual de Técnicos Açucareiros de Cuba, o Sr. M. A. Mascaró sustenta a tese de que a indústria açucareira deve fazer alguma coisa para destruir as duas objeções que têm sido levantadas contra o açúcar granulado pelos dietetas e os propagandistas da dextrose. A primeira é que o açúcar puro ou refinado não é um alimento protetor, em vista da ausência de vitaminas, proteínas, sais minerais e gorduras; a outra é que a sacarose não é diretamente assimilável pelo organismo humano e precisa ser desdobrada em dextrose e levulose mediante um processo digestivo e que a absorção de grandes quantidades de sacarose determina a formação de grande volume de ácido hidroclorídrico no estômago. Aos inconvenientes apontados, pode-se responder, em grande parte, pela evaporação do caldo da cana, de maneira a preservar todos os seus elementos constituintes do valor, como sejam as vitaminas A, B, C e K. Antes da evaporação, a sacarose deve ser invertida para que possa produzir uma apreciável proporção de dextrose e levulose. Não se trata de abandonar o fabrico de açúcar granulado, mas de produzir açúcar integral como uma atividade complementar nas usinas.**

**O técnico acima referido apresentou um esbôço do processo a seguir, diz "Sugar", número de novembro, de onde colhemos estas notas. O caldo obtido pelos métodos comuns de moagem e destinado à produção do açúcar integral é bombeado para um tanque, onde é esterilizado com formaldeide, que desaparece nas operações subseqüentes O caldo é então levado a pH de 5, a 6,0 o mais favorável à preservação das vitaminas. Segue-se o aquecimento num aparêlho de vácuo, no qual se mantem uma circulação forçada por meio de uma bomba. O caldo aquecido é levado a um clarificador para remover as substâncias coaguladas e concentrado sob vácuo a 53-55.º Brix. Parte da sacarose é invertida por meio do fermento invertase e o total é desidratado em um vácuo, usando-se um atomizador conveniente de alta pressão. Essa operação deve ser feita em uma atmosfera de nitrogênio, em ordem a reduzir ao mínimo a destruição das vitaminas pelo oxigênio do ar. O produto final é um pó amorfo, que pode conter alguns cristais e deve ser embalado em sacos de papel, impermeável ao ar. O produto encontra variados empregos.**

# COMENTÁRIOS DA IMPRENSA

## OS FORNECEDORES DE CANA E O I.A.A.

Movimentam-se novamente os fornecedores de cana de Alagôas, dessa vez para tratarem de assunto de magna importância para tôda a classe: o preço por que deverá ser feito o pagamento da cana da presente safra.

Dizem êles que "o encarecimento do custo da produção, com a alta dos materiais agrícolas e a elevação dos salários, não permite que o fornecedor de cana se possa manter com os preços da tabela atualmente em vigor".

A tabela não mais corresponde às necessidades econômico-financeiras da laboriosa classe, enfrentando presentemente como poucas no país, os efeitos do atual momento.

Uma nova tabela de preços já foi sugerida ao Instituto do Açúcar e do Álcool, que decerto a estuda com o carinho que merece a questão.

Entretanto, consoante a resenha da última reunião dos fornecedores de cana aqui publicada na edição de domingo, alguns dos pleiteantes — poucos, é certo — mostram-se impacientes com o que julgam a morosidade do I.A.A. sôbre o assunto.

Essa atitude, como é fácil de compreender, se bem que justificável, não deve generalizar-se no seio da classe, pois é notório o interêsse daquele órgão pela sorte dos fornecedores de cana, do que tem dado sobejas provas.

O que é preciso, antes, é coesão, coesão unânime e para todos os efeitos, sem o que os melhores esforços serão baldados.

Se justo é o que pleiteam — e acreditamos que o seja — não se arreceiem os fornecedores de cana de Alagôas, de vez que muito mais lhes tem dado o I.A.A. mesmo com o risco de desgostar poderosos senhores.

("Jornal de Alagoas", Maceió — 19/12/944).

---

## "OBSTINADAS RESISTÊNCIAS"

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, no seu artigo de domingo último, no "Jornal do Brasil" censurou as "obstinadas resistências" (sic) que se vêm opondo às solicitações do Coronel Anápio Gomes, Coordenador da Mobilização Econômica, no sentido "de se procurar saber o custo das nossas diversas produções, — para sôbre êles, podermos estabelecer uma base de preços, — quer para o comércio interno, quer para o comércio de exportação".

Eis mais uma razão, pela qual, consideramos, de alta sabedoria, a criação da Comissão de Planejamento Econômico, nas bases em que foi constituída.

Ela pode transformar-se no mais eficiente órgão de vigilância, de que o povo precisa, máxime neste momento.

Aquela expressão "obstinadas resistências" acompanhada de outras observações, contém fatos que não podem aguardar exames futuros.

Estamos num momento em que o fator preço é, a cada instante invocado quer nos nossos mercados internos, (consumo nacional) quer nos nossos mercados externos (nossas exportações) para as quais os nossos produtores advogam junto ao Govêrno, cotações mais altas de vendas.

Como alcançar-se qualquer dado fundamental para o exame dessas questões, sem se saber o custo das produções?

E' tão impressionante que se precise formular tais interrogações que, aquela expressão "obstinada resistência" contra investigações do custo da produção, quando, na própria expressão do Chefe da Nação, em seu memorável discurso na Associação Comercial de São Paulo, há setores das nossas indústrias em que os lucros são verdadeiramente "espantosos", chega a ser um brado de alerta para aquêles a quem estão confiadas a vigilância e a guarda dos interêsses gerais da Nação.

O assunto, em debate, precisa ser acompanhado, de perto, pela Comissão de Planejamento Econômico, para que "o custo da produção" que se exige como base para justificar preços, venha naturalmente, pela espontaneidade dos fenômenos econômicos e não por um malabarismo de escritas — ao qual, também faz menção, no seu aludido artigo, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho. Sem encamparmos essas suposições e temores, entendemos, porém, que os órgãos autorizados da Indústria precisam esclarecer melhor os pontos de vista que defendem, ou mudar de orientação, em tempo de não ficar, inteiramente, com a razão, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, quanto à realidade das escritas, a exatidão dos custos de produção e às "obstinadas resistências".

Não rematemos esta nota sem a lembrança de que o Brasil, como tôdas as nações em guerra, está tributando lucros extraordinários.

O custo da produção será uma incógnita indevassável, ou um território "Chavantes", no qual não possa o economista brasileiro aterrissar? Sem êle, os próprios lucros extraordinários podem ser calculados, com verdade e justiça?

("Gazeta de Noticias" — Rio, 17/1/945.

---

## A PRODUÇÃO DE CANA

A imprensa, em geral, está divulgando estatísticas referentes à produção agrícola no quinqüenio 1938/42.

Mostram os dados agora divulgados que nêsse período cresceu especialmente a produção de cana, de mandioca, de feijão, de algodão, de milho, de café e de arroz.

A cana colhida no primeiro ano do quinqüenio em causa atingiu 16.600.000 toneladas, tendo, em 1940, ascendido a 22.300.000. Quer dizer que, em dois anos, teve o aumento de 5.700.000 toneladas, registrando-se uma média anual de ele-

vação correspondente a 2.850.000 toneladas. Como se vê, é um aumento bem apreciável.

E' verdade que, em 1942, a produção de cana sofreu um decréscimo, em comparação com o ano de 1940, pois foi apenas de 21.500.000 toneladas. Mas, ainda assim, superou o ano inicial do quinquenio em revista, em nada menos de 4.900.000 toneladas.

De mais a mais, a não ser em curtos períodos e em épocas excepcionais, jamais o rítmo de produção de qualquer gênero se apresenta sempre em sentido ascencional. Pelo contrário, a regra geral é a oscilação.

Foi o que se deu no período de que se trata, devendo a queda ser explicada, entre outros, por motivos ligados ao clima. Uma coisa, entretanto, se deduz dos números acima: é que a produção de cana não sofreu entraves, não teve limitação, não foi embargada por óbices de origem legal.

Com efeito e em que pese afirmações em contrario de pessoas que não examinaram bem o assunto, nunca houve limitação à produção de cana. Esta foi sempre livre, embora houvesse limitação à produção de açúcar, que é o principal produto da cana.

("Jornal do Brasil" — Rio, 23/1/945).

---

## SOLUÇÃO PARA O BANGUÊ

Lavradores de cana de Pôrto Calvo, município perdido nas terras alagoanas, organizaram-se em cooperativas e iniciaram a instalação da segunda usina de açúcar em bases cooperativistas da América do Sul. A primeira, em ultimação, encontra-se no vale do São Miguel, muito próximo, por sinal, do local onde, agora, se pretende edificar a nova fábrica de açúcar. E, talvez, tenha serviço de estímulo aos canavieiros de Pôrto Calvo, de emulação para que se destinassem a realizar obra de tamanho vulto.

Os plantadores de cana do nordeste estão compreendendo qual a solução para o problema do banguê, solução sobretudo necessária nesta época de industrialização em que vamos ingressar. Não se agarram aos processos rotineiros de fabricação de açúcar, à almanjarra ou ao engenho, processos líricos de produção que, ainda hoje, enternecem nossos históriadores e nossos sociólogos, processos que ficaram no século passado e que não podem subsistir às exigências aprimoradas do consumo.

Preferem, pois, lutar. Lutar concientemente, com seus próprios recursos. Nessa capacidade de luta do banguê, luta pela adaptação a novos métodos de produção e de integração em nova paisagem econômica, é que reside o milagre da sobrevivência da pequena propriedade canavieira. Sem que ela se processe e sem que seja estimulada, iremos assistindo o desenvolvimento de um fenômeno social, cuja intensidade já se manifesta nos êxodos a que se obrigam as populações da zona da mata nordestina; a polarização da riqueza, o deslocamento dos trabalhadores agrários em direção das grandes cidades, a presença, em torno das usinas, de um proletariado descontente e sem raizes na terra, etc.

Cumpre aos homens do govêrno estimular iniciativas como a dos banguezeiros de Pôrto Calvo e São Miguel, concedendo-lhes empréstimos e facilitando a execução de seus planos de trabalho, à base cooperativista, para que a melhoria dos métodos de produção que tanto desejamos não se processe com o sacrificio de centenas e centenas de agricultores operosos e com o empobrecimento de vastas regiões ricas e sadias.

("O Jornal" — Rio, 2/2/945).

---

## MAQUINARIA PARA A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

**No seu número de novembro, "Sugar" informava que o Sugar Machinery Industry Advisory Committee da WPB reuniu-se em setembro em Washington para estudar vários problemas relacionados com a produção de maquinaria para a indústria açucareira.**

**Na reunião, o Sr. W. R. Dove, da Divisão de equipamentos industriais em geral, declarou que os embarques de maquinaria para a indústria açucareira, no período compreendido entre 1 de outubro de 1943 e 31 de julho de 1944, tiveram os valores de 360 mil dólares para uso no país e 76 mil para o exterior. Até 31 de julho, as encomendas de máquinas não satisfeitas se elevavam a um total de 1 milhão e 480 mil dólares, representando 19 meses de produção da atual capacidade da indústria e cinco meses da sua capacidade normal. Os membros do "comité" informaram que o cumprimento dos contratos de guerra e as dificuldades em obter braços estavam retardando a produção. De acôrdo com as informações, os motores e mancais anti-frição figuravam entre os elementos de difícil obtenção.**

**A impressão dominante entre os membros do "comité" é a de que a procura de maquinaria para a indústria açucareira será maior êste ano do que em 1944, em conseqüência das destruições causadas pela guerra e também da necessidade de renovar instalações e expandir a produção em várias áreas, entre as quais era apontada a América do Sul e Cuba. Acredita-se que, com a derrota da Alemanha, 40 a 50 por cento dos contratos de guerra serão cancelados, havendo assim maiores possibilidades de trabalhar para fins civís. Por outro lado, o Sr. Fred W. Smith, da Junta de Produção de Guerra, disse que êsse órgão já havia tomado providências no sentido de facilitar a conversão da indústria de produção de máquinas para açúcar às suas atividades normais.**

Esta Revista foi composta e impressa nas of. de Industrias Graficas J. Lucena S/A — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL








# BRASIL AÇUCAREIRO

ANO XIII — VOL. XXV MARÇO — 1945 N.º 3